

**UFRRJ**  
**INSTITUTO DE AGRONOMIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**  
**AGRÍCOLA**

**DISSERTAÇÃO**

**A INSERÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO**  
**PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO**  
**MUNICÍPIO DE COLATINA-ES.**

**HORÁCIO ALVARENGA VIEIRA**

**2020**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE AGRONOMIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**A INSERÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO PROGRAMA  
NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE  
COLATINA-ES.**

**HORÁCIO ALVARENGA VIEIRA**

*Sob orientação da Professora*  
**Dra. Monica Aparecida Del Rio Benevenuto**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, área de concentração em Educação Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

**Seropédica, RJ  
Junho de 2020**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

V658i

VIEIRA, HORÁCIO ALVARENGA , 1981-  
A INSERÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO PROGRAMA  
NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE  
COLATINA-ES. / HORÁCIO ALVARENGA VIEIRA. -  
Seropédica, 2020.  
70 f.: il.

Orientadora: Monica Aparecida Del Rio Benevenuto.  
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural  
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação  
Agrícola, 2020.

1. Desenvolvimento Sustentável. 2. Segurança  
Alimentar e Nutricional. 3. Programa Nacional de  
Alimentação Escolar. I. Benevenuto, Monica Aparecida  
Del Rio , 1964-, orient. II Universidade Federal  
Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em  
Educação Agrícola III. Título.

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 "This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001"

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE AGRONOMIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**HORÁCIO ALVARENGA VIEIRA**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM: 15/06/2020.

---

Monica Aparecida Del Rio Benevenuto, Dra. UFRRJ

---

Kátia Cilene Tabai, Dra. UFRRJ

---

Joice Aparecida Rezende Vilela, Dra. EMATER-RJ

## **DEDICATÓRIA**

*Ao Seu João e a Dona Penha, minha base de valores, de força e de fé. Aos meus filhos.*

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus e a Nossa Senhora desatadora dos nós pela vida, pela saúde e força durante toda essa caminhada do Mestrado.

Agradeço a toda minha família pelo acolhimento e contribuição em todos os momentos nesses dois últimos anos em específico. Não é possível concluir uma formação desse nível sem a participação de pessoas que nos amam ao nosso lado. É exatamente por isso que estou concluindo.

Ao IFES muito obrigado por gerar a oportunidade de concorrer a uma vaga em uma instância tão relevante de formação. Pelos mesmos motivos meu agradecimento à UFRRJ, acrescentando aqui o agradecimento pela formação de excelência.

À Professora Monica meu eterno agradecimento pelo equilíbrio, zelo, dedicação e inteligência com que conduziu esse trabalho. Logo no primeiro contato tive a convicção de que a orientação estava em boas mãos. Muito obrigado Professora!

Aos agricultores familiares de Colatina e a Cooperativa, muito obrigado pela oportunidade de conhecer um pouco do trabalho realizado em prol da alimentação escolar.

Aos Servidores do município de Colatina muito obrigado pela recepção afetuosa e pela contribuição nessa pesquisa. Agradeço, ainda, a Secretaria de Educação pela oportunidade de poder dialogar com os servidores.

## RESUMO

Vieira, Horácio Alvarenga. **A Inserção da Agricultura Familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar no município de Colatina-ES: Colatina, ES.** 2020. 70f. Dissertação de Mestrado em Educação Agrícola. Instituto de Agronomia. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2020.

A política Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), instituída na década de 1950, entra nos anos 2000 com a missão principal de ofertar uma alimentação mais saudável. Para contribuir com essa empreitada, a agricultura familiar foi inserida, obrigatoriamente, como fornecedora do programa, procurando com isso aumentar a presença de alimentos *in natura* e livre de elementos químicos na sua produção, e promover o desenvolvimento local. Esses fatores são peças que formam o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Estudar de que forma esses agricultores tem sido inseridos no município de Colatina-ES é o grande propósito desse trabalho, utilizando-se para isso de metodologia qualitativa, com apoio quantitativo, e como principal método as entrevistas semiestruturadas com os principais sujeitos participantes desse processo, como os agricultores, a gestão da alimentação escolar, os gestores escolares e a gestão do desenvolvimento rural. Entender a avaliação desses sujeitos sobre o programa, sobre a gestão do município e sobre o papel e estrutura da agricultura familiar, faz parte do caminho trilhado por este estudo. As entrevistas foram realizadas no período de dezembro/2019 a Fevereiro/2020. A pesquisa obedeceu aos requisitos estabelecidos pelo comitê de ética, com submissão à Comissão de Ética em Pesquisa na UFRRJ (COMEP/UFRRJ), conforme os princípios da resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. As entrevistas foram autorizadas por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Os resultados apontam para um processo em construção permanente e que tem colaborado para o fortalecimento da agricultura familiar local, para a ampliação de sua participação no Programa e extrapolação para mercados institucionais de outros municípios, assim como para abertura de novos *nichos* de atuação, como a feira agroecológica municipal de Colatina-ES. Os resultados revelam, ainda, a preocupação da gestão em proporcionar uma alimentação escolar condizente com os princípios da Segurança Alimentar e Nutricional, preocupação essa que resulta em uma avaliação positiva dos gestores escolares sobre a alimentação ofertada. Essa avaliação dos gestores ressalva a necessidade de uma maior diversificação alimentícia, em especial, dos ofertados pela agricultura familiar. Por isso, não se pode adiar a intensificação do diálogo entre os sujeitos construtores da política, a fim de que os avanços na oferta de uma alimentação de qualidade e promotora e desenvolvimento sustentável continuem a acontecer.

**Palavras chave:** Desenvolvimento Sustentável, Segurança Alimentar e Nutricional, Programa Nacional de Alimentação Escolar.

## ABSTRACT

Vieira, Horácio Alvarenga. **The Insertion of Family Farming in the National School Feeding Program in the city of Colatina-ES: Colatina, ES.** 2020. 70p. Master's Dissertation in Agricultural Education. Instituto de Agronomia. Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2020.

The National School Feeding Policy (PNAE), instituted in the 1950s, enters the 2000s with the main mission of offering healthier food. To contribute to this endeavor, family farming was obligatorily inserted as a supplier of the program, thereby seeking to increase the presence of fresh foods and free of chemical elements in its production, and to promote local development. These factors are parts that form the concept of Food and Nutritional Security (SAN). Studying how these farmers have been inserted in the municipality of Colatina-ES is the main purpose of this work, using qualitative methodology, with quantitative support, and semi-structured interviews with the main subjects participating in this process as the main method, such as farmers, school food management, school managers and rural development management. Understanding the evaluation of these subjects on the program, on the management of the municipality and on the role and structure of family farming, is part of the path followed by this study. The interviews were conducted from December / 2019 to February / 2020. The research complied with the requirements established by the ethics committee, with submission to the Research Ethics Committee at UFRRJ (COMEP / UFRRJ), according to the principles of Resolution No. 466/2012 of the National Health Council. The interviewees authorized the interviews through the Informed Consent Form (ICF). The results point to a process under permanent construction that has contributed to the strengthening of local family farming, to the expansion of its participation in the Program and extrapolation to institutional markets in other municipalities, as well as to the opening of new niches of activity, such as municipal agroecological fair in Colatina-ES. The results also reveal the management's concern with providing school meals in line with the principles of Food and Nutritional Security, a concern that results in a positive evaluation by school managers about the food offered. This assessment by managers emphasizes the need for greater food diversification, especially those offered by family farming. For this reason, it is not possible to delay the intensification of the dialogue between the subjects that build the policy, so that the advances in the supply of quality food that promote and sustainable development continue to happen.

**Keywords:** Sustainable Development, Food Security and Nutritional, National School Feeding Program.



## LISTA DE SIGLAS

AF- Agricultura Familiar  
ATs – Assistência Técnica  
CEIM – Centro de Educação Infantil Municipal  
CNA- Comissão Nacional de Alimentação  
CME- Campanha de Merenda Escolar  
CAP- Comissão de Alimentação Pública  
COBAL- Companhia Brasileira de Abastecimento  
CCC- Commodity Credit Corporation  
CONTAG- Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura  
CNME- Campanha Nacional de Merenda Escolar  
DAP- Declaração de Aptidão ao Pronaf  
DHAA- Direito Humano a Alimentação Adequada  
EEx- Entidades Executoras  
EMCOR – Escola Municipal Comunitária Rural  
EMEF- Escola Municipal de Ensino Fundamental  
FISI- Fundo Internacional de Socorro a Infância  
FNDE- Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação  
IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IDAF- Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo  
INAN- Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição  
ONU- Organização das Nações Unidas  
PAA- Programa de Aquisição de Alimentos  
PFZ – Programa Fome Zero  
PNAE- Programa Nacional de Alimentação Escolar  
PRODEA – Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos  
PRONAN- Programa Nacional de Alimentação e Nutrição  
PRONAF- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
PROVAPE – Programa de Viabilização da Pequena Propriedade  
SASP- Serviço de Assistência da Previdência Social  
SISAN- Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional  
SAN- Segurança Alimentar e Nutricional

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Mapa das regiões alimentares Brasileiras em 1946.....	5
<b>Figura 2</b> - Localização Geográfica Município de Colatina .....	25
<b>Figura 3</b> - Produção para o PNAE e outros mercados- Colatina 2020.....	37
<b>Figura 4</b> - Produção para o PNAE e outros mercados- Colatina 2020.....	38
<b>Figura 5</b> - Localização da área urbana produtora de hortaliças em Colatina .....	38

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1-</b> Repasse do FNDE aos municípios brasileiros por faixas de valores em 2011.....	15
<b>Tabela 2</b> - Dados do Censo agropecuário 2017 para Colatina-ES.....	29
<b>Tabela 3</b> - Área dos Estabelecimentos Pesquisados em Colatina-ES 2020.....	34
<b>Tabela 4</b> - Produtos da chamada Pública do Município de Colatina em 2019.....	36
<b>Tabela 5</b> - Dados financeiros do PNAE do município Colatina-ES.....	43
<b>Tabela 6</b> - Tempo de efetivo exercício e de exercício de cargo de gestão das gestoras entrevistadas- Colatina-ES ano de 2020.....	47

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Itens produzidos por agricultor em Colatina-ES, 2020.....	35
---	----

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>4</b>
2.1	Contexto Econômico e Social de Implantação da Política Nacional de Alimentação Escolar (1900-1950). .....	4
2.2	Política Pública de Alimentação Escolar (1955-1985).....	7
2.3	Alimentação Escolar no Período Pós-Redemocratização.....	11
2.4	A Legislação da Alimentação Escolar.....	13
2.5	Agricultura Familiar e as Políticas Públicas de Promoção.....	16
2.6	Segurança Alimentar e Nutricional e o Contexto de Inserção da Agricultura Familiar.....	20
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>25</b>
3.1	O Universo da Pesquisa.....	25
3.2	Método da Pesquisa.....	26
<b>4</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>	<b>29</b>
4.1	A Organização dos Agricultores Para o PNAE.....	30
4.2	Dos Agricultores Participantes .....	32
4.3	A Produção e seus Destinos .....	34
4.3.1	A produção para o PNAE.....	36
4.3.2	Produção que não fazem parte do PNAE .....	37
4.4	Manejos da Produção: Convencional e Agroecológico.....	40
4.5	Atuação dos Órgãos de Apoio, a Gestão do Programa Pelo Município e as Melhorias a Adotar. ....	41
4.6	A Gestão da Alimentação Escolar.....	43
4.7	A percepção dos gestores das unidades de ensino.....	46
4.7.1	As unidades urbanas .....	48
4.7.2	As Unidades do Campo .....	50
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>53</b>
<b>6</b>	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>57</b>
<b>7</b>	<b>ANEXOS .....</b>	<b>64</b>

# 1 INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) tem o desafio diário de garantir suplementação alimentar a 42 milhões de alunos da educação básica, e por isso é considerado um dos maiores programas mundiais sobre o tema (FNDE,2019).

Esse programa passou por fases importantes. Entre os anos de 1950 e 1990, por exemplo, o governo federal tinha uma ascensão sobre a gestão do programa, realizando as compras e coordenando o processo de distribuição de alimentos a estados e municípios. Os alimentos enlatados eram predominantes em razão das longas distâncias percorridas.

Nos anos de 1990 o governo federal transfere a estados e municípios a gestão do programa, buscando promover maior eficiência e prover uma alimentação mais condizente com os hábitos alimentares dos alunos. Para isso, passou a propor que as compras fossem realizadas com os fornecedores locais, o que contribuiria também com o desenvolvimento local.

Já nesse período percebia-se que o aumento do consumo de alimentos altamente processados estava fazendo muito mal para a população brasileira. Por isso, a ideia de comprar localmente para a alimentação escolar era acompanhada da preferência por alimentos *in natura*.

Todas essas alterações ocorreram no sentido de perseguir a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)<sup>1</sup>, que prevê em seu pacote o equilíbrio entre a produção e a proteção do meio ambiente, a promoção de uma alimentação saudável e o desenvolvimento local como forma de retroalimentar essa cadeia.

É nesse intuito que, em 2009, a agricultura familiar é chamada oficialmente a contribuir na segurança alimentar da alimentação escolar. A partir da lei 11.947/2009, no mínimo 30% dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE) a estados e municípios, deve ser investidos em alimentos produzidos pelas unidades familiares da agricultura. Em 2015, por exemplo, os repasses da União, para o PNAE, foram na ordem de 3,759 bilhões.

Dentro desse contexto é que se centrou a discussão deste estudo. Partimos da premissa de que o PNAE é executado no município de Colatina- ES. Nesse sentido, buscamos entender como este município tem propiciado o encontro entre agricultura familiar e alimentação escolar. Para tanto surgiram as questões: dentro dos recursos destinados à gestão municipal, têm-se propiciado o acesso da agricultura familiar nas compras governamentais? Essas compras da agricultura atendem todo o ano escolar, ou são insuficientes? Esses produtos, de fato têm se transformado em refeições? Os processos têm atraído um número significativo de agricultores? Se não, por quê?

Estas inquietações levaram aos objetivos deste estudo. O objetivo geral foi o de verificar de que forma o trabalho de inserção da AF no PNAE, desenvolvido pela gestão municipal, tem impactado no cotidiano dos agricultores familiares locais. Para a construção das respostas estabelecemos os seguintes caminhos: i-) Conhecer o processo de gestão do PNAE pelo município, e a avaliação dos gestores das unidades escolares da rede municipal sobre o programa; ii-) Analisar o processo de organização dos agricultores familiares em função do PNAE e como eles percebem e/ou demandam ações do Município no fortalecimento e expansão no que tange aos fornecimentos dos produtos; iii-) Identificar o

---

<sup>1</sup> Art. 3º A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis(BRASIL, 2006a).

volume e variedade da produção agrícola familiar para o fornecimento do PNAE; e iv-) Conhecer avaliação dos produtores familiares sobre o programa.

O interesse de estudar o impacto da política na agricultura familiar local vem da união de alguns fatores. O primeiro deles é a vivência de uma experiência profissional como funcionário do Banco do Brasil. Essa vivência permitiu conhecer um pouco mais de perto a realidade dos agricultores no acesso ao crédito (em especial ao Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). A segunda é ser membro de uma família com origens no campo. Com uma parcela ainda presente no campo, é possível perceber um pouco da dimensão produtiva da agricultura familiar, do seu modo de vida, etc.

E por fim, há 8 (oito) anos trabalhando no Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), 5 (cinco) deles no setor de compras do campus Itapina; vivencio o poder do Estado enquanto alocador de recursos financeiros na economia. O exercício diário dessa função é um ingrediente importante na escolha do tema e da busca pelo conhecimento dos impactos da política pública.

Para percorrer o caminho pretendido e nortear a reflexão sobre questões que surgiram no decorrer deste estudo, foi realizada uma revisão teórica que buscou conhecer o Contexto Econômico e Social de implantação da política Nacional de alimentação escolar.

Este estudo trata, em específico, da Política Nacional de Alimentação de Escolar (PNAE). A alimentação escolar que, enquanto política nacional, foi institucionalizada em 1955. A primeira inquietação que nos veio à mente foi: Quais eram, em linhas gerais, as condições alimentares da população brasileira nessa época?

A pergunta tem uma razão muito simples. Se nos dias atuais as condições de renda da população nos permite concluir que milhões de brasileiros não têm o que comer todos os dias, o que de fato motivou a política de alimentação escolar? Esse foi o questionamento que originou o estudo do contexto econômico e social instalado quando da implementação da política de alimentação escolar.

Também foi necessário resgatar a política pública de alimentação escolar no período de 1955-1985. Entender o comportamento da política nas décadas iniciais, a partir da sua forma de financiamento, dos agentes públicos e privados participantes, do público-alvo e da sua cobertura; é essencial para o entendimento do cenário atual.

A revisão prossegue com o estudo do programa no período pós redemocratização. Essa divisão é importante na medida em que a gestão do programa em âmbito local é a inovação ao programa nesse período. Na esteira constitucional de uma maior participação social e da garantia dos direitos fundamentais aos cidadãos, é transferida aos entes subnacionais a obrigação legal de garantir o direito dos escolares a uma alimentação voltada à promoção da sustentabilidade.

Com a efervescência gerada pela redemocratização e pela constituição de 1988, mais atenta aos direitos sociais; o debate pelas condições de sobrevivência no campo e por políticas de promoção dos agricultores familiares ganha força. Por isso, em 1996, o Pronaf começa a ser operacionalizado no Brasil.

O Pronaf é criado como forma de, por meio do acesso ao crédito, gerar condições produtivas aos agricultores familiares. Nos anos 2000 são estabelecidas as possibilidades de escoamento da produção via mercados institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o PNAE.

Sob essa perspectiva, a inserção da AF nas políticas públicas alimentares é uma sinalização positiva e importante de alteração do trajeto em prol da construção de uma Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). A revisão teórica contempla a discussão desses aspectos.

Esses aspectos são centrais na dinâmica da política pública do PNAE. Nesse contexto, a pesquisa realizada com agricultores familiares e gestores no município de Colatina

possibilitou a compreensão da dinâmica do PNAE e de sua contribuição para a agricultura familiar e para a segurança alimentar nas unidades escolares.



## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Contexto Econômico e Social de Implantação da Política Nacional de Alimentação Escolar (1900-1950).

Não seria exagero dizer que o nosso país se demonstra, ao longo da sua história, incapaz de gerar condições de vida digna a uma parcela expressiva do seu povo.

Informações sobre as condições de vida da população são colhidas, analisadas e publicadas de tempos em tempos pelo Instituto Brasileiro de geografia e Estatística (IBGE). O indicador de renda, que talvez possa resumir bem esse contexto, indica que em 2017, 52 milhões (25,02% da população total) de Brasileiros viviam dentro da faixa de pobreza<sup>2</sup>, com 15,2 milhões destes sob a condição de extremamente pobres.

Filtrando esses dados para o grupo de crianças e adolescentes (faixa de 0 a 14), encontramos 43,4% de brasileirinhos vivendo em lares com renda inferior à R\$ 406,00/mês. Essas informações são importantes na medida em que colaboram na construção da dimensão do problema alimentar e na compreensão da relevância das políticas públicas de alimentação.

A alimentação escolar é oficializada nacionalmente em 1955. Tendo em vista a dimensão atual das condições de renda do povo, a primeira inquietação que nos vem é sobre as condições alimentares da população brasileira na metade do século passado.

Castro(1984)<sup>3</sup> foi quem realizou os primeiros estudos sobre as condições alimentares no Brasil. O objetivo do estudo foi o de levantar, dentre as áreas do país, quais eram as condições nutricionais da população, e se podiam ser consideradas como de áreas de fome. Para isso, o autor dividiu geograficamente o país em 5(cinco) grandes áreas: Amazônica, Nordeste Açucareiro, Sertão Nordestino, Centro-Oeste e Extremo Sul, conforme figura(1):

---

<sup>2</sup>As Nações Unidas e o Banco Mundial iniciaram o acompanhamento da pobreza global com a medida de 1 dólar por dia em 1990. Essa medida foi consagrada pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e se mantém na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Os valores da linha foram revisados para US\$1,08 em 1993, US\$1,25 em 2005 e chega a US\$1,90 em 2015 (baseada no cálculo do dólar PPC da última revisão, quer dizer, de 2011). A medida de US\$ 1,90 se justifica por representar uma linha válida para os países mais pobres do globo, balizando o mínimo a ser buscado globalmente, o que não impede que haja pessoas abaixo desse mínimo em países de nível médio e alto de desenvolvimento(IBGE, 2019a).

<sup>3</sup>O Pernambucano Josué Apolônio de Castro, com a primeira edição do livro geografia da fome em 1946.



**Figura 1** - Mapa das regiões alimentares Brasileiras em 1946

Fonte: Geografia da Fome, (CASTRO, 1984).

Como área de fome, Castro(1984) considerou àquelas em que pelo menos metade da população apresentasse carências nutricionais permanentes (endêmica) ou transitórias (epidemia). Os resultados concluíram que nas três primeiras áreas a situação era de fome, as duas primeiras de forma permanente e a terceira epidêmica. As duas últimas, centro oeste e extremo sul, foram consideradas como áreas de subnutrição.

A fome permanente é conceituada por Monteiro(2003, p. 9) como àquela que “ ocorre quando a alimentação diária, habitual, não propicia ao indivíduo energia suficiente para a manutenção do seu organismo e para o exercício de suas atividades cotidianas”.

Em 1950 a população brasileira era de 51 milhões de pessoas, com 63,8% vivendo em áreas consideradas rurais, 10, 25% em áreas suburbanas e 25,95% em áreas consideradas urbanas (IBGE, 1950). Nas áreas consideradas como de fome por Castro, viviam aproximadamente 27,5% da população brasileira (LINHARES; SILVA, 1979, p. 131).

Pela distribuição da população nos espaços rurais e urbanos já percebemos parte de nossas contradições. Ou seja, o campo que permeia nosso imaginário como o local da produção de alimentos, é também o local em que as pessoas padecem pela falta deles.

É claro que estamos falando de um país ainda em fase de formação de suas cadeias de produção e de distribuição, uma república com pouco mais de meio século. Eis que, portanto, estamos falando de um país em perseguição ao caminho do crescimento e desenvolvimento econômico e social. A fome exposta por Castro(1984) tem, portanto, esse viés do tempo também, ou seja, do iniciar de um processo de construção.

Por outro lado, a fome registrada também é fruto de uma agenda amarrada (política, econômica e social) aos interesses do setor primário exportador, agenda esta que é uma marca do período colonial, que atravessa o império, sobrevive nas primeiras décadas da república até levar o país ao colapso político-econômico ao final dos anos de 1920.

O café é o grande destaque da chamada república velha (1890-1930). Investimentos públicos e privados, nacionais e internacionais, foram feitos em defesa das oligarquias

cafeeiras<sup>4</sup>. Investimentos estes oriundos do poder políticos estaduais conferidos pela constituição de 1891, que outorgou aos entes a autonomia para legislar, para contrair empréstimos no exterior, para criar impostos interestaduais e sobre exportação, entre outros (DE VARES, 2011).

O resultado foi uma elevação do patamar produtivo de café da ordem de 5,5 milhões de sacas em 1891 para 16,3 milhões em 1901 (PRADO JÚNIOR, 1994). Além da injeção de dinheiro na infraestrutura (ferrovias, portos), a grande quantidade de terras ainda por explorar e a mão de obra barata do escravo liberto e do imigrante<sup>5</sup>, geravam as condições propícias para o negócio.

Esse conjunto de prerrogativas tornou nossa economia refém do resultado financeiro das vendas do café. Em 1900 a agricultura era, de acordo com Franco e Lago (2011), responsável por 44,6% do Produto Interno Bruto (PIB) e o café representou, em média, 54,2%<sup>6</sup> das exportações no período de 1908 a 1912.

Esse ciclo de amplo domínio político e econômico das oligarquias cafeeiras chega muito debilitado em 1929, ano em que o mundo viveu uma severa crise financeira que resultou no colapso da bolsa de valores de Nova York. A redução instantânea de 30% nos preços internacionais do café, somado à impossibilidade de financiamento<sup>7</sup>, encontra um setor endividado e sem capacidade de absolver as perdas, gerando o que Caio Prado (1994) denominou de a “crise de um sistema”.

Nosso objetivo não é esmiuçar a produção cafeeira da república velha e muito menos creditar a ela, totalmente, as mazelas vividas pelas classes menos favorecidas. Contudo, os indicadores econômicos demonstram, por exemplo, um aumento no endividamento externo de 30 para 250 milhões de libras de 1889 até 1930, tendo o Estado de São Paulo contraído 64,8% desse volume (MAIA; SARAIVA, 2012).

Como ressalta Tavares (2000) o período de 1914 a 1945 é marcado por 20 anos de recessão e/ou de guerra, o que afeta drasticamente o modelo de desenvolvimento “para fora” das economias latino-americanas, e que somente a crise financeira dos anos 1930 acarretou uma perda de 50% na capacidade de importar desses países.

O Brasil aproveita, em especial, o período da segunda guerra mundial (e suas restrições comerciais) e passa a olhar um pouco mais para dentro, com políticas de incentivos

---

<sup>4</sup> “Sob o influxo desta política antinacional cultivaram-se com métodos vampirescos de destruição dos solos os produtos de exportação, monopolizados por meia dúzia de açambarcadores da riqueza do país, construíram-se estradas de ferro exclusivamente para ligar os centros de produção com os portos de embarque destes produtos e instituiu-se uma política cambial a serviço destas manipulações econômicas. Por trás desta estrutura com aparência de progresso — progresso de fachada — permaneceram o latifúndio improdutivo, o sistema da grande plantação” (CASTRO, 1984, p. 270).

<sup>5</sup> O alto custo da mão de obra escrava negra e o fim do tráfico negreiro por volta de 1850 fizeram com que os grandes proprietários de terra procurassem uma mão de obra substituta para as grandes lavouras. Uma forma de atrair os imigrantes era, ao contrário do que vinha sendo feito, não cobrar dos imigrantes os custos com o traslado do país de origem até o Brasil. Quem passou a arcar com esses custos, sob o discurso do desenvolvimento, foram exatamente os estados produtores. O livro cativo da Terra (MARTINS, 2010), retrata com detalhes.

<sup>6</sup> Toda essa representatividade do café gerava um mercado interno muito suscetível ao humor dos mercados compradores, de forma que as oscilações lá pressionavam os custos por aqui. Esse é um dos motivos da primeira greve geral em 1917, que clamava por preços menores por alimentos, moradia, melhores condições de trabalho, etc

<sup>7</sup> O Governo Federal e as Oligarquias Estaduais eram os grandes financiadores dos excessos de produção de café. O financiamento da produção tinha como lógica a geração de uma oferta artificial com objetivo de manter os preços e voltar a vender na alta. O episódio mais emblemático é o chamado Convênio de Taubaté em 1906. Segundo Prado Júnior (1994) São jogadas ao mar e/ou incineradas entre 1931 e 1939 aproximadamente 80 milhões de sacas de café

e de defesas do mercado interno. Isso significa, por exemplo, a projeção de ascensão de um setor industrial. No dizer de Linhares e Silva (1979, p. 61), essa mudança de rumo tem como objetivo: “vencer a pobreza e a fome por meio da industrialização”.

No período de 1930 a 1945 o Estado intensifica sua intervenção no fomento e regulação da atividade econômica por meio da criação de empresas como a Companhia Siderúrgica Nacional, a Companhia Vale do Rio Doce, Fábrica Nacional de Motores, Caixa Econômica Federal, Superintendência da Moeda e do Crédito(atual Banco Central), entre outros (LINHARES; SILVA, 1979).

No ano de 1940, pelo decreto nº 2.162/40, é instituída a política nacional de salário mínimo, visando garantir condições mínimas de vida à classe trabalhadora por meio de um referencial remuneratório que buscava proteger os trabalhadores do processo inflacionário permanente<sup>8</sup> que deteriorava o seu poder de compra (COIMBRA, 1985).

Ainda no início da década de 40 o governo cria o Serviço de Assistência da Previdência Social(SASP), almejando, segundo o Decreto-Lei 2.478 (BRASIL, 1940), "assegurar condições favoráveis e higiênicas à alimentação dos segurados dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões subordinados ao respectivo Ministério”.

O SASP teve ações no sentido de implantar restaurantes populares destinados aos trabalhadores, vender alimentos a preços de custo, fiscalizar as empresas para instalação de refeitórios em suas dependências, etc. As políticas traçadas pelo órgão foram destinadas aos trabalhadores urbanos da indústria, comércio, transporte, bancos, entre outros (COIMBRA, 1985).

Essa breve recapitulação em torno das condições políticas e econômicas brasileiras da primeira metade dos anos 1900 é valiosa no sentido de nos posicionar no local e, dessa forma, compreender melhor o contexto de implantação das políticas públicas alimentares.

Coimbra(1985) nota que o lapso temporal entre o início das atividades do SASP e o início da primeira política nacional voltada aos grupos materno infantil e escolar é de, no mínimo, 10(dez) anos. Mesmo respondendo pela maior fatia da população brasileira em 1950 (41,76% tinham entre 0-14 anos), a alimentação escolar nos parece que só é instituída em função da situação de fome vivida, e da colaboração financeira internacional, conforme veremos adiante.

## **2.2 Política Pública de Alimentação Escolar (1955-1985)**

Com o nome de Campanha de Merenda Escolar(CME), o governo federal inicia oficialmente, em 1955, suas ações na construção da política nacional de alimentação escolar.

O ato de se alimentar nas escolas tendo o Estado como provedor total ou parcial não começa em 1955, antes disso algumas poucas ações já eram realizadas país afora. O Estado de São Paulo, por exemplo, em 1945, inicia um programa com recursos do estado e das caixas escolares<sup>9</sup>. Em 1947 esse programa atendeu 45.000 crianças espalhadas em 82 escolas.

O Rio de Janeiro era outro estado que em 1938 já tinha uma política de alimentação escolar com recursos do próprio orçamento (CASTRO; PELIANO, 1985). Com a colaboração da Universidade Brasil na formulação dos cardápios, o setor de alimentação escolar da

---

<sup>8</sup> No dizer de Munhoz(1997) no período de 1940 a 1949 uma explosão inflacionária, tendo os preços subido 215,6%, uma média de 12,2%a.a Na década seguinte a inflação foi de 460%, tendo como máxima 39,4% em 1959. Esse processo inflacionário acompanhou o Brasil durante todo o século XX, chegando a 1.782%a.a em 1989.

<sup>9</sup> As caixas escolares são doações financeiras realizadas mensalmente pelas famílias com melhores condições financeiras. A família que não tinha condições precisava declarar a não possibilidade no ato da matrícula. A caixa escolar estava prevista na Constituição de 1937, art. 130.

prefeitura comprava e distribuía os alimentos para o preparo nas escolas do município. Costa et.al.(2002), acrescenta que o programa do Rio incluía a formação de Nutricionistas na Escola Técnica de Assistência Social CecyDodsworth.

Estas experiências em andamento não refletem e não espelham a situação vivida na grande maioria dos estados da federação. Por isso a assunção pelo governo federal se dá no contexto da imensa discussão em torno dos problemas alimentares, que a alimentação escolar é uma parte, o grupo materno infantil é outra, e por aí vai.

Pois bem, faltava ao governo federal a atuação de um órgão que olhasse o problema em sua totalidade. Com esse espírito é instituída em 1945 a Comissão Nacional de Alimentação(CNA), subordinada inicialmente ao Conselho Federal de Comércio Exterior. A atuação da Comissão estava centrada principalmente em: “a) propor uma política nacional de alimentação, b) estudar o estado de nutrição da população, c) acompanhar e estimular pesquisas relativas aos problemas de alimentação e, d) concorrer para o desenvolvimento da indústria de desidratação”(BRASIL, 1945).

Em 1949 a CNA foi transferida para o Ministério da Educação e Saúde, e se tornou um órgão local de representação da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura(ONU-FAO). Esse alinhamento com as Nações Unidas faz com que as primeiras doações de leite em pó, ao Brasil, acontecessem em 1950, atendendo inicialmente o grupo materno infantil.

Segundo Coimbra(1985), os acordos para atendimento deste grupo foram para quatro estados em 1950, em 1951 outros cinco foram englobados e em 1953 já eram onze o total de Estados Brasileiros que recebiam leite em pó, que era enviado aos postos da rede de saúde para distribuição às gestantes, nutrízes e crianças.

O acordo para doação de leite em pó era firmado com o Fundo Internacional de Socorro à Infância (FISI), mais conhecido como Unicef. O fundo foi criado em 1946 e tinha como propósito inicial de atender, também com alimentos, os países em construção no pós 2ª Guerra Mundial. Esses alimentos eram, em geral, excedentes de produção de países como Suíça, Canadá, Nova Zelândia, Reino Unido e, principalmente, dos Estados Unidos da América (COIMBRA, 1985).

O início das doações para a alimentação escolar se inicia com a formulação do plano “A Conjuntura Alimentar e os Problemas de Nutrição no Brasil” em 1952, formulado pela antropologia brasileira da CNA com participação de técnicos americanos e da ONU.

Com a apresentação desse plano na Terceira Conferência Latina Americana de Nutrição em 1953, na Venezuela, consolida-se o acordo para a expansão das doações de leite em pó, de modo a atender a amplitude nacional dada ao programa no ano de 1956, que passa a ser chamado de Campanha Nacional de Merenda Escolar (COSTA; LIMA; RIBEIRO, 2002).

A fim de sustentar a amplitude nacional conferida ao programa, a atração de novos parceiros comerciais se tornava imprescindível, considerando que o Unicef já não suportava a manutenção dos quantitativos. Por isso, selou-se um acordo com a Commodity Credit Corporation(CCC) pela compra direta de leite em pó dos Estados Unidos. A CCC é uma agência do governo norte-americano criada em 1933 com a missão de proteger os preços dos produtos agrícolas daquele país.

No período de 1955 a 1960 temos então dois fornecedores<sup>10</sup> internacionais oficiais para merenda escolar, o Unicef e a CCC. Para Lamare(1968, p. 149) o financiamento do programa a essa altura só era possível devido aos esforços dos governos brasileiro e americano, somados a estados e municípios que cediam prédios para armazenagem, que auxiliavam no transporte e contribuía com os gêneros perecíveis.

---

<sup>10</sup> O convênio com a Unicef previa que o Brasil arcaasse com os pagamentos dos custos de transporte, enquanto que o acordo feito com a CCC previa o pagamento pela compra do leite em pó(COIMBRA, 1982).

Mesmo com as compras de leite dos Estados Unidos, Coimbra (1985) relata que o atendimento no período de 1955 a 1960 teve média anual de 61 dias, o que fica muito abaixo dos 200 dias planejados pelo Ministério da Educação e pela CNA.

Os anos 60 iniciam-se com muitas incertezas sobre a manutenção dos acordos envolvendo a alimentação escolar. A efervescência política e social vivida nos países da América Latina, e no Brasil não era diferente, era vista com desconfiança pelo governo norte americano, e somente com a assinatura do acordo chamado de Aliança para o Progresso, em 1961 no Uruguai, as remessas de alimentos é normalizada.

Esse acordo previa que os países da América Latina acelerassem os processos de melhorias e estruturação da educação e saúde, de aceleração do crescimento e desenvolvimento social, e de apoio aos regimes democráticos, para ficarmos com alguns exemplos.

Segundo Loureiro(2013) a participação dos EUA, em torno de 20 bilhões (em 10 anos), estava condicionada ao cumprimento de metas pelos países participantes. De acordo com Coimbra(1982), uma das cláusulas previa a inserção do programa Americano Alimentos para a Paz<sup>11</sup> (da agência USAID) como fornecedor de alimentos para os programas latino-americanos.

É diante deste contexto político e econômico que a Campanha Nacional de Merenda Escolar passa a receber alimentos doados pela USAID em 1961. Segundo Arruda e Almeida(2016) as doações da USAID passam, nesse momento, o maior fornecedor de alimentos para a alimentação escolar. O Unicef ainda permanece como doadora do programa, porém em menor escala. Já a CCC deixa de vender alimentos para a campanha brasileira.

Interessante notar o potencial econômico do programa de doações Norte-Americano. George(1978) ressalta que, em média, um aumento de 10% na renda per capita de países que recebem ajuda alimentar Americana, resulta em aumento de 21% em venda de produtos agrícolas dos Estados Unidos, e cita como exemplo o Japão:

A ajuda alimentar ao Japão não chegou sequer a 400 milhões de dólares, mas, em 1973, esse país tinha comprado quase 15 bilhões de dólares em alimentos. As suas compras chegam agora a mais de 2 bilhões por ano nos Estados Unidos(GEORGE, 1978, p. 187).

As crianças das escolas japonesas que aprenderam a gostar do leite americano e do pão fornecidos pelos programas de merenda escolar patrocinados pelos Estados Unidos contribuíram para fazer do Japão o nosso melhor comprador, em dólar de produtos agrícolas explicou o Senador Mc Governo, em 1974(GEORGE, 1978, p. 187-188)

A primeira doação de leite em pó da USAID para a alimentação escolar brasileira acontece em dezembro de 1961, contendo os seguintes dizeres nas embalagens dos produtos: “Leite em pó fornecido pelo povo dos Estados Unidos da América e distribuído pelo Governo Brasileiro”(STEFANINI, 1997).

Em 1965 temos a alteração no nome do programa que passa a se chamar de Campanha Nacional de Alimentação Escolar(CNAE). Além da alteração do nome, o decreto 56.886/65, facultou a extensão do programa aos pré-escolares, supletivo e grau médio. Outra importante alteração a partir do decreto, é que passam a ser servidas pequenas refeições, somando-se ao leite e farinhas(soja, milho) verduras fornecidas pelos governos estaduais e municipais.

---

<sup>11</sup> Conforme sustenta George(1978), os Alimentos para a Paz surgiu em 1954 de uma lei pública dos Estados Unidos (PL-408), e tinha como principais fundamentos, a) regular a venda de excedente de produção para os países amigos com déficit alimentares, b) regular as doações e ajudas urgentes também aos países amigos, e c) regulamentava a troca de matérias-primas estratégicas por alimentos

Esse decreto é publicado meses depois do III Seminário Interamericano de alimentação infantil<sup>12</sup>, realizado em Petrópolis-RJ, promovido pela USAID e pelo Governo Brasileiro. Este seminário discutiu o andamento dos programas de suplementação alimentar nos países Latino Americano.

Representantes de indústrias de alimentos Americanas, convidadas pela USAID, também estiveram presentes neste encontro (STEFANINI, 1997). Essa prospecção de mercado feita pelos empresários americanos caminha ao encontro do término das doações realizadas pela USAID, o que aconteceria já no final dos anos 60. Ou seja, aquilo que até então era doado, passa a ser comprado. Segundo Silva(1995, p. 88):

em 1968, os dados oficiais registraram uma cobertura de 9,5 milhões de crianças correspondente a 75% das matrículas no ensino fundamental, com a distribuição anual de mais de 50.000 toneladas. Destes, quase 50% eram doados.

Com os fins das doações há uma divisão de interesses econômicos sobre a alimentação escolar. Se até agora a alimentação escolar contava com o mercado externo para doações e/ou vendas, a partir desse momento os olhos da Administração Pública brasileira se voltam para os parceiros comerciais de maior capacidade produtiva presentes no mercado interno.

Outro ingrediente desse momento de transição do programa é o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), criado em 1972 em substituição a Campanha Nacional de Alimentação(CNA). A ideia com o INAN é a mesma que se tinha com a CNA em 1945, ou seja, que fosse estabelecida uma política nacional de alimentação e nutrição e que houvesse um órgão central que discutisse com as políticas de alimentação espalhadas entre os ministérios.

Para cumprimento da meta buscou-se a formatação de um Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN) a ser implantado em duas etapas, o Pronan I e o Pronan II. Os dois programas tinham propostas similares de combate à fome seja por meio da distribuição de alimentos, especialmente para nutrízes, gestantes, pré-escolares; seja pela comercialização de alimentos a custos menores; ou ainda por meio de incentivos fiscais a empregadores que fornecessem alimentação a preços subsidiados a seus empregados(BARROS; TARTAGLIA, 2003).

O Pronan I tem muita dificuldade em ser operacionalizado por questões financeiras e praticamente não saiu do papel (COIMBRA, 1985). O Pronan II, iniciado em 1976, incluía em seu campo de ação que o problema da fome só seria combatido com melhores condições de emprego e renda. Por isso o programa tinha uma tendência a tocar nos alicerces estruturantes da ligação entre a produção e os programas de suplementação alimentar.

No cerne dessas medidas tendentes a mexer nas estruturas, está, pela primeira vez, em 1976, a tentativa de interligar os pequenos produtores rurais ao Programa Nacional de Alimentação Escolar(PNAE). A intenção era utilizar a Companhia Brasileira de Abastecimento(COBAL) para comprar os alimentos dos pequenos produtores e das cooperativas e repassar às secretarias estaduais e municipais (COIMBRA, 1985).

---

<sup>12</sup>O Ministro Roberto Campos no encerramento do seminário agradece, em nome do Governo Brasileiro, a esplêndida contribuição que lhe vem sendo prestada, no contexto da aliança para o progresso, no setor da alimentação infantil, pelo generoso povo dos Estados Unidos. Neste seminário foram feitos acordos também nas áreas de educação rural e de desenvolvimento agrícola(JORNAL CORREIO DA MANHÃ, 1965, p. 3).

Falamos em intenção, pois, regra geral, a ação não se concretizou para o programa de alimentação escolar<sup>13</sup>. Dificuldades como os desencontros financeiros da União e as safras dos produtores, a falta de uma política de incentivo financeiro à produção e a deficiente estrutura administrativa da Cobal, são alguns fatores que deram coro àqueles que não viam com bons olhos a política.

A estrutura do MEC, mesmo antes do Pronan, já se estruturava no sentido de fazer do ramo de alimentos formulados o principal fornecedor para a alimentação escolar. Sinalização clara é a resistência do MEC em transferir a alimentação para os cuidados do INAN, o que tinha previsão inclusive no decreto de criação do órgão(COIMBRA, 1985).

O deslocamento MEC em relação às propostas do Pronan II assegura a demanda à indústria local que passa a se mobilizar em “tornar palatáveis as milagrosas proteínas de soja”(CASTRO; PELIANO, 1985, p. 166). Além da indústria nacional, a presença de capital internacional também era forte com 42% dos fornecimentos entre os anos 1978 e 1979(ARRUDA; ALMEIDA, 2016).

Em 1983 é criada a Fundação de assistência ao Estudante(FAE), que extingue o Inan (instituto nacional de alimentação escolar). A diferença é que a FAE é um órgão com funções mais amplas, passando a discutir questões de crédito estudantil, bolsas de estudo, material didático.

Dados levantados por Peliano et.al. (1985) mostram que em 1983 o Programa Nacional de Alimentação Escolar atendeu a 17,1 milhões de alunos (80% do público alvo total), garantindo a fornecimento em 140 dias, abaixo, portanto, dos 200 dias letivos.

### **2.3 Alimentação Escolar no Período Pós-Redemocratização**

O período pós 1985 é marcado pelo início do processo de descentralização da gestão do Programa Nacional de Alimentação Escolar(PNAE). Esse movimento é concomitante a volta do período democrático e buscava, sobretudo, dar um maior sentido de pertencimento aos poderes e sociedades locais.

Os trinta anos de gestão pela União, que foram fundamentais para os primeiros passos da política, dificultavam esse pertencimento do programa pelas sociedades locais, na medida em que o centro decisório parecia estar e se manter distante do dia a dia das demandas sociais, o que se refletia em uma cobertura ineficiente<sup>14</sup>, assim como no não reconhecimento daquela alimentação pelos alunos.

O aspecto político é outro fator de extrema relevância no processo de descentralização. Arretche(1999) entende que os custos e benefícios que as forças políticas locais poderiam angariar com a descentralização foram preponderantes para as tomadas de decisões. De igual forma Souza(2002, p. 436):

---

<sup>13</sup>Peliano et.al(1985) retrata que a ideia de política estruturante do programa alimentar Pronan II de aquisição diretamente da agricultura familiar na prática pouco se cumpriu. À exceção do Programa de Abastecimento de Alimentos Básicos(PROAB) que vendia alimentos subsidiados pelo INAN, entre 10 e 30%. A distribuição era feita pela COBAL e adquirida de pequenos produtores. Em 1982 o Programa chegou atender a 1,8 milhão de pessoas. Outros programas de suplementação alimentar como o Programa de Nutrição em Saúde(PNS) e o Programa de Complementação Alimentar(PCA) adquiriram diretamente da indústria alimentícia.

<sup>14</sup>De acordo com Abreu(1995), a cobertura da merenda escolar foi de 65 dias em 1991, 42 dias em 1992, 118 dias em 1993 e 150 dias 1995. Esses resultados foram muito abaixo da meta perseguida pelo Ministério da Educação, naquele momento, de 180 dias letivos. Nesse período o público alvo era de aproximadamente 32 milhões de alunos da pré-escola e do 1º grau(9º ano hoje) da rede pública de ensino e entidades filantrópicas.



O fato da decisão de descentralizar ter sido tomada pelos constituintes durante os debates sobre o novo desenho político, institucional e social do país, fortalece a visão da descentralização como um processo político e não apenas administrativo

Esse processo de transferência de gestão teve início em 1986 com uma espécie de fase de testes. De 1986 até 1989 foram 197 os municípios participantes. Abreu(1995) aponta que em 1990 o processo sofre uma pausa devido à falta de consenso político em temas relacionados como a transferência dos recursos financeiros e com a prestação de contas.

O tema volta a ganhar força política no ano de 1993 e as exigências para o estabelecimento dos convênios, e por tanto para a descentralização, passam a ser a adimplência de estados e municípios com a União, possuir representação da estadual da Fundação de Apoio a Educação(FAE) e comprovar a aplicação de, no mínimo, 25% do valor recolhido com impostos aplicado no ensino(ABREU, 1995).

Não demora muito e, cinco anos mais tarde, a medida provisória 1.784 (BRASIL, 1998) elimina a necessidade dos convênios ao determinar o repasse financeiro automático a estados e municípios, de acordo com o número de alunos matriculados no ano anterior e declarados em senso escolar<sup>15</sup>.

Na medida em que a responsabilidade pela condução do programa era transmitida aos entes subnacionais, fóruns de discussões multissetoriais eram criados com intuito de deliberar, fiscalizar e assessorar os entes federativos. Nesse sentido está a exigência legal de criação dos Conselhos de Alimentação Escolar<sup>16</sup>(CAE).

A descentralização do PNAE está inserida, ainda, no contexto de uma nova visão quanto à gestão pública. No Brasil esse processo buscou maior impulso nos anos 1990 e procurava segundo Sano eAbrúcio(2008, p. 66), sobretudo:

Adoção de uma administração pública voltada para resultados, baseada em mecanismos de contratualidade da gestão, com metas, indicadores e formas de cobrar os gestores, e apoiada na transparência das ações governamentais, possibilitando o controle maior dos cidadãos [...] A contratualidade supõe, ademais, a existência de uma pluralidade de provedores de serviços públicos [...]. Por fim, a combinação entre a flexibilização da gestão burocrática e o aumento da responsabilização da administração.

Martins(2001), por sua vez, destaca que o modelo de estado centralizador estava exaurido por não dar conta de atender as exigências da sociedade por uma melhor prestação

---

<sup>15</sup>Atualmente, o valor repassado pela União a estados e municípios por dia letivo para cada aluno é definido de acordo com a etapa e modalidade de ensino: Creches: R\$ 1,07; Pré-escola: R\$ 0,53; Escolas indígenas e quilombolas: R\$ 0,64; Ensino fundamental e médio: R\$ 0,36; Educação de jovens e adultos: R\$ 0,32; Ensino integral: R\$ 1,07; Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral: R\$ 2,00; Alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado no contraturno: R\$ 0,53(FNDE, 2019a).

<sup>16</sup>Os Conselhos são formados por: I) um representante indicado pelo Poder Executivo do respectivo ente federado; II) dois representantes das entidades de trabalhadores da educação e de discentes, indicados pelos respectivos órgãos de representação, a serem escolhidos por meio de assembleia específica para tal fim, registrada em ata; III) dois representantes de pais de alunos matriculados na rede de ensino a qual pertença a EEx., indicados pelos Conselhos Escolares, Associações de Pais e Mestres ou entidades similares, escolhidos por meio de assembleia específica para tal fim, registrada em ata; e IV) dois representantes indicados por entidades civis organizadas, escolhidos em assembleia específica para tal fim, registrada em ata. Em entidades executoras com mais de cem escolas da educação básica, a composição do CAE poderá ser de até três vezes o número de membros, obedecida a proporcionalidade definida nos incisos I a IV deste artigo(BRASIL, 2013).

de serviços e condução das políticas públicas. Desse modo, essa nova organização oriunda da descentralização era tida com a maneira de reequilibrar essas forças.

Nessa esteira, a descentralização do PNAE delega a estados e municípios a escolha sobre a melhor maneira de gerir o programa, tendo em vista as especificidades locais e tendo como norte o direito dos escolares a uma alimentação saudável.

Estudo de Machado et.al.(2018) com 5.184 municípios brasileiros revela que em 92,0% deles a gestão era centralizada, e nos demais era escolarizada ou mista. Da mesma forma, Belik e Chaim(2009), em estudos com 670 municípios, mostram que 85,5% adotam o modelo centralizado, 8,7% o escolarizado e 5,8% o modelo é híbrido.

Segundo Belik e Chaim (2009), no modo centralizado o município é quem recebe, administra e presta conta dos recursos federais, gerindo todas as fases de compra, elaboração dos cardápios, entrega dos alimentos etc. A maior vantagem está no maior controle sobre o processo e sobre a qualidade dos produtos, com possibilidade de redução de custos em função do volume.

O outro modelo é o escolarizado, onde o município transfere os recursos para as unidades escolares que executam o programa. Nesse sentido, a logística de distribuição dos perecíveis pode ser beneficiada em razão de uma cadeia mais curta e, podendo haver, uma oferta com maior qualidade para esses alimentos. E, por último, a possibilidade é de um modelo híbrido, onde pode existir, inclusive, a transmissão a terceiros de alguma parcela dessas fases de gestão dos recursos públicos.

Com a gestão dos recursos em âmbito local, sob quaisquer dos modos apontados, as legislações federais regulamentadoras da alimentação escolar passam a enfatizar a aquisição de alimentos *in natura*, produzidos na região e que respeitem os hábitos alimentares da localidade.

É certo, porém, que além das determinações legais precisaria haver uma regulamentação ao nível de operacionalização efetiva da política. Ou seja, se por um lado as legislações sinalizam pelas aquisições locais, por outro elas não demonstravam o modo de fazer.

Isso não é um mero detalhe na medida em que a lei geral de licitações<sup>17</sup>, e nenhuma outra, não davam os fundamentos necessários à atuação do gestor público. Nesse passo, Schneider e Triches(2010, p. 940) relatam que “a burocracia dos processos licitatórios foi à primeira dificuldade encontrada para o acesso dos agricultores ao mercado de alimentação escolar”.

Essa espécie de vácuo regulamentar é tratada em 2009. A lei 11.947 (BRASIL, 2009), determina às entidades executoras (estados, municípios, escolas federais) que, no mínimo, 30% dos recursos recebidos do FNDE para a compra de alimentação escolar sejam destinados à AF. Passaremos a discutir, adiante, alguns detalhes das regulamentações desta lei.

## **2.4 A Legislação da Alimentação Escolar**

Para iniciar a discussão sobre as alterações promovidas no processo de contratação dos alimentos produzidos pela agricultura familiar é necessário conhecer os principais sujeitos envolvidos nesse processo e que são estabelecidos pelas legislações federais (BRASIL, 2009, 2013, 2015).

---

<sup>17</sup>A lei Geral de Licitações (8.666/93) prevê como critérios de julgamento da melhor proposta: menor preço, melhor técnica, melhor técnica e preço e o maior lance ou oferta. A lei do pregão prevê como forma única de julgamento o menor preço.

Em primeiro lugar o PNAE é destinado aos alunos da educação básica matriculados nas redes públicas federal, estadual, distrital e municipal; lembrando que a educação básica vai da educação infantil (creche e pré-escola) até o ensino médio (BRASIL, 1996). São considerados como alunos da rede pública, os matriculados na educação básica das entidades filantrópicas ou entidades comunitárias conveniadas ao poder público.

A partir da definição do público alvo do programa, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) repassa aos estados, municípios, distrito federal e escolas federais, também chamados de entidades executoras (EEx), os recursos financeiros referentes ao número de alunos pertencentes a sua respectiva rede. Para a transmissão desses recursos é estabelecido um valor individual por matrícula em cada uma das fases da educação básica, levando em conta o tempo de permanência na escola e, portanto, as necessidades de suplementação alimentar.

A título de exemplo, para cada aluno matriculado na creche a entidade executora recebeu, em 2019, o valor diário de R\$ 1,07; no ensino fundamental e médio o valor é de R\$ 0,36; para as escolas indígenas e quilombolas o valor é de R\$ 0,64. Esse volume financeiro é repassado separadamente (por segmento e por quantitativo de aluno) durante o ano, em até 10 (dez) parcelas (FNDE, 2019b).

Esses recursos financeiros repassados pelo FNDE são exclusivamente para aquisição de gêneros alimentícios tidos como básicos. Segundo Téo e Monteiro (2012) o guia alimentar brasileiro divide os alimentos básicos em três grupos: i) raízes, tubérculos e grãos, preferencialmente integrais, ii) frutas, verduras e legumes, e iii) leguminosas e outros vegetais ricos em proteínas. Ainda segundo os autores, completam uma alimentação saudável pequenas quantidades de carnes, ovos, leite e derivados.

Não é permitida pelo FNDE a aquisição de refrigerantes e de outras bebidas com baixo valor nutricional, e limita a 30,0% a aquisição com alimentos enlatados, doces, embutidos, preparações semiprontas, entre outros. Diante dessas informações, para Téo e Monteiro (2012, p. 661):

Considerado, portanto, o limite de 30% para a aquisição de alimentos restritos, deduz-se que a orientação é para que 70% dos recursos do PNAE sejam destinados à aquisição de alimentos básicos e complementares saudáveis, e conclui-se que o mínimo de 30% de aquisições da agricultura familiar não deva ser atingido com alimentos restritos, visto que a aquisição da agricultura familiar deverá "promover a alimentação saudável e adequada à clientela do PNAE. Essas orientações criam um cenário favorável ao fortalecimento da agricultura familiar e à promoção de hábitos alimentares saudáveis a partir da escola.

Já sabemos quem são os usuários do programa, como é calculado o dinheiro repassado pelo FNDE, e o que se pode ou não comprar com ele. Esse último tema sofreu uma carga regulamentar considerável a fim de incluir as produções da AF neste mercado institucional. Considerando que 30,0% são obrigatórios de aquisição com os agricultores, é bom lembrar que os 70,0% restantes continuam sendo adquiridos pelos ditames da lei geral de licitações e a da lei do pregão e, portanto, com ampla participação dos mercados.

Em relação às aquisições familiares determinadas na lei 11.947/2009, elas poderão ser feitas com a dispensa do processo licitatório, desde que os preços sejam compatíveis com os do mercado local. Os preços que serão pagos aos agricultores são determinados previamente pela entidade executora com base em pesquisa local, priorizando a feira do agricultor. Os alimentos agroecológicos, em caso de impossibilidade de pesquisa, poderão ter seus valores acrescidos em até 30,0% em relação aos convencionais.

Estudos (BACCARIN et al., 2017; SCHABARUM; TRICHES, 2019) revelam, que os preços das chamadas públicas, em sua maioria, dão conta de cobrir os custos diretos e

indiretos e remunerar de forma justa o trabalho dos agricultores. Schabarum e Triches(2019) ao comparar os preços de 132 chamadas públicas de municípios do estado do Paraná, concluíram que em 61,53% dos produtos/itens os preços pagos aos agricultores foram maiores que a média anual praticada pela CEASA.

Com a determinação dos preços pela entidade executora e eliminação da briga por preços, a ordem de classificação das propostas passa a ser em função da localização dos agricultores e por grupos sociais. São, portanto, dois filtros.

No primeiro são priorizados os grupos de projetos (como são chamadas as propostas) dos agricultores com localização local (município), seguidos dos localizados no território rural, pelos do estado e por último no país. Para Baccarin et. al.(2017) essa ordem prioritária tem como pressuposto o encurtamento da cadeia de comercialização e de logística, o que se faz necessário em razão do consumo de alimentos *in natura* fomentado pelo programa.

A partir da ordem de classificação definida no primeiro filtro será realizado o segundo, cuja classificação será feita da seguinte forma (BRASIL, 2015):

§ 2º - Em cada grupo de projetos, será observada a seguinte ordem de prioridade para seleção:

I - os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas, não havendo prioridade entre estes;

II - os fornecedores de gêneros alimentícios certificados como orgânicos ou agroecológicos, segundo a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003.

III - os Grupos Formais (organizações produtivas detentoras de Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP Jurídica) sobre os Grupos Informais (agricultores familiares, detentores de Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP Física, organizados em grupos) e estes sobre os Fornecedores Individuais (detentores de DAP Física)

Outro modo de seleção do PNAE está à disposição da entidade executora que recebe do FNDE valores acima de R\$ 700.000,00(setecentos mil reais)/ano. Essa entidade “poderá optar por aceitar propostas apenas de organizações com Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) Jurídica, desde que previsto na chamada pública”(BRASIL, 2013).

Relevante notar, na tabela 1 abaixo, as faixas de recebimento de repasses do FNDE pelos municípios brasileiros. O estudo(MACHADO et al., 2018) com 93,2%(n= 5184) municípios brasileiros, revela que em menos de 25,0% deles cabe a opção da gestão pela participação exclusiva com DAP jurídica.

**Tabela 1-** Repasse do FNDE aos municípios brasileiros por faixas de valores em 2011

Valor de repasse FNDE(2011)	nº de municípios	%	IC*(95%)
1º quartil (R\$ 918,00 –49.080,00)	1311	25,5	(23,7; 25,8)
2º quartil (R\$ 49.140,00 –117.000,00)	1284	25	(23,6; 25,9)
3º quartil (R\$ 117.180,00 –288.900,00)	1276	24,8	(24,0; 26,4)
4º quartil (R\$ 289.020,00 –61.942.260,00)	1267	24,7	(24,1; 26,4)

Fonte: Retirada de Machado et al.(2018)

IC= índice de Confiança

A ampliação da participação foi proposta ainda com determinação de limites financeiros. E como será isso? Para ser fornecedor do PNAE o agricultor, individualmente ou a organização(cooperativa, associação), deve ser detentor da Declaração de Aptidão ao

Pronaf(DAP). De posse desta declaração, o regulamento limita em R\$ 20 mil reais por declaração/ano/entidade executora.

Esse limite será controlado pela EEx no caso de participação individual ou em grupos informais. Caso os agricultores forneçam ao PNAE organizados em associação e/ou cooperativa (grupos formais), caberá à organização o controle do limite individual de venda.

O limite de comercialização dos grupos formais (DAP Jurídica) será o número de agricultores (DAP Física) inscritos na DAP Jurídica multiplicado por R\$ 20 mil reais. Com isso, uma cooperativa com 100 agricultores, por exemplo, tem o teto de venda de R\$ 2 milhões por entidade executora/ano.

A legislação permite que as EEx não executem e/ou reduzam o percentual de 30,0% para aquisição da AF desde que haja i-) impossibilidade de emissão do documento fiscal correspondente, ii-) II - inviabilidade de fornecimento regular e constante dos gêneros alimentício; e/ou iii-) condições higiênico-sanitárias inadequadas (BRASIL, 2009).

Ter as condições sanitárias é um desafio para a produção de origem animal. Baccarin et.al(2017) ao estudarem 606 chamadas públicas nos estados de São Paulo, Santa Catarina e Paraná (2012 e 2013) constataram que os produtos de origem vegetal representam na média 95,5% em São Paulo, 90,8% no Paraná e 76,0% em Santa Catarina. A expressividade (24,0%) dos produtos de origem animal (ovos, queijo, iogurte, cortes de carne, etc) em Santa Catarina é um ponto relevante, ficando demonstrado para os autores um maior nível de organização da AF local e com isso uma maior capacidade de agregar valor.

Como apresentado, as alterações na legislação buscam maximizar a promoção de hábitos alimentares mais saudáveis nas escolas e, ao mesmo tempo, fomentar a injeção de recursos financeiros no desenvolvimento da agricultura familiar, promovendo, dessa forma, a sustentabilidade da vida e da economia.

Para Freitas (2014, 2015) esse caminho da sustentabilidade deve ser explorado pela gestão pública de forma a "implementar políticas públicas, com o desempenho da função indutora de práticas sustentáveis, ao lado da função isonômica de oferecer igualação formal e substancial de oportunidades"(FREITAS, 2012, p. 74). É com esse espírito de igualdade de oportunidades que passaremos ao debate das políticas de promoção da agricultura familiar.

## **2.5 Agricultura Familiar e as Políticas Públicas de Promoção**

O uso da denominação agricultura familiar (AF) passa a ganhar corpo a partir dos anos de 1990, com o intuito de uniformizar o tratamento àqueles que utilizam a pequena propriedade rural para a promoção de atividades agrícolas.

No ano de 2006, por meio legal(BRASIL, 2006b), ficou estabelecido que agricultor familiar é aquele que atende, simultaneamente, às seguintes condições:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011); IV- dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família(BRASIL, 2006a).

São também, legalmente, considerados como agricultores familiares os silvicultores, os aquicultores, os extrativistas, os pescadores, os povos indígenas e os integrantes remanescentes de comunidades rurais quilombolas. Esses grupos deverão atender aos critérios citados (parcial ou totalmente, a depender do caso) e/ou outros que a legislação propõe.

Esses critérios de classificação criam os parâmetros para o acesso as políticas públicas e podem ser considerados como uma conquista resultante de um macro processo histórico de reivindicação e de lutas pelo direito a terra, por acesso ao crédito, por assistência técnica, etc.

A atenção para esse processo histórico de luta nos foi despertada a partir da leitura do texto de Wanderley(2014), onde a autora avalia que a adoção da expressão agricultor familiar, pelos operadores de política econômica e social em especial, surge em substituição a expressão camponês, que era visto por uma parte da sociedade organizada como subversivo.

Não será discutida aqui a gênese desse debate no país, como foi tratado por Abramovay(2012), entre outros autores; mas é preciso registrar que essa subversividade é resultado das muitas lutas travadas pelos camponeses ao longo da história. Uma delas remete ao associativismo das Ligas Camponesas(LC), que, para Martins(1981), é o “capítulo mais importante da história contemporânea do campesinato brasileiro”. As ligas surgem no Nordeste(Pernambuco), na década de 1940, e ganham dimensão nacional com representações em 13(treze) estados em 1962.

As ligas, a princípio<sup>18</sup>, atuam com o Partido Comunista do Brasil(PCB) na criação e fortalecimento dos sindicatos dos trabalhadores rurais com o propósito principal de mobilizar a sociedade para a necessidade da reforma agrária. Sinalização dessa articulação social é a realização do Primeiro Congresso de Lavradores e Trabalhadores Rurais do Brasil, em novembro de 1961, na cidade de Belo Horizonte-MG.

Da mesma forma que as ligas promoveram essa mobilização nacional, encontramos em vários outros momentos<sup>19</sup> ações localizadas dos camponeses. Conhecer, ainda que parcialmente esse histórico é importante para o diálogo atual das políticas de promoção para os agricultores.

Wanderley(2014, p. 47), sustenta que é esse passado “o que concede aos agricultores modernos a condição de atores sociais, construtores e parceiros de um projeto de sociedade – e não simplesmente objetos de intervenção do Estado, sem história”.

O período do regime militar (1964-1985), de uma maneira geral, silenciou as lutas e o debate sobre a reforma agrária e outras necessidades dos camponeses, e o retorno do período democrático, e o estabelecimento do diálogo, é acompanhado de uma mobilização<sup>20</sup> reivindicatória e com maiores proposições de políticas públicas para os AF.

Esses fatores permitem a construção do Programa de Viabilização da Pequena Propriedade(PROVAPE), em 1994, que é o esboço de uma política de crédito concretizada um ano depois no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Era mais um momento de desafio para a AF, haja vista que o início dos anos 1990, e as direções políticas e econômicas; é marcado pela redução dos recursos das políticas agrícolas, pela diminuição dos estoques públicos de alimentos, diminuição das tarifas de importações de produtos como arroz, feijão, leite, trigo(DELGADO, 2009).

---

<sup>18</sup> O Partido Comunista Brasileiro formava os sindicatos com o propósito de lutar pelos direitos trabalhistas, e a reforma agrária era vista como uma decorrência natural da implantação de um governo democrático, popular e nacionalista (BORGES, 2004; LOPES FERREIA, 2009). As ligas com o passar dos anos foi tendo um pensamento mais revolucionário em relação à reforma agrária, encampando inclusive o lema “reforma agrária na lei ou na marra”.

<sup>19</sup> Guerra Popular do Contestado entre 1912-1916 com, pelo menos, 3 mil mortos; Guerra de Canudos-BA entre 1896-1897, com aproximados 5 mil mortos(MARTINS, 1981).

<sup>20</sup> O fórum da Agricultura Familiar contava com representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), da Central Única dos Trabalhadores criada em 1983(CUT)- departamento trabalhadores rurais; do Movimento Sem Terra constituído em 1984(MST), do Movimento dos Atingidos por Barragem(MAB) e do Conselho Nacional dos Seringueiros(CSN), constituído em 1985.

Nesse mesmo período, os acordos resultantes do livre Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a proposta de livre comércio, com a quebra de tarifas de proteção, torna o país, segundo Schneider(2009), um importador de lácteos, frutas, de produção de uvas e vinhos, o que prejudica os AF do sul do país sem uma política de sustentação das perdas.

Por todos esses fatores, Abramovay(1999, p. 26) assinala que o Pronaf é imprescindível “pela ausência de condições infra-estruturais para a valorização de seu trabalho e pelas dificuldades que o setor bancário opõe a que um segmento dotado de precária base patrimonial e incapaz de oferecer contrapartidas”.

É nessa conjuntura, que o Pronaf inicia sua operacionalização em 1996 com uma alocação efetiva de R\$ 89 milhões, divididos em 25.216 operações/contratos. Esse volume evolui para R\$ 3,94 bilhões no ano agrícola 2000/01, chegando em R\$ 28,9 bilhões em 2015/16(BIANCHINI, 2015).

Esses recursos disponibilizados e investidos pelos agricultores familiares no ano agrícola 2015/2016 representam 13,37% do volume total, ficando a fatia de 86,67%(R\$ 187,7 bilhões) com os médios e grandes produtores (BIANCHINI, 2015). Essa mesma distribuição percentual é vista no plano safra 2019/2020, com R\$ 31,22 bilhões (13,89%) aos pequenos produtores, ao médio produtor 26,49 bilhões (11,78%) e para os grandes produtores R\$ 167,03 bilhões (74,32%)(BRASIL, 2019).

Alguns aspectos atinentes à distribuição desses recursos são trazidos no estudo de Bianchini(2015) sobre a AF. Quanto à divisão regional, as regiões sul e sudeste alocam 70,0% do volume total, a região nordeste 15,0%, a região norte 7,0% e o centro-oeste 8,0%.

A região nordeste com 15,0% do volume total realiza 49% do total dos contratos, gerando uma média de R\$ 3.500,00<sup>21</sup> por operação, contra uma média nacional de R\$ 25.173,00 (BIANCHINI, 2015). Essa disparidade de alocação de recursos contribui para a reprodução de uma AF muito desigual.

Os agricultores familiares respondem por 36,11% do Valor Bruto de Produção Agropecuária (VBPA), sendo que um pouco mais da metade dessa produção (51,0%) é gerada por 8,3% dos estabelecimentos agropecuários(GUANZIROLI; DI SABBATO, 2014), proporcionando uma renda anual média de 230(duzentos e trinta) salários mínimos por estabelecimento.

Na outra ponta estão 52,16% dos estabelecimentos agropecuários, que entregam 5,19% do VBPA e obtém uma renda média anual de até 4(quatro) salários mínimos(GUANZIROLI; DI SABBATO, 2014). Esses extremos tão acentuados preocupam na medida em a AF responde por 67,0% da mão de obra do campo(IBGE, 2017).

Esse cenário é o que promove a aposta nos mercados governamentais como uma possibilidade para a promoção de desenvolvimento e, conseqüente, geração de renda. Nesse sentido são lançados o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), em 2003, e a partir de 2009 a inserção da AF no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

---

<sup>21</sup>O público alvo do nordeste é do grupo B do Pronaf, que inclui produtores abaixo da linha da pobreza com Renda Bruta Familiar anual abaixo de R\$20 mil reais. Esses agricultores contam com Investimentos de até R\$ 4 mil, juros de 0,5% ao ano Nordeste brasileiro, na Região do Semiárido, o BNB aplica mais de 400 mil operações de microcrédito por ano com acompanhamento de agentes de crédito no nível da comunidade dos agricultores. No Nordeste 95% dos contratos são de investimento, sendo 89% deles para pecuária.

O PAA é instaurado no âmbito do Programa Fome Zero (PFZ)<sup>22</sup> investindo recursos da ordem de R\$ 3,6 bilhões no período de 2003 a 2015. Desses recursos, a região sul com 31,65% e a nordeste com 29,52% são os maiores destinos. Nesse período cerca de 970 mil agricultores participaram da comercialização neste mercado (HENTZ; HESPANHOL, 2019).

O número de municípios participantes também teve trajetória ascendente chegando a 1.180 em 2012. A partir de 2013 o programa teve uma queda de 50% dos recursos investidos(HENTZ; HESPANHOL, 2019). Essa retração, ainda segundo os autores, está relacionada aos desvios e fraudes no uso dos recursos, à obrigatoriedade dos municípios disporem de um banco de alimentos, a alterações nos público alvos e também ao início das compras da alimentação escolar pelo PNAE.

A alimentação escolar é outro canal governamental de comercialização aberto aos AFs. Esse canal tende a ser menos volátil, o que pode ser um fator de estímulo à participação. Segundo dados da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) dentro do período de 2014 a 2016 a destinação anual média foi de R\$ 812,10 milhões, valor que representa 22,0% dos repasses do FNDE.

Além dessa produção que tanto contribui para os números agrícolas da nossa economia e, mais que isso, para a alimentação diária da população, a AF tem uma interface produtora de bens públicos e que pode estar despercebida. Bens públicos são aqueles de utilização da coletividade da sociedade, sem um destinatário específico. O agricultor, ou um conjunto de agricultores<sup>23</sup>, gera um bem público, por exemplo, quando preserva uma nascente em sua propriedade, quando preserva as matas, o ecossistema. Essa dinâmica está ligada ao conceito da AF multifuncional, que:

Na esfera privada, os produtos agrícolas vendidos constituem a renda agrícola que sustenta diretamente a reprodução econômica e social do grupo familiar, enquanto na esfera pública o caráter multifuncional da agricultura familiar dá lugar à produção de bens públicos à segurança alimentar, preservação dos recursos naturais e da paisagem e a manutenção do tecido social e cultural. Além disso, os bens públicos constituem os principais ingredientes através dos quais as normas locais são elaboradas, entendidas como conjuntos de regras relacionados(CAZELLA; BONNAL; MALUF, 2009, p. 56).

Ainda ligada a esse conceito está o caráter pluriativo da AF, que está mais voltado às atividades não agrícolas desenvolvidas na esfera privada(CAZELLA; BONNAL; MALUF, 2009; SCHNEIDER, 2009). São as mutações vividas no campo e que por meio da

---

<sup>22</sup> O Programa Fome Zero (PFZ) representou inicialmente a principal resposta política na área social do novo governo(*Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançou o Programa ao tomar posse em 2003*), formada por iniciativas políticas e institucionais que mobilizaram um conjunto de ministérios, demandando capacidade de articulação intersetorial do governo recém empossado. Do ponto de vista das ideias e dos grupos políticos que as defendiam, representou a ascensão ao processo decisório governamental, em um locus institucional com status de ministério, de um paradigma da ação pública favorável às políticas de segurança alimentar(TOMAZINI; LEITE, 2016, p.13, *grifo nosso*).

<sup>23</sup> Essa forma coletiva nos remete ao conceito de Território que, Maluf et.al(2015) define como: uma unidade ativa de desenvolvimento que dispõe de recursos específicos e não transferíveis de uma região para outra. Trata-se de recursos materiais ou não, a exemplo de um saber-fazer original, em geral, ligado à história local. A consequência disso é que não se pode valorizar esse tipo de recurso noutro lugar. O território não é, portanto, só uma realidade geográfica ou física, mas uma realidade humana, social, cultural e histórica. Isso significa que as mesmas condições técnicas e financeiras não geram os mesmos efeitos econômicos em termos de desenvolvimento em dois territórios diferentes.



“manutenção do tecido social” (BONNAL; MALUF, 2009) buscam promover o desenvolvimento sustentável.

## 2.6 Segurança Alimentar e Nutricional e o Contexto de Inserção da Agricultura Familiar

Entre os caminhos tomados rumo à Segurança Alimentar e Nutricional(SAN) está a percepção de que a produção dos AF tem muito a contribuir com alimentos saudáveis, que respeitem a biodiversidade, que são produzidos de forma sustentável, etc. Essa é a ideia da Lei de Segurança Alimentar e Nutricional(BRASIL, 2006a).

Art. 3º A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental,cultural, econômica e socialmente sustentáveis(BRASIL, 2006a, p. Art. 3º).

Art. 4º A segurança alimentar e nutricional abrange:

I - a ampliação das condições de acesso aos alimentos por meio da produção, em especial da agricultura tradicional e familiar(BRASIL, 2006a)

Esse marco regulatório é construído em razão das transformações sofridas pelo tema ao longo dos anos e pela necessidade da indicação clara dos rumos e objetivos perseguidos pelas políticas públicas de alimentação. Os programas públicos de assistência alimentar ganham relevância a partir da década de 1930. Lima(1997, p. 16) reflete sobre esse contexto:

A fome e a subalimentação foram concebidas como plano da causalidade, como desequilíbrios decorrentes do modo de organização do sistema econômico produtivo fundado na monocultura, que ao limitar o acesso a alimentos, formava hábitos defeituosos desde os tempos coloniais [...] as classes pobres padeciam de subalimentação quantitativa global(fome) por pobreza e ignorância, enquanto as classes ricas também se alimentavam mal e se situavam no limiar da subalimentação qualitativa, que se afirmou na ignorância como categoria justificadora da Educação Alimentar.

O diagnóstico de parte da sociedade era de que o *déficit* na oferta de alimentos era resultado de um meio rural subprodutivo e que a resolução seria por meio de investimentos em máquinas e equipamentos, de maneira a modernizar a atividade agrícola. Por essas razões, por meio do Sistema Nacional de crédito Rural(SNCR)<sup>24</sup>, as décadas de 1960 e 1970 foram fartas na disponibilização de recursos.

Todavia, segundo Delgado(2009, p. 10), esses investimentos tiveram as seguintes características:

favoreceu basicamente os produtos agrícolas destinados à exportação, o que, juntamente com o aumento da relação preços das exportações/preços dos produtos alimentares, provocou um acentuado desequilíbrio na relação entre

---

<sup>24</sup>Pelo menos até 1976, a oferta de crédito rural foi incrivelmente abundante e subsidiada, de modo que a participação do crédito na renda agrícola foi sempre muito elevada. Essa fartura do crédito agrícola esteve associada às mudanças institucionais realizadas pelo governo (criação do Banco Central e reforma do sistema financeiro nacional) e principalmente a uma conjuntura mundial favorável, marcada por grande disponibilidade de recursos financeiros(DELGADO, 2009)

produção para exportação e produção para alimentação, piorando a distribuição de renda no meio rural; (4) a modernização da agricultura esteve intimamente associada a uma onda de internalização do que na época se chamava de “complexo agroindustrial”, a montante e a jusante, com liderança das empresas multinacionais, num processo que foi também chamado de “industrialização (e internacionalização) da agricultura” ou de “revolução verde”; [...] (5) promoveu um violento processo de expulsão de mão-de-obra do campo, especialmente nas regiões onde a modernização foi mais intensa: o Sudeste e o Sul foram responsáveis por cerca de 60% do total das migrações líquidas do meio rural nas décadas de 1960 e 1970.

Esse processo de modernização da agricultura não resolveu a questão do abastecimento alimentar do mercado interno. Apesar do crescimento agrícola e pecuário de 5,3% e 6,3% no período de 1971-1976, os maiores até o momento histórico; os preços dos alimentos permaneciam altos com o índice de produtos agrícolas (IPA) registrando uma média anual de aumento de 30,4% do período de 1971 -1980 e de 208,5% no período de 1981-1990 (BELIK; SILVA; TAKAGI, 2001).

Esse crédito abundante colaborou também na industrialização das cadeias de produção e de abastecimento de alimentos, tornando-as mais longas. Segundo dados de Belik, Da Silva e Takagi (2001), o consumo de alimentos *in natura*, em relação ao montante consumido, passou de 17,4% em 1959 para 5,4% em 1970. Por outro lado, o consumo de industrializados cresceu, no mesmo período, de 15,1% para 25,3%. Ou seja, a necessidade de aumento na oferta<sup>25</sup> alonga a cadeia produtiva e os ultraprocessados ampliam seu espaço na alimentação diária.

Como sabemos, o aumento do consumo de alimentos industrializados e ultraprocessados elevam a ingestão e os níveis de gordura e açúcar no organismo, o que pode acarretar a obesidade<sup>26</sup> e o aparecimento de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), como as do coração por exemplo. Segundo Dias et. AL (2017), o excesso de peso e a obesidade foram constatados, respectivamente, em 56,9% e 20,8% da população adulta do país.

Nesse sentido, o Guia Alimentar Brasileiro (2014) lembra que a Ciência da Nutrição surge para identificar e avaliar os efeitos dos nutrientes, presentes nos alimentos, no nosso organismo. Com a evolução desses estudos, o Guia adverte que:

a proteção que o consumo de frutas ou de legumes e verduras confere contra doenças do coração e certos tipos de câncer não se repete com intervenções baseadas no fornecimento de medicamentos ou suplementos que contêm os nutrientes individuais presentes sobre a prevenção de doenças advém do alimento em si e das combinações de nutrientes e outros compostos químicos que fazem parte da matriz do alimento, mais do que de nutrientes isolados (BRASIL, 2014, p. 16).

Esses estudos são o que de fato sustentam as ações em políticas públicas de alimentação. O primeiro documento público governamental com esse intuito norteador foi o

---

<sup>25</sup> Como forma de contextualizar essa necessidade produtiva é preciso dizer que a população brasileira que era de 72 milhões em 1960, chega a 1980 com 121 milhões; ou seja, sobre 68% em 20 anos.

<sup>26</sup> A OMS (2020) define a obesidade como condição crônica caracterizada pelo acúmulo excessivo de gordura que traz repercussões à saúde. As Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) que tem levado maior número de óbitos são as doenças cardiovasculares, as respiratórias, o Diabetes e o Câncer.

*Segurança Alimentar- proposta de uma política de combate e a fome.* Esse documento data de 1986 e é a primeira vez que se utiliza o termo segurança alimentar em uma política pública (BURLANDY, 2009; MARQUES, 2015). Esse documento é fruto da mobilização social em torno da I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição (CNAN), que passa a inserir a dimensão do qualitativo nutricional ao conceito de segurança nutricional.

Esses dois momentos trazem outra dimensão à alimentação saudável ao atrelá-la como uma melhor condição de cidadania e equidade (MARQUES, 2015), uma visão mais ampla, portanto, do que a noção tão somente produtivista das décadas passada.

No início dos anos de 1990, é criado o Movimento Cidadania, que se mobiliza na luta Contra a Fome, a Miséria e pela Vida. Tendo como principal representante o sociólogo Herbert de Souza, conhecido como Betinho; o movimento acende no país o debate sobre o problema da fome.

O momento político vivido àquela altura rumava para o enfraquecimento das políticas públicas, inclusive as alimentares<sup>27</sup>, em razão da eleição do Presidente Fernando Collor de Mello, em 1989, e de suas opções no campo econômico e social. A política de alimentação escolar, por exemplo, teve redução orçamentária e o Programa Nacional do Leite para Crianças Carentes (PNLC) foi extinto.

O PNLC, iniciado em 1986, que distribuía cupons na proporção de 1 litro de leite para cada criança com de até 7 anos e idade na família, contribuiu no aumento da produção de leite no país em 20,1% de 1986 até 1990 e no aumento per capita de consumo, no mesmo período de 94 para 109 litros/ano (BELIK; SILVA; TAKAGI, 2001). Segundo os autores, em que pese os problemas de gestão do programa, há que se destacar que esta foi a primeira experiência de distribuição de cupons de alimentos no Brasil.

Esse contexto de abandono e cerceamento das políticas públicas era incompatível com o grito da sociedade por melhores condições de vida. Dessa forma o movimento Ação da Cidadania “formado por milhares de comitês de bairros, de locais de trabalho, etc., que tomaram para si o enfretamento do problema da fome, coletando e distribuindo alimentos aos grupos sociais mais necessitados” (MENEZES, 2010, p. 249).

Em abril de 1993 é criado o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), que tinha representação do governo e da sociedade e assessorava o Presidente da República em questões relacionadas à segurança alimentar e nutricional.

A ação mais importante do CONSEA nesse período foi a condução, em ação conjunta com o movimento Ação da Cidadania, do Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos (PRODEA)<sup>28</sup>. Por meios dos comitês gestores locais eram distribuídas cestas básicas para as populações em situação de fome.

O CONSEA é extinto em 1994, no governo do Presidente Fernando Henrique, porém o movimento ação Cidadania continua o diálogo com as bases (comitês) locais. Ao participar da Cúpula Mundial de Alimentação (1996), o movimento assume, com outros 186 países, o

---

<sup>27</sup>Ação que simboliza bem esse momento, segundo Vasconcellos (2005) é a nomeação do representante da Associação Brasileira da Indústria da Nutrição (ABIN) para o cargo de Presidente do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN). Com isso o Programa de Suplementação Alimentar (PSA) passou a utilizar alimentos industrializados em substituição aos *in natura*.

<sup>28</sup>A distribuição mensal de cestas de alimentos a cerca de 8,6 milhões de pessoas que moram em bolsões de pobreza, assentamentos rurais e comunidades indígenas será suspensa em pouco mais de um mês por decisão do governo. Até agora não foi criado substituto para o programa. O Prodea (Programa de Distribuição de Alimentos) foi cortado do Orçamento da União para 2001 e não pode mais ser ressuscitado no Congresso mediante emendas de parlamentares. Sem autorização legal para gastos, o programa deixa de existir (FOLHA DE SÃO PAULO, 2000).

compromisso em reduzir pela metade, até 2015, o número de pessoas subalimentadas no mundo, tendo como base as 815 milhões de pessoas sob essa condição em 1992.

Importante destacar que a soberania alimentar também é discutida neste evento e, conforme sustenta Maluf(2000, p. 59), ela “está associada à geração de emprego dentro do país e à menor dependência das importações e flutuações de preços do mercado internacional”.

Esses fatores é o que orienta a construção do Programa Fome Zero(PFZ) e o seu lançamento pelo governo Lula no início de 2003. O PFZ tem uma proposta abrangente de 25 políticas públicas e 60 programas com perspectiva de atuação no campo estrutural, na de políticas específicas de alimentação e de transformações locais(BELIK, 2003; TAKAGI, 2010).

O desafio de melhorar os níveis de renda no campo por meio do estímulo à produção, por intensificação da reforma agrária e por outras medidas macroeconômicas, dava o norte estrutural ao programa. Na área específica, o objetivo era o de atacar a fome pela valorização dos programas alimentares existentes e pela transferência de renda.

No último campo de atuação proposto, o local, o propósito é o de atuar com os municípios em projetos de restaurantes populares, de hortas comunitárias e aquisições das produções dos agricultores familiares para grupos em situação de vulnerabilidade, indicando, assim, o caminho da sustentabilidade em seus vários níveis.

Essa junção de um desafio estrutural macro que possa ganhar vida a partir da aplicação local é o que permite a inclusão dos agricultores familiares no PNAE. É uma visão estratégica na segurança alimentar, de forma a buscar uma alimentação mais saudável aos escolares, respeitando os hábitos alimentares locais, ao modo de viver e de proteger os recursos naturais.

A ideia da política é sensacional, porém estudos revelam que a agricultura brasileira, incluindo a familiar, ainda é intensiva no uso de agrotóxico. Pignati et al. (2007) revelam, por exemplo, que em Rio Verde-MT as névoas de agrotóxicos causadas pelas pulverizações aéreas estavam danificando o cultivo de hortaliças e plantas ornamentais das áreas urbanas. Esse evento foi caracterizado pelos órgãos de fiscalização como um acidente rural ampliado “cuja gravidade e extensão ultrapassam o local de trabalho, extrapolando os riscos para além da unidade produtiva rural, com provável contaminação do ar, mananciais de água, solo e das plantas” (PIGNATI; MACHADO; CABRAL, 2007, p. 106). Esse estudo faz menção a uma área de exploração pelo agronegócio (que é sabidamente intensivo no uso de agrotóxicos) e demonstra a amplitude do debate, também feita em estudos (ABREU et al., 2016; PETARLI et al., 2019) com agricultores familiares.

Abreu et al. (2016) estudando 81 propriedades rurais familiares de Lavras-MG, mostram que em 35,8% das propriedades utiliza-se de 6 a 20 tipos de agrotóxicos, em 55,6% de 2 a 5 tipos de produtos e em 8,6% era utilizado um único tipo. Dos agrotóxicos utilizados 40,9% são classificados como alta e extremamente tóxicos.

Na mesma linha Pertali et al.(2019) analisa que 56,3% utilizam mais de 5 tipos de agrotóxicos, 46,2% não respeitavam o tempo de reentrada na lavoura e 74,9% considera prejudicial a saúde do consumidor. Dado adicional desse estudo é que no Espírito Santo a comercialização de agrotóxico aumentou 64,6% entre 2000 a 2016, enquanto a área plantada reduziu em 17,0%. Para Tabai (2018, p. 139) "A liberação do uso de sementes geneticamente modificadas (transgênicas), no Brasil, propiciou ao país ser líder no consumo de agrotóxicos, pois o cultivo dessas sementes exige a utilização em larga escala desses produtos".

Diante desses estudos que sinalizam para a utilização em massa de agrotóxicos, a pergunta que logo nos vem é: Se a agricultura familiar utiliza agrotóxico da mesma forma que o agronegócio, qual a segurança alimentar e nutricional que a AF pode retornar para o PNAE?

Primeiro lembrando da dimensão macro do conceito que abrange a geração de renda ao desafio de se produzir respeitando o meio ambiente. Em segundo trazendo uma citação de

Saquet (2014, p. 132) que “Nem toda agricultura camponesa é (agro) ecológica, mas as práticas (agro) ecológicas são camponesas, ou seja, não são empresariais”. Desconsiderando para essa análise as diferenças entre o modo de vida camponês e do AF, o autor está querendo dizer que a possibilidade de produzir agroecologicamente está na AF. A produção agroecológica é àquela que:

é entendida como um processo de aplicação (práticas) de conceitos e princípios ecológicos no manejo de agroecossistemas, no intuito de gerar menos impactos negativos ambientais e sociais, e de diminuir o uso de insumos externos a cada estabelecimento rural (SAQUET, 2014, p. 127).

Pesquisas pelo país (LIMA et al., 2015; OLIVEIRA et al., 2014; SANTOS et al., 2014) dão conta de múltiplas experiências agroecológicas e dos desafios envolvidos, que vão desde as questões financeiras e técnicas até as sociais e culturais. Santos et al.(2014), por exemplo, revelam a dificuldade do Estado em propor uma assistência técnica para essas produções, fazendo com que o produtor conte com o apoio de entidades não governamentais para esse fim. Na mesma linha dos desafios, Lima et al.(2015) acrescenta que o poder econômico do estado por meio dos programas governamentais, tem sido um motivador para a participação dos agricultores. Nesse sentido, é das produções familiares que vem às práticas agroecológicas e o impulso inicial para uma perspectiva de longo prazo. Com essa perspectiva, nada mais promissor que a promoção da SAN nas escolas.

A legislação instrui que a alimentação escolar seja preparada com a utilização de alimentos básicos, que respeitam as referências nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura alimentar da localidade e pautar-se na sustentabilidade, sazonalidade e diversificação agrícola da região e na alimentação saudável e adequada (BRASIL, 2009).

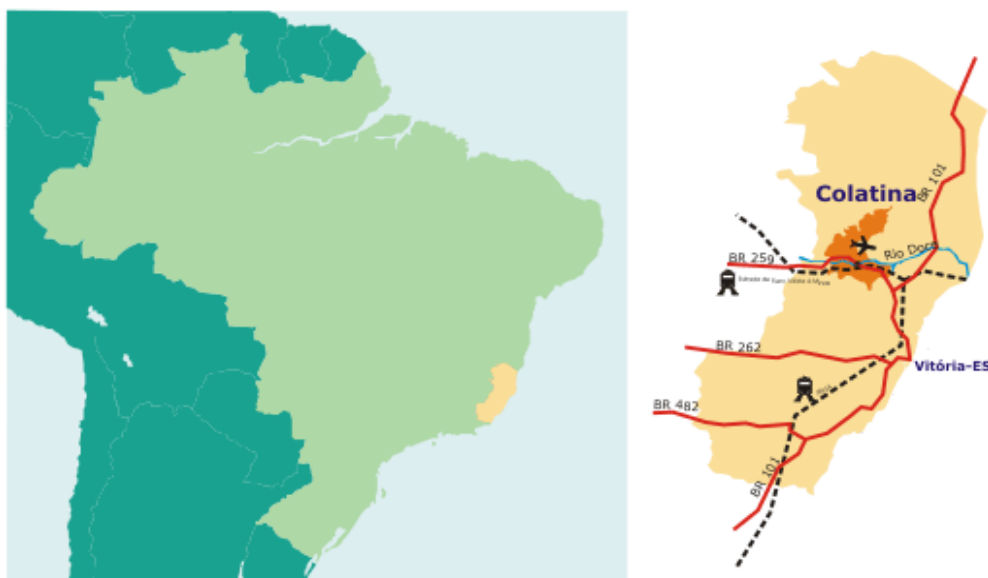
A presença das produções familiares com frutas, verduras e legumes *in natura* nas escolas é relatado por Silva et al. (2019) como um ponto para a confiança na alimentação escolar, pois os alunos entendiam que era uma comida saudável e que a escola buscava atender as normativas do PNAE.

Para Sousa (2015), pesa ainda a favor da alimentação escolar as mais variedades possibilidades produtivas do nosso país em razão das condições tropicais do clima, fator que contribui para uma diversificação dos cardápios e com utilização de alimentos variados e que utilizam menos agrotóxicos em suas produções.

### 3 METODOLOGIA

#### 3.1 O Universo da Pesquisa

O município de Colatina fica localizado ao noroeste do estado do Espírito Santo, tem área total de 1.398,219 km<sup>2</sup> e uma população estimada de 122(cento e vinte e dois) mil habitantes, sendo 88,0% considerada urbana e 12,0 % rural (IBGE, 2019b).



**Figura 2** - Localização Geográfica Município de Colatina

Fonte: Site Prefeitura Colatina ([www.colatina.es.gov.br](http://www.colatina.es.gov.br))

Colatina teve na construção e operação da Estrada de Ferro Vitória a Minas, em 1906, o principal impulso a sua viabilização enquanto município, dada a centralidade logística alcançada em função da comunicação com a capital do estado, situada a 130 km, e o estado de Minas Gerais. Dessa centralidade resulta sua emancipação política em 1921.

Durante todo o século XX o município se tornou referência estadual no quesito de pujança financeira e comercial, tendo a indústria de confecções como a principal força empregadora de mão de obra. Essa indústria, hoje, é formada por cerca de 600 empresas, 97% micro e pequenas (COLATINA, 2020).

Atualmente o município tem o 11º PIB per capita do estado do Espírito Santo e 1.420º em termo de país, porém a concentração de renda está presente. Para termos uma ideia, segundo dados do IBGE(2019b), 29,9% da população têm renda mensal (per capita) de até 1/2 salário mínimo.

Na educação a taxa de escolarização na faixa etária de 6 a 14 anos é 98,6%. O resultado do IDEB<sup>29</sup> (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) da rede pública é de 6,0 para os anos iniciais do ensino fundamental e de 4,9 para os anos finais (IBGE, 2019b).

A rede pública municipal de ensino conta com 86(oitenta e seis) escolas, sendo 50(cinquenta) urbanas e 36(trinta e seis) do campo. Na rede estadual são 11(onze) escolas ofertando o ensino médio (SEDU, 2020). O município conta com dois *campi* do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes), um deles voltado para as disciplinas agropecuárias e implementados nos anos de 1960 como escola agrotécnica federal. O município sedia também um pólo da Universidade aberta do Brasil (UAB), mantido pelo município em parceria com a Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e o Ifes (COLATINA, 2020).

### 3.2 Método da Pesquisa

A inserção da agricultura familiar no PNAE do município de Colatina-ES foi pesquisada a partir de uma abordagem predominantemente qualitativa<sup>30</sup>, com apoio quantitativo, utilizando pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas como principais instrumentos.

A pesquisa documental se iniciou com o estudo do edital de chamada pública de 2019, a fim de termos clareza sobre as condições de seleção dos agricultores para o PNAE e as relações deste com as legislações (BRASIL, 2009, 2013, 2015) em vigor, com o intuito de verificar de que forma a legislação tem contribuído para a participação dos AF.

O estudo das legislações perpassou todo o conteúdo dessa pesquisa, com o propósito de estabelecer elos entre a realidade apresentada e os conceitos e ideários da política pública. Esse conhecimento foi fundamental como preparação para as entrevistas.

Foram realizadas um total de 29 (vinte e nove) entrevistas, conforme os roteiros do Anexo A, com os seguintes sujeitos: gestão da alimentação escolar, Secretaria de Desenvolvimento Rural, agricultores Familiares e gestores de unidades escolares.

A entrevista com a gestão da alimentação escolar (identificada no texto por "gestão da alimentação") e com a Secretaria de Desenvolvimento, foram realizadas nos respectivos escritórios administrativos dos departamentos. .

Os agricultores familiares de Colatina-ES estão organizados em Cooperativa para a participação no PNAE, a CAF (Cooperativa dos Agricultores Familiares de Colatina). Com esse grupo de sujeitos foram realizadas em um total de 11(onze) entrevistas, sendo 10(dez) com agricultores e 01(uma) com a gestão administrativa da cooperativa. Os agricultores são identificados no texto como "agricultor 1", "agricultor 2", sequencialmente; e a gestão é identificada como "gestão CAF".

---

<sup>29</sup> O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado em 2007 e reúne, em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. O Ideb é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e das médias de desempenho no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). O Ideb agrega ao enfoque pedagógico das avaliações em larga escala a possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis, e que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas. O índice varia de 0 a 10. A combinação entre fluxo e aprendizagem tem o mérito de equilibrar as duas dimensões: se um sistema de ensino reter seus alunos para obter resultados de melhor qualidade no Saeb, o fator fluxo será alterado, indicando a necessidade de melhoria do sistema. Se, ao contrário, o sistema apressar a aprovação do aluno sem qualidade, o resultado das avaliações indicará igualmente a necessidade de melhoria do sistema.

<sup>30</sup> A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa das ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes (MINAYO, 2013, p. 21).

O critério de definição de amostra para todos os grupos de sujeitos da pesquisa foi o da saturação<sup>31</sup>. Para o grupo dos AF o número de entrevistas realizadas corresponde a 20,0% dos agricultores fornecedores para o programa no ano de 2019, segundo informações da gestão CAF. As entrevistas foram realizadas nas propriedades dos agricultores (8 delas) e três delas na sede da cooperativa( 2 agricultores, e uma com a gestão).

O acesso aos agricultores foi possível pela intermediação de um dos agricultores cooperados, que estabelecia um primeiro contato apresentando a proposta da pesquisa. Para 50% dos entrevistados houve um segundo contato realizado pelo pesquisador apresentando o estudo, o objetivo da entrevista e combinando os locais e horários.

Ter realizado quase a totalidade das entrevistas com os agricultores nas propriedades, foi essencial para a admissão, à pesquisa, do contexto macro da produção familiar, como por exemplo, as condições logísticas de escoamento da produção. As entrevistas realizadas na sede da Cooperativa tiveram a duração e tranquilidade necessárias para a consecução dos fins propostos.

A saturação neste grupo foi alcançada em pontos como a avaliação dos agricultores quanto à gestão do PNAE pelo município, a forma de manejo da produção, a percepção dos agricultores quanto ao apoio de órgãos como Incaper, Idaf e Secretaria de Desenvolvimento Rural. Na apresentação dos demais dados coletados a análise destes pontos busca, com mais profundidade, atingir os objetivos propostos por esta pesquisa.

Com o grupo de gestores escolares foram realizadas 16 (dezesesseis) entrevistas, divididas entre escolas urbanas e do campo. Nas escolas urbanas foram um total de 12 (doze) entrevistas, 8(oito) com gestores de escolas de ensino fundamental (EMEFs) e 4(quatro) com gestores de centro de educação infantil(CEIMs).

Ao considerarmos um total de 50(cinquenta) escolas urbanas, 29(vinte e nove) EMEF e 21(vinte e um) centros de educação infantil, a inclusão progressiva neste grupo de sujeitos alcançou a amostra de 19,04% para CEIM e 27,58% para EMEF.

As escolas do campo são no total de 36(trinta e seis), sendo 3 (três) comunitárias rurais (EMCOR) que ofertam todo o ensino fundamental, e 33(trinta e três) multisseriadas nos anos iniciais. As entrevistas alcançaram as 3(três) EMCOR e a coordenação das 33(trinta e três) multisseriadas, que está sediada na Secretaria Municipal de Educação. A identificação das falas dos gestores escolares será identificada por “escola 1”, “escola 2, etc. A coordenação das escolas do campo será identificada por "gestão das multisseriadas”.

Para esse grupo de sujeitos as entrevistas foram viabilizadas, i) por meio de contato direto do próprio pesquisador, ii-) com contribuição de um intermediador da área de educação e, iii-) com a contribuição da coordenação das escolas do campo.

Em 83,33% das entrevistas realizadas nas escolas urbanas o pesquisador foi quem realizou o contato direto com as escolas, e em 16,66% houve colaboração de uma intermediação. A intermediação não ocorreu em razão de dificuldades em acessar a rede de educação, e sim pela proximidade com o intermediador e pela disposição em colaborar.

De portão em portão e pedindo para falar com o gestor (coordenador ou diretor), foi a maneira de apresentar a pesquisa e solicitar a colaboração do gestor. Foram poucos os casos de não aceitação da participação, o que é normal. A pesquisa foi muito bem recebida pelos gestores, havendo agendamento e/ou realizada de forma imediata.

As entrevistas foram realizadas no ambiente escolar e por isso não estiveram livre de descontinuidade, o que não prejudicou os objetivos. A saturação desse grupo se deu em todos os pontos do roteiro, ou seja, gestão da alimentação escolar na unidade escolar, estrutura da

---

<sup>31</sup>Minayo(2013, p. 48) nos ensina que a saturação acontece “quando as concepções, explicações e sentidos atribuídos pelos sujeitos começam a ter uma regularidade de apresentação”.



unidade no que tange a alimentação, a inclusão dos produtos da AF na alimentação escolar, o debate sobre a educação alimentar na unidade, e a avaliação dos gestores quanto à alimentação fornecida pela escola.

Os dados foram organizados de modo a agrupar as informações dentro de cada uma das perguntas determinadas nos roteiros, permitindo analisar o conteúdo de forma a avaliar os pontos consolidados, as repetições, as diferentes abordagens, as características do grupo de sujeitos, etc. Foram utilizados programas *Microsoft Word e Excel* para a organização e tratamento dos dados.

A pesquisa obedeceu a todos os requisitos éticos da pesquisa estabelecidos pelo comitê de ética, com submissão à Comissão de Ética em Pesquisa na UFRRJ (COMEP/UFRRJ), conforme os princípios da resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. Os entrevistados autorizaram as entrevistas por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A fim de subsidiar o leitor com informações do contexto agropecuário da pesquisa, listamos na tabela 2, abaixo, alguns dados retirados do censo agropecuário (IBGE, 2017).

**Tabela 2** - Dados do Censo agropecuário 2017 para Colatina-ES

Quantidade de Estabelecimentos	2409
Área Média (ha)	36,47
Pessoal Ocupado/Estabelecimento (Pessoa)	3,66
Ativ. Econ. - Lavoura Temporária (%)	3,07
Ativ. Econ. - Lavoura Permanente (%)	67,37
Ativ. Econ. - Pecuária (%)	25,61
Ativ. Econ. -Horticultura&Floricultura (%)	1,49
Ativ. Econ. -Sementes&Mudas (%)	0,04
Ativ. Econ. - Produção Florestal (%)	2,16
Ativ. Econ. - Pesca (%)	Null
Ativ. Econ. - Aquicultura (%)	0,25
Uso das Terras - Lavoura (%)	15,51
Uso das Terras - Pastagem (%)	52,50
Uso das Terras- Matas ou Florestas (%)	21,81
Utilização de Agrotóxicos (%)	71,73
Uso Irrigação (%)	73,23
Assistência Técnica (%)	20,17
Agricultura Familiar (%)	65,09
Produtor - até Ens. Fundamental (%)	64,09

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Gostaríamos de chamar a atenção para o fato que em 67,37% estabelecimentos agropecuários do município a lavoura permanente é a atividade econômica principal. Ao esmiuçarmos um pouco mais esse dado encontramos que em 82,0% desses estabelecimentos a lavoura permanente cultivada é a cafeeira. Ou seja, dos 2.409 estabelecimentos agropecuários do município, aproximadamente, 1.330 deles tem a lavoura cafeeira como atividade principal.

Esse dado é significativo na medida em que as lavouras ocupam 15,51% das terras. Segundo dados do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural-Incaper (2020), o estado do espírito santo é o responsável por 75% da produção nacional do café conilon e Colatina está entre os 14(quatorze) maiores produtores do estado. O estado é formado por 78 municípios.

Essa participação produtiva do estado e do município é o retrato em números do enraizamento histórico da agricultura local em torno da produção cafeeira. Diante dessas condições produtivas vigentes a produção para a alimentação escolar é vista com cautela em relação à viabilidade produtiva, se considerados os fatores custo e retorno.

A fala de um dos agricultores retrata bem esses aspectos:

Quando você começa com a novidade na região, principalmente numa região igual a nossa aqui que o pessoal é muito café, você vai conversar com o

povo aqui, 99% é café né, então quê que acontece; primeiroele quer ver você fazer,se saiu um pra fazer e deu resultado eles pegam carona, mas se você vai chamar um grupo aqui hoje, uma associação, alguma coisa para a gente tentar; vamos fazer um planejamento nesse sentido, aí ninguém vai, ninguém vai. É muito difícil (AGRICULTOR 5).

Diante dessa condição histórica da produção cafeeira, a Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) do município enxerga que os mercados institucionais, em especial o da alimentação escolar, vêm oportunizando condições de diversificação e de avanço nas produções de hortaliças e frutas. *“Tem agricultor familiar aí, aqui no córrego Dantas mesmo, que arrancou café pra plantar inhame e tá até hoje, planta inhame, planta quiabo”* (SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO)

A partir dessas informações iniciais passamos aos resultados da pesquisa quanto ao processo de organização dos agricultores para o mercado institucional de alimentação escolar.

#### **4.1 A Organização dos Agricultores Para o PNAE**

Os agricultores participam no PNAE do município por meio da Cooperativa de Agricultores Familiares, a CAF. A participação no programa por meio das representações dos agricultores (associações, cooperativas) pode ser determinada como exclusiva a depender da opção pela entidade executora do programa.

A resolução nº 06/2013 (BRASIL, 2013) do FNDE, diz que a entidade executora que recebe valores anuais acima de R\$ 700 mil reais “poderá optar por aceitar propostas apenas de organizações com Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) Jurídica, desde que previsto na chamada pública”(BRASIL, 2013).

A gestão municipal de Colatina tem optado ao longo dos anos por esse critério de seleção dos agricultores nos editais de chamada pública, na medida em que está enquadrada pelo critério financeiro com recebimento anual médio do FNDE (2015-2019) de 1,6 milhão(FNDE, 2020).

A Cooperativa teve sua fundação em 2003, oriundo de um processo de discussão iniciado no final da década de 90, de acordo com o relato:

olha, eu sempre participei e sempre tive mais próximo assim do sindicato dos trabalhadores rurais né. E o sindicato fez um trabalho, exatamente na década de, começaram aí por volta de 99, uma discussão no vale do Santa Joana e Vale do Boa Esperança, fizeram um diagnóstico pra ver a probabilidade de diversificar um pouco mais a agricultura né, e teve toda uma discussão, inclusive tem livro desse trabalho que eles fizeram, e aí saiu lá que seria interessante, pra agricultura, que se criasse uma cooperativa, pra poder tá ajudando o agricultor. Na época, até foi discutido uma cooperativa na área de produção e comercialização e uma cooperativa de crédito. E a gente então ali em 2003 a gente formou essas duas cooperativas. (AGRICULTOR 7).

O agricultor fala na formação de duas cooperativas, uma de produção e a outra de crédito. A de produção é a CAF, que participa do PNAE. A de crédito é a CRESOL<sup>32</sup>, que é um Sistema Cooperativo com atuação em âmbito nacional.

Em relação a Cooperativa de crédito, Abramovay(2010) considera que o mérito do sistema CRESOL está em estabelecer vínculos sociais de proximidade entre os associados, e desses com os seus fornecedores e compradores. Ainda segundo o autor, essa é a principal razão para a significativa participação do sistema na distribuição dos créditos do Pronaf em todo país, acima, inclusive, do Banco do Brasil na região sul.

A Cooperativa de produção(CAF) tem seus primeiros passos em direção ao PNAE logo no lançamento do programa em 2009. Esse primeiro momento foi de mobilização dos agricultores. *“O primeiro projeto nós não conseguimos chegar nem a R\$ 200 mil reais, e, se não me engano, tinha R\$ 500 mil reais para adquirir pela chamada pública” (GESTÃO CAF).*

Com o passar dos anos o número de cooperados foi aumentando e a estrutura da cooperativa se fortalecendo. Em 2013 uma agroindústria de polpa de frutas foi inaugurada pela cooperativa de forma a absorver e agregar valor à produção, ampliando, ainda, o alcance comercial da agricultura local.

Essa agroindústria é uma construção dos agricultores, discutida no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR) do município e fomentada por recursos federais, conforme relato da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR):

Então hoje existe a CAF que faz a gerência daquela fábrica de polpa de fruta instalada na escola, aquilo ali foi tudo comprado e reformado, os primeiros equipamentos, porque depois ela caminhou e ela mesmo comprou e ampliou a capacidade de produção dela e colocou outros equipamentos lá, hoje são equipamentos maiores; mas a princípio eram equipamentos menores.

Outro empreendimento de estruturação da AF local é uma loja de produtos agropecuários recém-inaugurada pela CAF. O Objetivo é ofertar insumos com preço melhores que os praticados pelo mercado concorrencial, conforme relato do agricultor 7 *“colocou uma loja lá, a ração, por exemplo, como ela pega numa escala maior, ela consegue um preço melhor”*.

Ainda sobre a loja, o agricultor 3 ressalta o olhar da CAF para a produção sustentável, ao relatar que *“tem ração, adubo, produtos de manejo de pragas e doenças, a nível natural, tem nenhum veneno não, eles não vende veneno, adubo químico vende”*.

Em 2019, o número de agricultores participantes exclusivos no PNAE de Colatina *“foi de uns 40, talvez 50”* (GESTÃO CAF). Com um total de 130 cooperados, a gestão acrescenta que a participação no PNAE em outros municípios, além da venda da polpa de frutas em

---

<sup>32</sup>Há mais de duas décadas nasceu o Sistema Cresol, um Sistema Cooperativo que se desafiou a ser e fazer a diferença e hoje se destaca como uma das principais cooperativas de crédito do Brasil, com mais de 200 mil famílias cooperadas em dez estados brasileiros. A Cresol surgiu em Francisco Beltrão, no sudoeste do Paraná, onde também está instalada a sede da Central Cresol Baser. Hoje o Sistema tem uma área de abrangência com agências de relacionamento nos estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás, Rondônia, São Paulo, Rio de Janeiro e Amazonas, com expansão para novas áreas.(cresol.com.br).

mercados diversos, faz com que todos os cooperados participem efetivamente das ações comerciais<sup>33</sup>.

A cooperativa é quem lida, no dia a dia, com o município, afinal a relação contratual é firmada com ela. A partir do processo de contratação da chamada pública, é estabelecida a relação de produtos a serem entregues durante o ano. Essa lista é levada para uma reunião com os cooperados, onde cada um se dispõe a entregar determinado(s) produto(s), suas respectivas quantidades e em qual período do ano.

Com o início do ano letivo, o setor de alimentação realiza pedidos semanais à cooperativa, geralmente às quartas-feiras, para serem entregues na segunda e terça seguintes. Nesse ínterim a cooperativa contacta o respectivo produtor para a entrega na sede da cooperativa. Alguns poucos produtores e em ocasiões bem específicas realizam a entrega na sede do setor de alimentação. Os produtos passam na cooperativa por uma avaliação da qualidade para somente, em seguida, formar o pedido para destinação do montante.

Os agricultores formalizam a entrega dos produtos por meio da nota do bloco de produtor, a partir de cada entrega. Quem paga o agricultor é a cooperativa, que é quem recebe do município. Segundo o agricultor 3 *“o preço e o pagamento todo final de mês, o pagamento é garantido”*.

Houve relato de outro agricultor dizendo que não necessariamente os pagamentos são feitos ao final do mês. A depender da disponibilidade financeira da cooperativa e da necessidade do agricultor o pagamento pode ser realizado antes. A CAF recebe do município e paga os cooperados por meio de transferência bancária.

Existe ainda a possibilidade do adiantamento do pagamento aos agricultores por meio do fornecimento de insumos agropecuários da loja de propriedade da CAF. De acordo com o agricultor 8, a CAF *“montou uma loja pra ajudar mais o agricultor, tem produtos lá que eu consigo levar o produto e pegar a parte de subsídio de volta”*.

## 4.2 Dos Agricultores Participantes

As entrevistas com esse grupo foram realizadas com 9 (nove) agricultores e 1(uma) agricultora, com 3 deles na faixa etária de 30 a 40 anos, 3 entre 40 e 50 anos e 4 acima dos 50 anos de idade.

Ao término de uma das entrevistas, quando perguntado se gostaria de acrescentar algo, o agricultor estabeleceu a relação entre o fomento financeiro promovido pelo PNAE e a permanência do homem no campo. Segue o relato do agricultor:

A preocupação, porque a cada dia que passa, se não gira dinheiro, porque, o jovem ficar no meio rural não tem problema, mas se ele não tiver um carro, não tiver uma moto, não tiver dinheiro pra procurar lazer, uma diversão, ele num vai ficar aqui não, porque a cidade oferece 1000 possibilidades né, desde um butiquim, um forró ou qualquer coisa ali; clube, uma piscina, um futebol; aqui nem futebol tem mais. E aí, isso vai ficando o quê, cada dia que passa vai ficando só os velhos, vai envelhecendo, esvaziando e envelhecendo (AGRICULTOR 3).

Esta preocupação com a saída dos jovens do campo em Colatina reforça o processo de envelhecimento e de masculinização da população do campo verificado por vários autores<sup>34</sup>.

---

<sup>33</sup> “São 130 Cooperados participando ativamente da cooperativa. A Cooperativa participa do PNAE de Colatina, de São Domingos, de Governador Lindenberg, de João Neiva e Fundão com hortifrutí. Depois a gente faz todo o norte do estado, via Sedu (Secretaria Estadual de Educação), com polpa de fruta, mais Linhares, Aracruz, uma prefeitura de Minas Gerais, Vila Velha e Vitória com polpa de fruta” (gestão CAF, 2020).

Ao estudar a juventude rural Oliveira e Benevenuto(2019), destacam que a permanência dos jovens no meio rural depende da sua inserção ativa em movimentos sociais, como movimentos do campo, religiosos, etc. Destacam ainda que, a ausência de políticas públicas é um fator do abandono do campo.

Camarano e Abramovay(1999) apontam que o êxodo rural viveu seu ápice entre os anos de 1960 e 1980, com 27 milhões de pessoas. A população do campo representava 44,0% do total em 1970 e caiu para 22,0% em 1996. As maiores características desse processo estão no maior número de mulheres jovens deixando o campo. Ainda segundo os autores, em 1950 se tinha no campo 1,04 homem para cada mulher, razão que passa para 1,09 em 1996. Fortalece o argumento da masculinização, o fato de em 1996 o número de rapazes (15 a 29 anos) morando no campo ser superior em 14% superior ao de moças. Estudo de Froehlich et al. (2011) aponta para a redução da população rural na faixa de 0 e 14 anos e um aumento da população idosa, e revela ainda uma perda de intensidade da masculinização na fase jovem e o seu aumento na fase adulta.

O esvaziamento do campo e da força de trabalho da AF na atividade agrícola em Colatina se evidencia na pesquisa. Em 50,0 % dos estabelecimentos entrevistados o número de pessoas ligadas diretamente a atividade agrícola é menor ou igual a 2 (duas) pessoas. A média geral é de 2,7 pessoas/estabelecimentos.

Acerca da condição legal de ocupação da terra, 7(sete) são proprietários, 2(dois) estão sob o regime de comodatário<sup>35</sup> e 1(um) é parceiro<sup>36</sup>. Entre os proprietários, 2 (dois) deles eram parceiros e adquiriram a propriedade nesta última década, o que destaca a luta pela terra (MARTINS, 1981, 2010; WANDERLEY, 2014).

O relato de um dos agricultores é sobre as dificuldades de se diversificar a produção enquanto se está sob a condição de parceiro:

Eu passei a produzir diferente a partir do momento que eu consegui a minha propriedade, até então eu era limitado. O parceiro ele é café né, a parceria, geralmente é café, e às vezes o parceiro não gosta que você cultiva outras, outros cultivares no meio, outras plantas, então eu tinha esse desejo mas não podia(AGRICULTOR 4).

Os estabelecimentos pesquisados têm média de 17,12 ha (a média nacional da AF que é de 20,74 ha), sendo o módulo fiscal do município igual a 18 ha. A média não reflete a realidade da maioria dos estabelecimentos, pois 3(três) estabelecimentos tem área de até 5 ha,

---

<sup>34</sup>A esse respeito ver também(CASTRO, 2013; COSTA; MATOS; VALLE, 2015; STROPASOLAS, 2006; TROIAN; BREITENBACH, 2018)

<sup>35</sup> O comodato é uma modalidade contratual também muito praticada no meio rural entre proprietários e trabalhadores da terra. É classificado como contrato agrário atípico, porque ele não é disciplinado pela legislação agrária (Estatuto da Terra) e sim pelo Código Civil. Mas, pela sua natureza rural, é um contrato agrário, embora atípico. A característica do comodato é a gratuidade. Segundo dispõe o Artigo 579 do Código Civil, comodato é o empréstimo gratuito de coisa não fungível (que não se gasta com o uso). É, portanto, um contrato não oneroso.

<sup>36</sup> O estatuto da terra conceitua parceria da seguinte forma, Art. 96 § 1o Parceria rural é o contrato agrário pelo qual uma pessoa se obriga a ceder à outra, por tempo determinado ou não, o uso específico de imóvel rural, de parte ou partes dele, incluindo, ou não, benfeitorias, outros bens e/ou facilidades, com o objetivo de nele ser exercida atividade de exploração agrícola, pecuária, agroindustrial, extrativa vegetal ou mista; e/ou lhe entrega animais para cria, recria, invernagem, engorda ou extração de matérias-primas de origem animal, mediante partilha, isolada ou cumulativamente, dos seguintes riscos: I - caso fortuito e de força maior do empreendimento rural; II - dos frutos, produtos ou lucros havidos nas proporções que estipularem, observados os limites percentuais estabelecidos no inciso VI do caput deste artigo; III - variações de preço dos frutos obtidos na exploração do empreendimento rural.

3(três) entre 5 e 10 ha, e 4(quatro) acima de 10 ha. A mediana encontrada é de 8 ha conforme tabela 3:

**Tabela 3 - Área dos Estabelecimentos Pesquisados em Colatina-ES 2020**

Tamanho (ha)	Qtd de Propriedades
Até 2	2
De 2 a 5	1
De 5 a 10	3
De 10 a 20	1
Acima de 20	3

Fonte: Dados da pesquisa

Uma característica presente, mesmo entre os não proprietários, é a relação histórica com o local/ região em que vivem. 60% relatam ter nascido na propriedade em que residem atualmente, e quando a pergunta é ampliada para a região esse número sobe para 90%.

É importante esse registro na medida em que se percebe uma ligação de afeto, de zelo e de proteção da terra quanto ao seu uso perene, conforme relatos:

ah, sempre morei aqui, herança do meu pai aqui, eles casaram aqui, meu pai sempre morou aqui, aqui pra cima era do avós dele né, aí ficou a herança dele aqui então né, então a gente foi criado aqui(AGRICULTOR 2)  
[...] meu avô comprou aqui e deu essa propriedade pro meu pai e meu tio, que também tinha uma propriedade anexo aí né. E, desde então, meu pai se formou aqui, formou a família aqui, e até hoje nós estamos aqui (AGRICULTOR 6).

### 4.3 A Produção e seus Destinos

Um fator importante e com implicações na produção são as características do clima no município. Com temperatura média anual de 28°C, clima quente e úmido, e com inverno seco(COLATINA-ES, 2020), a região não é considerada a mais propícia para o cultivo de algumas espécies de hortaliças.

Por essa razão um dos produtores de alface, com propriedade em outro município, investiu na produção por hidroponia<sup>37</sup>. Associado a isso, pesa o *know-how* e o interesse em aumentar as escalas de determinados produtos. É o caso, por exemplo, do chuchu que é produzido no município de Santa Maria, reconhecido produtor de hortaliças no estado.

Nesse sentido a associação à CAF, enquanto mediadora do PNAE, é concomitante ao fornecimento para o programa em 60% dos entrevistados. Outros 40,0%, a associação é anterior e, portanto, não é possível estabelecer uma relação direta, conforme relato dos agricultores:

Na verdade, quando eu fiquei sabendo, porque tudo foi através do sindicato dos trabalhadores rurais, existia essa possibilidade, então me tornei cooperado e, na sequência, já comecei a entregar(AGRICULTOR 8)  
Na realidade a gente sempre foi envolvido em movimento, desde jovem que eu trabalhava numa organização de juventude rural a nível de estado, eu

---

<sup>37</sup>Hidroponia é o nome dado a um sistema de cultivo de plantas caracterizado por não precisar de terra (solo). As raízes das plantas ficam dentro da água. Soluções fertilizantes são adicionadas à água para alimentar as plantas. São cultivadas em estufa(WWW.ECOEFICIENTES.COM.BR, 2020).

trabalhava assim eu era um líder né pra, a meta nossa era organizar o meio rural, mudar o ensino no meio rural e fazer com que o jovem não saísse da roça; isso em 1987, 1988 por aí, eu comecei a me engajar nesse movimento. [...] E aí quando surgiu o PNAE né, deu a oportunidade da gente começar a trabalhar com o PNAE e PAA (AGRICULTOR 9).

A comercialização para o PNAE vem colaborando no estímulo para a produção, em maior escala, de novas culturas. Nesse estudo, 70% dos entrevistados disseram que a produção dos itens comercializados se iniciou com o programa, conforme fala dos agricultores:

Nós já mudamos muita coisa, já melhorou porque, nós não produzia, igual de primeiro, melancia, banana, essas coisas, nós já começamos por causa disso aqui entendeu. Isso aí foi um incentivo na verdade, porque a gente só trabalhava com café né! Depois que veio, surgiu a parte, aí, começamos a ter uma moita de aipim, ter uma moita de banana, melancia, a partir disso aí que nós começamos a trabalhar com isso aí; porque foi incentivando a gente entendeu, não tinha isso aí antes (AGRICULTOR 1).

Com essa oportunidade de entregar produto diferente né, a gente começou também a produzir coisa diferente né, porque antes era só o café mesmo né, depois a gente começou a diversificar (AGRICULTOR 2).

Separamos (quadro1) a produção de cada estabelecimento pesquisado por produtos comercializados para alimentação escolar e produtos não comercializados para a alimentação escolar.

**Quadro 1** - Itens produzidos por agricultor em Colatina-ES, 2020

Agricultor	Produção para o PNAE	Produz e não entrega para o PNAE
Agricultor 1	Banana, aipim, melancia, ovos, laranja	Café
Agricultor 2	Alface, cebolinha verde, salsa, abóbora madura e abóbora verde, milho verde	Café
Agricultor 3	Inhame, melancia, abóbora, repolho, aipim, banana	Café, pimenta malagueta
Agricultor 4	não entregou em 2018 e 2019, problemas com a seca.	Café, acerola
Agricultor 5	Repolho, mexericapokan, pimentão, pepino	Pimentão, quiabo, tempero verde
Agricultor 6	Aipim, banana, acerola (polpa de fruta)	Café, cajá
Agricultor 7	Ovos	Milho, leite
Agricultor 8	Banana nanica e ovos	Café, pimenta, banana prata e da terra
Agricultor 9	abóbora madura, aipim e batata doce	Leite e café
Agricultor 10	cebola, repolho, salsa, coentro	Milho verde, espinafre, jiló

Fonte: dados da pesquisa

Essa separação dos destinos das produções é importante na medida em que demonstra o interesse desses agricultores em participar do mercado de alimentação escolar, porém adiciona a participação em novos canais e a constatação da predominância do cultivo do café. Passamos a discutir um pouco mais esses mercados.



#### 4.3.1 A produção para o PNAE

Esse mercado demanda dos agricultores uma produção semanal de, aproximadamente, 8(oito) toneladas de alimentos. A tabela(4) apresenta os volumes demandados pelo município:

**Tabela 4 - Produtos da chamada Pública do Município de Colatina em 2019**

Lista de Produtos	Unidade	Volum e Total	Valor Total	Preço/Unidad e
<b>Legumes, verduras In Natura:</b> abóbora madura, abobrinha verde, aipim, cenoura, beterraba, milho verde*, chuchu, couve, cebolinha verde, salsa, coentro, alface americana, inhame, repolho, tomate, batata doce	Kg	113.62 5	R\$438.803,0 0	R\$ 3,86
<b>Frutas In Natura:</b> banana da terra, prata e nanica; goiaba,mexerica pocan, laranja natal- seleta, melancia	Kg	148.00 0	R\$405.860,0 0	R\$ 2,74
<b>Polpa de frutas:</b> acerola, manga, maracujá	Kg	5000	R\$57.380,00	R\$ 11,48
<b>Origem animal:</b> ovos	Dz	31000	R\$ 172.470,00	R\$ 5,56

Fonte: Site Prefeitura de Colatina(COLATINA-ES, 2020)

\*consideramos 6(seis) espigas para 1 Kg.

A relação é em sua totalidade de produtos *in natura* e de origem vegetal, o que se alinha aos estudos de referência utilizados nessa pesquisa (SCHABARUM; TRICHES, 2019; TEO; MONTEIRO, 2012). Essa predominância, segundo os estudos citados, pode ocorrer em razão de uma menor capacidade de investimento e/ou de um menor nível de organização dos agricultores, individualmente ou enquanto categoria.

O entendimento dos agricultores é de que a AF local, provocada pelo PNAE, vive um processo de amadurecimento dessa identidade produtiva e de estruturação física e financeira desse modelo. Porém, pensar em uma nova matriz produtiva em função desse mercado, não é uma decisão confortável sob o aspecto político-financeiro.

Hoje eu faço parte da Diretoria hoje, do conselho da cooperativa, então o que a gente discute lá, que a gente tem que ficar cada vez menos dependente do PNAE. O PNAE é assim, é espetacular, mas a gente sabe que a qualquer momento, com esses governos, ele pode ir diminuindo, e aí a cooperativa não vai conseguir funcionar só em cima do PNAE(AGRICULTOR 2).

Um produtor que produz farinha e entrega na feira numa sacolinha comum, pra ele legalizar o seu quitungo, é, colocar dentro das normas pra depois entregar o produto, ele, muitas vezes, entende que não é viável [...] é um investimento, alto, alto, para um mercado que talvez você não tenha uma expectativa aí de garantia, de segurança (AGRICULTOR 8).

A polpa de frutas é, na chamada pública, o produto que sofre beneficiamento. A importância financeira de se agregar valor<sup>38</sup> pode ficar mais nítida no confronto entre os preços praticados (CEASA, 2019) na versão *in natura* e os praticados na alimentação escolar para a versão polpa de frutas, para os itens acerola, maracujá e manga.

Os preços praticados pelo PNAE são, na média, 3,81 vezes maiores que a média anual praticada pelo CEASA em suas versões *in natura*. Esse exercício não leva em consideração os custos envolvidos na indústria, porém se revela uma possibilidade atrativa na medida em que a polpa de frutas vem conquistando mercados além das fronteiras do município, e se mostrando dessa forma competitivo.

Na figura 3, mostramos uma propriedade que inicia a produção do maracujá, com a perspectiva de atender a agroindústria de polpa de frutas.



**Figura 3** - Produção para o PNAE e outros mercados- Colatina 2020

Fonte: Dados da pesquisa

É possível enxergar, ainda, a produção de quiabo e pimentão, dois itens não comercializados para o mercado escolar. Passamos a discutir sobre esses destinos.

#### **4.3.2 Produção que não fazem parte do PNAE**

Algumas produções não têm como destinos a alimentação escolar, por não serem demandados pelo município e/ou pela oferta ser maior que essa demanda. É o caso do milho verde, produzido pela agricultora 10 e não entregue ao PNAE, mesmo fazendo parte da chamada pública, conforme figura(4) abaixo:

---

<sup>38</sup> “O valor agregado pela empresa, em cada etapa do processo de produção e comercialização, é mensurado por meio do preço que os clientes estão dispostos a pagar pelo produto. A atividade é economicamente viável quando o valor que a empresa cria é superior ao custo do desenvolvimento da respectiva atividade”(SANTANA et al., 2012, p. 529)



**Figura 4 - Produção para o PNAE e outros mercados- Colatina 2020**

Fonte: Dados da Pesquisa

Essa agricultora, inclusive, tem sua propriedade dentro de um bairro urbano do município às margens do Rio Doce. Trata-se de uma área com várias pequenas propriedades e que são fornecedoras do mercado varejista local. Na figura 5 fica mais nítida essa visualização.



**Figura 5 - Localização da área urbana produtora de hortaliças em Colatina**

Fonte: Imagem da internet (www.google.com.br)

Estamos tratando dessa agricultora, a fim de relatarmos as consequências comerciais sofridas em razão do rompimento da barragem de rejeitos de mineração da Samarco (de propriedade da empresa Vale do Rio Doce) no ano de 2015, na cidade de Mariana-MG, e que afetou todo o leito do Rio Doce.

A partir do rompimento a agricultora conta que, à exceção do mercado de alimentação escolar, todos os demais mercados sofreram uma retração instantânea e com impactos até os dias atuais. Segundo ela, mesmo não irrigando com água direta do rio, e sim de poço; a desconfiança sobre a qualidade dos produtos é forte e impacta nas vendas:

acabou, fazer que nem o outro; nosso mercado acabou, acabou, a feira que nós fazia, nossa, nós levava 800 cebola hoje eu levo 150 ou 200 cebolas, se eu levava 1.000 maço de couve hoje eu levo 200 e trago embora muito. Mudou muito, nossa, nossa vida acabou praticamente.

Além da feira livre, a agricultora mantinha relações comerciais com hortifrutis, mercearias e supermercados. Alguns desses estabelecimentos, “*colocaram uma placa bem grande dizendo: essas verduras não são de Maria das Graças, não são produzidas em Colatina, sim de Santa Maria*”. Ela conta ainda que alguns mercados/clientes estão voltando aos poucos, porém a cisão permanece com a maioria deles.

Os dados da pesquisa vão ao encontro do censo agropecuário ao mostrar, ainda, a presença do café em 70,0% dos estabelecimentos, o que reforça a confiança na renda gerada por esse produto.

Entre os agricultores não produtores de café, 20% destacam a agropecuária de leite como fonte de renda, seja para a produção de queijos seja para a venda de leite para laticínios. O Agricultor 9 relata que “*hoje minha base econômica na agricultura é o leite. Eu tenho investido ao longo dos anos[...] Meu leite vai pra Damare né, tem muito anos que eu trabalho com a Damare*”.

Tivemos um agricultor que não entregou para o PNAE nos últimos dois anos. Mesmo sabendo com antecedência da sua não participação recente no programa, fizemos questão de entrevistá-lo a fim de conhecer um pouco mais os desafios dos agricultores. Nesse agricultor duas informações relevantes no contexto produtivo. A primeira, envolvendo a questão hídrica, remete ao desestímulo do agricultor em face de longos períodos de estiagem. Este agricultor forneceu ao PNAE regularmente até o ano de 2017, e após 3 (três) anos de forte seca decidiu deixar as produções relativas ao PNAE.

O problema envolvendo a questão hídrica passou pela fala de mais três agricultores, que relataram suas perdas:

De 2015 pra cá, a seca que a gente atravessou, então aqui os cafés acabaram, eu tinha abacaxi, cheguei a produzir 10 toneladas de abacaxi, umas 7 toneladas pra agroindústria(AGRICULTOR 7).

Nesse período aí, eu fiz um investimento as coisas tudo né, aí pegou a seca de 2014, 15 e 16, aí desse período aí, 2015, a gente não tinha água nenhuma, de 11 nascente que a gente tinha aqui só ficou as nascente de beber, o resto secaram todas. Aí nós fomos perdendo as roças, os investimentos que nós fizemos fomos perdendo né, café, cacau, pimenta do reino, banana; acabou tudo, tudo planta nova né acabou (AGRICULTOR 3).

Tenho um pouquinho de café, mas só aquela moitinha ali embaixo ali. Tinha mais, eu tinha bastante café pra cá, aí veio a seca, aí a lavoura já tava velha, não teve como molhar, aí acabou (AGRICULTOR 2).

Ratifica essa dimensão do problema hídrico, a perspectiva da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) sobre as ações de enfrentamento do município:

O município é quem vai ser o elo do governo estadual e federal para o agricultor familiar e suas organizações. Então o município é o grande gestor do processo. Além disso, nas discussões do conselho, hoje o conselho discute hoje, por exemplo, que a prioridade para a ação do trabalho do agricultor familiar, é o armazenamento de água. Então hoje o que a gente trabalha prioritariamente na secretaria, além de organizar o repasse desse recurso e transformar ele em benfeitorias, é o trabalho de aberturas de caixas secas e construção de barragens, a gente trabalha isso prioritariamente hoje. Então o município é o grande articulador vamos dizer assim, que junta todo mundo, junta Incaper, junta Idaf, junta Sindicatos, junta associações, junta cooperativas, enfim; junta todos os atores para criar o fórum de discussão para que você possa transformar as discussões em ações reais, efetivas(SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL).



A segunda informação passa pela geração de renda por meio da pluriatividade, que é a realização de outra atividade privada por algum dos membros da família (BONNAL; MALUF, 2009; SCHNEIDER, 2009). No caso do agricultor citado, a instalação de uma mercearia em um povoado próximo à propriedade, envolveu o agricultor no negócio e dividiu o foco com as atividades agrícolas. A pluriatividade foi constatada em outro entrevistado que tem o seu filho prestando serviços para a Fundação Renova, que é uma empresa criada pela Samarco para administrar os impactos sócio-ambientais do rompimento da lama de rejeitos em 2015, em Mariana-MG, e fomentar a recuperação do Rio Doce, conforme relatado pelo agricultor.

#### 4.4 Manejos da Produção: Convencional e Agroecológico

O manejo das produções é realizado de modo a utilizar pequenos tratores para o preparo da terra e as demais etapas realizadas manualmente, com capina manual quando se trata de horta.

Na produção de ovos encontramos dois sistemas de produções distintas, a produção em gaiolas dentro de um galpão e a produção livre em piquetes. No primeiro sistema as galinhas ficam presas, e no segundo existe uma área verde que os animais têm acesso durante algumas horas por dia.

Segundo o produtor que utiliza o último método: *“eu faço um trabalho assim de um ovo diferenciado, de galinha que vive no piquete; mas a gente trata com a ração. A gente não dá antibiótico né, então dá um pouco de capim, eu tenho uma área de pastejo né”*.

A referência a antibiótico, ração e outros insumos produtivos; se relaciona a uma de nossas perguntas dirigida ao uso de agrotóxico na produção. Os dados revelaram a existência de preocupação com a sustentabilidade nos termos dos estudos realizados na revisão teórica (BURLANDY et al., 2015; MALUF et al., 2015). Neste aspecto a pesquisa alcançou 3 (três) grupos de produtores: i) os agroecológicos, ii) os que sinalizaram estar em fase de transição e, iii) os que utilizam agrotóxico e não sinalizaram mudança para a agroecologia.

No primeiro grupo, 4 (quatro) produtores declaram produção agroecológica, com 3 (três) certificados pelo Organismo de Controle Social (OCS), e 1 (um) que não tem certificação. Segundo o agricultor 6 *“uns fala orgânico né, mas é agroecológica. Toda propriedade quando se vê que tem muito mato (risos) e meio que largado, mas não é isso; ela é toda protegida, toda agroecológica”*.

Num segundo grupo estão 3 (três) agricultores que manifestaram a utilização circunstancial de superfosfato simples combinado com matéria orgânica, como palha de café, esterco de galinha, etc. *“Nós usamos adubo, mas assim, o mínimo que a gente pode, é mais sem veneno mesmo. Esse veneno, veneno, esse veneno brabo pra bater, nós nunca batimo isso aí não (AGRICULTOR 1)”*.

E por último, um terceiro grupo formado também por 3 (três) agricultores que declaram o uso de agrotóxico. Nesse grupo se evidenciou uma preocupação em respeitar as dosagens recomendadas pelo fabricante e órgãos de vigilância.

Apesar das diferenças adotadas quanto à utilização ou não de agrotóxico na produção, pensamos ser relevante a preocupação dos agricultores com a saúde da própria família e com o público alvo do PNAE. Essa preocupação esteve presente na fala de 50,0% dos entrevistados, conforme segue:

saúde pessoal e a confiança que a gente vai ganhando né das entidades que recebe a mercadoria da gente, e saber que tá levando um produto ou que tá dentro dos parâmetros que pode atender as crianças né, que se alimenta lá. Eu sempre falo isso, um produto que não serve para mim comer, não vai

servir para outra pessoa né. Então assim, da mesma forma que eu atendo lá, a gente consome os produtos em casa né, porque a gente tem que pensar no próximo né!(AGRICULTOR 5)

Nós não somos de usar agrotóxico pelo fato que a gente tem duas crianças né. Então eu acho que, na mesa da gente, comer uma verdura com agrotóxico não é bem viável né (AGRICULTORA 10).

#### **4.5 Atuação dos Órgãos de Apoio, a Gestão do Programa Pelo Município e as Melhorias a Adotar.**

Nesse tópico trataremos os pontos referentes à percepção dos agricultores quanto ao apoio de órgãos ligados ao contexto de desenvolvimento do campo, a avaliação quanto à gestão do programa pelo município e as melhorias que poderiam ser adotadas pela gestão.

O questionamento sobre a atuação dos órgãos de apoio englobava a secretaria de desenvolvimento rural, o Incaper e o Idaf; e deixava livre para a análise dos entrevistados. Para 7(sete) dos entrevistados a atuação desses órgãos não atende as necessidades dos agricultores. E especificamente em relação ao Incaper, 2 (dois) agricultores avaliam como positiva a atuação do órgão, e 1(hum) agricultor entende como positiva a atuação da Secretaria de Desenvolvimento Rural(SDR). Sobre IDAF não houve manifestação específica.

A Secretaria de Agricultura tem vindo, ajuda a gente bastante (AGRICULTOR 1)

Incaper tem dado uma força né, tem ajudado na questão agroecologia né de formação, pra implantar a agroecologia de fato né (AGRICULTOR 6).

As necessidades citadas foram em direção da essência institucional dos órgãos. A primeira trata sobre uma necessidade permanente de assistência técnica- ATs, o que teria ocorrido no período de implantação do PNAE, lá pelos anos de 2009, 2010. Passado esse período mais aflorado de implantação, as ATs foram se reduzindo como revela o agricultor 8 *“aquelas visitas, aquelas reuniões, aqueles encontros que tinham lá pra mostrar as tecnologias e as técnicas, eu vi que isso tá se acabando e tá reduzindo na verdade. Tá mais escritório”*.

A assistência demandada por esse grupo de agricultores é aquela que contribua no cultivo de hortaliças e, para alguns agricultores, no conhecimento em agroecologia. Essa dificuldade foi levantada para ambos os órgãos:

Olha, através da nossa associação aqui da comunidade o Incaper é bem ativo aqui na comunidade. Assim, apesar que nessa área de horta eles não visitam muito não. A visita técnica deles bem, bem que poderia ser melhor vou dizer assim (AGRICULTOR 5)

E aí a gente não consegue mais porque a gente precisa de informação, precisa de curso, precisa de um técnico, hoje a secretaria não tem um técnico voltado para a agroecologia que a gente pode em algum problema chamar ele pra vim, o Incaper também não consegue fazer isso(AGRICULTOR 2)

A segunda reflete o papel da Secretaria de Desenvolvimento Rural na promoção efetiva do desenvolvimento. O relato dos agricultores é o de ausência do papel mediador no debate junto às comunidades que possibilite a execução de projetos de desenvolvimento locais. *“O que tem sido executado é a manutenção da máquina administrativa e a manutenção de estradas”* (AGRICULTOR 2).

Sobre esse ponto, os agricultores levantam a necessidade de um maior diálogo da Secretaria junto à própria gestão municipal como o propósito de fortalecer a AF local enquanto produtora de gêneros alimentícios, consolidando, assim, a sua presença no PNAE e criando e/ou fortalecendo outros canais.

Como exemplo dessa construção conjunta em prol do fortalecimento, é a instalação de uma feira agroecológica no município no final do ano de 2019. Para que houvesse uma feira com uma maior variedade de produtos, agricultores de Santa Maria de Jetibá (ES) foram convidados a participar do processo, considerando que a agricultura familiar local não está consolidada de modo a enfrentar individualmente o desafio

Um terceiro bloco destacou o desafio da construção política em torno dessas demandas e a interferência desse fator na confiança dos agricultores para realização de investimentos e, conseqüentemente, de renúncia a essa ou aquela possibilidade produtiva em prol do PNAE. O agricultor 8 relata que “*quando a gente tem os governos que estão mais voltados para essa questão, a gente tem mais facilidade para discutir*”. Mesmo sendo determinação legal, não está clara a perenidade dessa política pública para os agricultores.

A falta de diálogo foi, reiteradamente, exposta pelos agricultores como dificuldade enfrentada, e com reflexos imediatos na perda de diversificação dos alimentos e de impulso produtivo na AF, pontos centrais da política pública. E mais, o vácuo quantitativo existente entre a demanda apresentada na chamada pública e o que realmente se realiza em aquisições, gera uma dificuldade de planejamento do plantio dos alimentos. O Agricultor 9 salienta que “*quando a gente pega no início do ano e olha, a gente tem essa margem pra trabalhar durante o ano, mas não entra. Então isso é um ponto muito negativo*”.

Essa não realização do quantitativo apresentado no edital de chamada pública, gera a indagação sobre a real presença dos alimentos da AF na rede municipal de educação. Essa reflexão foi realizada de forma direta em 40,0% das entrevistas. Segue relato de dois desses agricultores:

As quantidades também né, porque são muitas escolas e a gente sabe que o que pede. Às vezes pede uma coisa lá que você fala, poxa vida são num sei quantas escolas, mas essa mixaria de trem vai dá pra quê?(AGRICULTOR 2)

ah, eles teriam como melhorar muito né o problema é que a demanda é pouca né[...] Igual eles pega, 1 kg de cebola tem que dá pra parte do turno da manhã e da tarde. 1 kg de cebola como se existe aí 300, 400, 500 alunos dentro de um colégio. Como que um quilo vai dá pra todo mundo? não existe isso(AGRICULTORA 10).

Dados financeiros do PNAE do município, tabela 5, levantados no Portal da Transparência, nos dá uma dimensão mais exata do que foi relatado pelos agricultores:

**Tabela 5 - Dados financeiros do PNAE do município Colatina-ES**

Ano	Repassse FNDE	Chamada pública	Transferências à CAF	Realizado frente repasse FNDE	Realizado frente chamada pública
2014	R\$ 1.602.716,00		R\$ 604.344,57	37,71%	
2015	R\$ 1.599.140,00	R\$ 1.048.344,00	R\$ 847.021,27	52,97%	80,80%
2016	R\$ 1.660.220,00	R\$ 958.229,60	R\$ 712.404,69	42,91%	74,35%
2017	R\$ 1.687.415,20	R\$ 1.356.696,00	R\$ 786.151,61	46,59%	57,95%
2018	R\$ 1.750.256,00	R\$ 1.176.352,00	R\$ 708.425,68	40,48%	60,22%
2019	R\$ 1.716.966,00	R\$ 1.074.513,00	R\$ 673.472,30	39,22%	62,68%

Fonte: Site FNDE e Portal da Transparência do Município de Colatina-ES.

Quanto ao limite mínimo preconizado de 30,0% de destinação dos recursos financeiros repassados pelo FNDE às produções da AF, a tabela mostra que o município, ao longo dos últimos 6 (seis) anos, tem superado esse montante e às aquisições tem alcançado em média o percentual de 43,31% dos recursos. Uma lei municipal elevou esse limite para 50,0%, o que foi alcançado em 2015.

Vistos ainda como passível de melhoria está o local de armazenamento dos alimentos. Segundo os agricultores esse local é sem refrigeração, o que é visto como prejudicial à qualidade dos alimentos, mesmo considerando um período curto de armazenagem, posto que as entregas acontecem semanalmente, na segunda-feira e terça até o meio dia.

Tem um problema que a gente discutia enquanto conselho de alimentação escolar, é, que é um gargalo que a gente tem aqui no município, é um espaço pequeno, o problema não é ser pequeno, o problema é o calor que faz lá dentro, é um ambiente onde você coloca uma verdura, uma folhagem, e a adequação daquilo lá faz com, muitas vezes, o produto perca qualidade(AGRICULTOR 8)

Em que pese os fatores apresentados, a avaliação geral quanto à organização do município é vista como positiva pela maioria dos entrevistados. Agricultor 8 “*O PNAE em específico a gente tem problemas nele a nível de estado, já em nível de município aqui as coisas acontecem [...] normalmente quando tá iniciando as aulas o projeto já tá rodando*”.

Como aspectos da organização levantados estão à execução das contratações nos prazos de modo que seja possível entregar no início do ano letivo, os agricultores recebem em dia (não há problema quanto aos repasses à CAF pelo município).

O cumprimento da aquisição mínima de 30,0% junto aos AF pelo município de Colatina, vai ao encontro do estudo de Neves(2018) também realizado no estado do Espírito Santo. Ao estudar o tema em 8 (oito) municípios da região central sul do estado, no período de 2011 a 2015, a autora relata que foi de 45,53% o percentual médio de recursos do FNDE adquiridos junto aos AF.

#### **4.6 A Gestão da Alimentação Escolar**

A alimentação escolar é gerida por uma Superintendência de Alimentação Escolar que está vinculada diretamente a Secretária de Educação, ou seja, a relação de subordinação é direta sem intermediação sob o ponto de vista organizacional.

A entrevista foi realizada com a Superintendente de Alimentação Escolar, que é nutricionista por formação, com experiências anteriores no setor privado e no setor público.



Há um ano na função, coordena de forma direta uma equipe de 18(dezoito) servidores efetivos, divididos em 5 (cinco) nutricionistas, 5(cinco) de atividades administrativas e 8(oito) dedicados à logística. É dessa superintendência que saem às definições dos alimentos a serem adquiridos pelo município, o pedido e gerenciamento dos prazos de entrega junto aos fornecedores, o controle de qualidade, armazenagem e execução da logística de distribuição às unidades escolares, formulação dos cardápios, etc.

A gestão é centralizada, de modo que o município é quem coordena e, por meio da sua força de trabalho, executa todas as fases do processo, desde a definição dos alimentos até o preparo nas escolas (BELIK; CHAIM, 2009; MACHADO et al., 2018). A mão de obra é de servidores do quadro efetivo e/ou contratados, porém vinculados à gestão municipal; ou seja, não há terceirização e nem gestão escolarizada. A largada desse processo é dada com a definição dos itens que serão demandados da AF, e com a publicação do edital de convocação dos interessados em participar da seleção. A definição dessa lista é feita a partir da vocação agrícola da região e dos recursos financeiros repassados pelo FNDE.

Fazer com que se tenha uma adequação entre os níveis nutritivos e o orçamento é o desafio, na medida em que o quantitativo de alimentos seja o suficiente para o ano escolar. Segundo a gestão da alimentação *“a gente se baseia na cultura alimentar das escolas, e a gente preconiza também o preço né, tem que bater com nosso orçamento federal, tem que ser uma coisa que dê pra correr aí o ano inteiro”*. Nesse sentido, as aquisições de alimentos são executadas pensando nos valores per capita repassados pelo FNDE em função dos alunos matriculados nas diferentes fases do ensino, que se dá em função das necessidades nutricionais do período em que fica na escola.

As compras são de acordo com os níveis de necessidade pensados pela resolução FNDE 38/2009. Essa resolução determina, por exemplo, que um aluno de creche em período integral deve ter 70,0% das suas necessidades nutricionais atendidas e para isso repassa às EEx o valor per capita de R\$ 1,07;umaluno do ensino fundamental 30,0% das necessidades e com repasse de R\$ 0,36. Segundo a gestão da alimentação:

A compra do município é baseada nesse per capita, por exemplo: minha média de compra de arroz por mês é de 4500 kg. No momento da compra eu não posso comprar toda a quantidade com recurso apenas do Fundamental ou da creche. Esses 4500 kg devem ser distribuídos entre creche, fundamental, pré-escola e atendimento educacional especializado. Ex: digamos que as creches consome no mês 1000 kg de arroz, logo, eu pego o recurso da creche e separo o valor pra compra de 1000 kg e faço assim com os outros recursos(GESTÃO DA ALIMENTAÇÃO).

Podemos perceber que os repasses do FNDE são realizados separadamente para cada um dos níveis escolares, creche, fundamental, mais educação, etc. A compra com os agricultores entra nessa dinâmica de custo x necessidades nutricionais, assim como a distribuição às unidades de ensino. Nessa dinâmica, existe a diferenciação de público para alguns produtos da AF. Segundo a gestão da alimentação, por exemplo:

As creches têm uma demanda de aipim muito grande, tem uma demanda de banana muito grande, tem uma demanda também do inhame muito grande; e eles gostam muito, eles adoram muito uma sopinha de inhame, de abóbora [...]; principalmente no início de ano que algumas creches acabam tendo umas crianças menorzinhas né, de um ano e um pouquinho, dois anos. Vai prasEMEFs também, mas a nossa demanda maior desses itens que são aipim, abóbora, inhame é creche.

Outra variável do aspecto nutricional são as condições climáticas do município. Com um verão de altas temperaturas, o planejamento é para que possam ser disponibilizadas frutas (laranja, melancia, mexerica) que contenham um teor de água maior. Segundo a gestão, nessa época a demanda por banana, por exemplo, é diminuída.

Conforme já apresentado anteriormente a CAF é quem executa as entregas de produtos referentes à AF e no ano passado, segundo o setor de alimentação, mobilizou um número aproximado de 60(sessenta) agricultores para a execução. O desafio com a gestão dos produtos da AF é maior em função da perecibilidade dos produtos. Por isso a gestão dessas compras é feita de forma que não se tenha estoque de alimentos, exigindo ainda uma logística de distribuição mais fina e ajustada de forma a minimizar as perdas e oferecer produtos em boas condições de consumo.

Todo início de semana (segunda e terça-feira) existe entrega de produtos pela cooperativa. Regra geral os agricultores entregam na cooperativa e essa entrega ao município. A partir do recebimento pelo setor de alimentação é iniciada a verificação a qualidade dos produtos pela equipe de nutricionistas e, em caso de necessidade, é feita a devolução dos itens em não conformidade.

Nessa avaliação exige-se uma qualidade proporcional às características das produções da agricultura familiar:

a gente trabalha com pequenos produtores, porém tem que ter um nível de qualidade, não é porque a gente trabalha com produtor pequeno que o produto é ruim [...] se chega pra mim um tomate que tá muito pequeno, eu faço a devolução. Mas a gente não tem essa exigência que os supermercados grandes já têm, por exemplo, da maçã do mesmo tamanho, da laranja ter o mesmo tamanho (GESTÃO DA ALIMENTAÇÃO).

Segundo a gestão, enquanto aguardam a distribuição, os produtos são armazenados em sala refrigerada de modo sofrer menos alteração possível na qualidade. Com o mesmo intuito, o município conta com caminhões refrigerados para o transporte.

A distribuição é feita de forma que a cada 15 dias as escolas do município recebam os legumes, verduras e frutas, incluindo as produções familiares, e mensalmente produtos não perecíveis como arroz, feijão, etc., conforme fala da gestão da alimentação:

Então as escolas acabam recebendo a cada quinze dias, mas aqui pra mim vem toda semana, toda semana [...] A gente tem também de forma quinzenal no interior, a zona rural também recebe verduras e legumes, então a gente também tem o nosso cronograma [...]

Por isso, a gestão destaca que o *time* entre o que está sendo proposto pela equipe de nutrição e o que de fato está chegando às escolas é de extrema importância. Ou seja, busca-se que nas dispensas escolares tenham o que está sendo proposto como cardápio. As propostas de cardápios são enviadas (e-mail) quinzenalmente pela equipe de nutrição. Esse é um fator para que as entregas sejam realizadas de forma quinzenal nas escolas, ou seja, promover um ajuste constante entre a proposta nutricional e o que se tem de fato nas escolas. Essa conjugação mais fina é exemplificada pela gestão da alimentação da seguinte forma:

Quando eu cheguei pra ser superintendente aqui eles estavam incluindo um novo alimento da AF que era a abóbora, não se tinha abóbora até então, e aí com a pesquisa que as nutricionistas fizeram, elaboraram receitinhas com várias opções do que fazer com a abóbora, da melhor forma de inserir aquele nutriente que é super nutritivo, rico em vitamina A, no cardápio. Então

elaboramos o cardápio e as nutricionistas foram nessas escolas, fizeram uns cardápios de algumas coisas que se pode fazer com abóbora

Passa pela formulação dos cardápios o cuidado com os hábitos alimentares existentes entre as regiões do município. A gestão da alimentação sublinha, por exemplo: *“eu tenho escolas na zona rural, que às vezes o cardápio difere, porque, às vezes, lá eu tenho uma comunidade que é pomerana que não vai comer a polenta salgada, e quer a polenta acrescida de açúcar, de uma maneira mais doce”*. Na semana Santa é ofertado peixe para as escolas, evidenciando a preocupação com as crenças.

Com o recebimento nas escolas nossa análise se direciona à percepção dos gestores escolares sobre a alimentação escolar. Um último ponto é o desejo de poder ofertar aos alunos uma produção totalmente agroecológica. Segundo a Gestão da Alimentação *“Por enquanto a gente tem abóbora e a melancia, mas eu gostaria muito de chegar num patamar de receber da AF 100% de produção agroecológica. Alguns produtores já estão se movimentando para isso já.*

#### **4.7 A percepção dos gestores das unidades de ensino**

Nesse tópico serão apresentados os resultados da pesquisa com os gestores das unidades escolares. Trabalhamos com uma amostra de Ceims e Emefs nas escolas urbanas. Nas escolas do campo a pesquisa alcançou os gestores de três escolas comunitárias rurais-Emcor (que ofertam até o nono ano do Ensino Fundamental) e a gestão das escolas que ofertam as séries iniciais do Ensino Fundamental, do 1º ao 5º ano, conforme detalhado na metodologia.

Manifestamos inicialmente que os gestores entrevistados são todas do sexo feminino, o que segue o passo de estudos realizados pelo país que indicam a maior presença das mulheres no ensino básico. Entre esses estudos, Prá e Cegatti(2016, p. 224) argumentam que *"Tal fato carrega uma carga histórica, situando no momento das revoluções burguesas a intensificação das denúncias feministas em relação a desigualdades de oportunidades entre os sexos"*.

Importante destacar ainda a relação de longevidade das entrevistadas enquanto servidoras da rede municipal de educação, relação essa que se apresenta quase de forma inversa no tempo de exercício dos cargos de gestão, conforme dados da tabela(6).

**Tabela 6** - Tempo de efetivo exercício e de exercício de cargo de gestão das gestoras entrevistadas- Colatina-ES ano de 2020

	<i>n=16</i>	<i>%</i>
<b><i>Tempo de serviço na rede municipal</i></b>		
0 a 5 anos	0	0,0%
6 a 10 anos	1	6,3%
11 a 15 anos	5	31,3%
16 a 20 anos	4	25,0%
21 a 25 anos	2	12,5%
Acima de 26 anos	4	25,0%
<b><i>Tempo de exercício do cargo de gestão na unidade de ensino atual</i></b>		
1 a 3 anos	6	37,5%
4 a 6 anos	4	25,0%
7 a 9 anos	2	12,5%
10 a 12 anos	2	12,5%
Acima de 13 anos	2	12,5%

Fonte: Dados da pesquisa

Os dados mostram que 72,5% dos entrevistados têm mais de 16 anos de exercício na rede de ensino, ao passo que 37,5% deles estão a menos de 3(três) anos no cargo de gestão(Diretor ou Coordenador) da unidade de ensino e 25,0% contam com mais de 10(dez) anos de gestão.

Os cargos de gestão (Coordenadoras e Diretoras) da rede são preenchidos por meio de eleição direta onde participam a comunidade escolar daquela unidade, ou seja, professores, servidores, pais e alunos com idade maior ou igual a 14(quatorze) anos(COLATINA, 2020).

A eleição, chamada de verificação de liderança, é a segunda etapa do processo. A primeira etapa, pré-requisito para a segunda, tem-se a realização de um curso de formação aberto aos servidores efetivos. Outros requisitos<sup>39</sup> são determinados pelo decreto municipal.

Esse processo de escolha dos gestores perpassa nosso trabalho. Perguntamos, a nível preliminar da entrevista, o tempo do gestor na rede e no cargo. Desse questionamento levantamos esses dados, sem aprofundamento suficiente para discuti-lo. Os trouxemos, pois, uma das possibilidades que se apresentam é uma renovação de gestão por um processo democrático, com profissionais de bastante estrada e ciente dos desafios assumidos. A alimentação escolar ofertada pelo município é um desses desafios, e nesse sentido, é avaliada de como boa por 93,75% das gestoras:

Classifico como 100%, tudo feito fresco, feito na hora, e aqui eu nem falo como coordenadora não, falo como mãe mesmo. É 100% (ESCOLA 15).

Pode ser boa, não vou dizer assim que é ótima porque a gente falta muita coisa né, mas assim, eu acho que a alimentação tá boa, em vista do que já foi antigamente pra ver hoje. Hoje os meninos almoçam na escola, é arroz, feijão, carne, salada (ESCOLA 8).

<sup>39</sup> Pertencer ao quadro efetivo do magistério ou estar cedido através do convênio de municipalização, ter disponibilidade de horário integral, não possuir fato desabonador em sua ficha funcional, possuir licenciatura plena em pedagogia com habilitação em administração escolar ou licenciatura plena na área de educação com curso na área de gestão escolar com formação em nível de pós-graduação lato *sensu*, com experiência docente mínima de 3 anos, apresentar atestado de bons antecedentes e ter participado integralmente do curso de formação(COLATINA, 2020).

Considero boa, atende; gostaria de servir filé, mas também é tudo de acordo com as questões de custos né, são muitas escolas para serem atendidas (ESCOLA 14).

Essa é uma avaliação que parece levar em conta as dimensões do olhar de mãe, que insere a variável do custo e que lembra que é preciso caminhar mais, avançar. Essa foi a última questão do roteiro e apresentou uma uniformidade no resultado, se levarmos em conta as unidades urbanas e do campo.

Outro ponto de consenso se deu em relação à regularidade na oferta. Em nenhuma unidade foi relatada a falta de alimentação. De forma esporádica pode ocorrer alguma falta de abastecimento de algum item específico, porém, no geral, dentro do que se propõe em ofertar, a oferta é regular. O alho foi o único item, citado por 25,0% das gestoras, que apresenta problema recorrente de abastecimento.

O que foi relatado pelas gestoras é uma demanda por maior diversidade de produtos, conforme relatos:

não há falta de alimentos. Seria necessário aumentar a diversidade de carne, ofertar uma linguiça, ter peixes mais vezes ao ano, e não só na época da semana santa (ESCOLA 7).

De carne nós temos frango, músculo e carne moída. Deveria ter uma maior diversidade. Às vezes no final do mês pode faltar. Alho tem que ficar comprando aqui na escola (ESCOLA 11).

Não chega a faltar alimentos, às vezes alho falta (ESCOLA 4).

Esse desejo de maior diversificação atinge também a AF, conforme veremos adiante. Destacamos esses dois pontos de linearidade, pois vamos passar a apresentar os dados entre as unidades urbanas e as unidades rurais para uma melhor compreensão em razão de algumas especificidades

#### **4.7.1 As unidades urbanas**

O abastecimento de gêneros alimentícios ocorre a cada 15 dias para as hortaliças e frutas (incluindo os da AF) e mensalmente para os demais itens como arroz, feijão, carnes, macarrão, etc. Fugiram dessa regra dois Ceims (50,0% da amostra desse grupo) e uma Emef (12,5% do grupo), que disseram receber semanalmente hortaliças e frutas.

Os Ceims, aliás, não houve relatos de recebimento de algum produto, oriundo da AF sem condições de consumo, com qualidade ruim. Entre as Emefs, 37,5% disseram que as frutas, especialmente banana e goiaba, chegam reiteradamente sem condições de uso. O relato da escola 6, por exemplo, é o de que "*Os produtos chegam muitas vezes sem condições de usar, principalmente banana, goiaba*". Na escola 4, no mesmo sentido: "*Muitos produtos já chegam condições bem ruins, banana mesmo já chega passada, então tem que colocar pra comer logo*".

Após esse recebimento existe um processo que se mostrou padronizado de recebimento, acondicionamento e armazenagem, que nos leva a perguntar sobre a estrutura das escolas que permeiam e que possibilitam o preparo da alimentação. Duas escolas não relataram ponto de melhoria, seja nas condições físicas de cozinhas e refeitórios, seja em mobiliários e utensílios. Nas demais, alguma necessidade foi levantada:

Considero adequado, só o refeitório que poderia ser um pouco maior porque eu preciso fazer 4 recreios, são 8 turmas e o refeitório é pequeno. O restante das coisas, freezer, fogão são adequados, atende (ESCOLA 15).

A estrutura de freezer é deficiente, precisamos em muitas das vezes utilizar a geladeira das salas dos professores (ESCOLA 11).

O Local é adequado, poderia melhorar os locais refrigerados, ter mais freezers (ESCOLA 5).

A cozinha é muito quente e pequena, espaço muito pequeno para trabalhar (ESCOLA 6).

Os cardápios são definidos pela gestão da unidade escolar a partir do que efetivamente se tem na escola, e levando em conta as sugestões da equipe de nutrição.

A coordenação junto com as merendeiras é quem organiza os cardápios, priorizando na segunda e na sexta uma alimentação mais nutritiva por causa do final de semana, por causa dos alunos com maior dificuldade de ter a alimentação em casa (ESCOLA 11).

Os cardápios são feitos de acordo com a sugestão da nutricionista, porém a escola faz a adaptação de acordo com o que tem na escola. As verduras a gente tem que disfarçar dentro dos pratos que são feitos, senão eles largam (ESCOLA 12).

Sobre a presença da agricultura familiar no dia a dia da alimentação, 66,67% das unidades indicaram maior necessidade de diversificação. Para 25,0% desse grupo, a maior diversificação deve vir acompanhada de um aumento de quantitativo. Para os 33,33% tanto a variedade quanto à quantidade atende a demanda da escola e são adequadas.

Vem em poucas quantidades, vem duas sacolinhas de chuchu pra passar 15 dias. A polpa de fruta a gente usa uma vez por semana, vem pouca também (ESCOLA 4).

São frequentes, mas a diversificação deveria ser maior. De fruta mesmo vem melancia, goiaba e banana só. De sucos servimos tanto os de garrafinha de caju e maracujá quanto as polpas de fruta (ESCOLA 6)

A quantidade é boa, a variedade é péssima. É só chuchu, cenoura (ESCOLA 7)

São frequentes, mas poderia aumentar um pouco mais o quantitativo e ter mais produtos também (ESCOLA 13).

Sim, são frequentes, toda semana tem entrega. Os produtos da agricultura familiar enriquecem a alimentação, a aceitação dos alunos é boa (ESCOLA 15).

O debate sobre a educação alimentar é realizado na sala de aula por meio dos temas definidos na grade curricular. A maioria das repostas foram nesse sentido. *"É debatido na aula de ciências, discute-se a alimentação saudável, a higienização das mãos. Quando o Professor vai trabalhar isso em sala ele traz outros alimentos para complementar essa diversificação, essa noção"* (ESCOLA 5).

Dois escolas (16,67%) revelaram, ainda, a realização de alguma atividade, mesmo que pertencente à grade, que extrapolou os limites físicos da sala aula. Em uma delas a fala é de que *"cada professor da turma faz um mês de atividade durante o ano com essa temática da alimentação saudável, geralmente no primeiro trimestre. Além disso, levamos os alunos nas feiras também"* (ESCOLA 15).

A condição de insegurança alimentar dos alunos em razão da insuficiência de renda foi tangenciada por alguns gestores. Na escola 4, a gestora nos fala que *"Aqui nós temos alunos que repetem 1, 2, 3, 4 vezes aí você fala chega menino e ele fala: deixa eu comer tia que só vou comer amanhã outra vez"*. A escola 11, localizada em região com realidade social similar,

nos diz que *"na segunda e na sexta uma alimentação mais nutritiva por causa do final de semana, por causa dos alunos com maior dificuldade de ter a alimentação em casa. De 10 a 15% dos alunos as famílias passam por dificuldade de ter o que comer"*.

Em sentido contrário, a gestão da escola 12 nos diz que *"sei que é a realidade de outras escolas, porém os nossos alunos não vêm na escola pra comer"*.

#### **4.7.2 As Unidades do Campo**

No que se refere aos prazos de abastecimento das escolas do campo, temos duas regras: as escolas que ofertam as séries iniciais (1 ao 5º) ano e as escolas que ofertam até o 9º ano do Ensino Fundamental, chamadas de escolas comunitárias rurais.

No primeiro caso, a gestão das multisseriadas informa que: *"a entrega geralmente, pras multisseriadas de 2 em 2 meses, geralmente assim, entregam uma quantidade maior, mas assim, se acaso faltar a gente avisa eles levam, isso é muito tranquilo"*. Para o segundo caso os prazos são os mesmos das escolas urbanas. No dizer da escola 10 *"A merenda toda chega uma vez no mês e os produtos da agricultura familiar de 15 em 15 dias"*.

As escolas comunitárias apresentaram a mesma questão das urbanas no que toca ao recebimento, reiterando, alguns produtos em condições ruins de utilização. Nesse caso a fala é mais geral, porém conforme relatos:

Aí elas chegam toda a quarta-feira, muitas vezes quando chegam já tão estragadas [...] Por exemplo, chega às vezes fruta, banana. Quando chega aqui já tão quase passada. Aí para os meninos utilizar eles precisa fazer um doce né, pra que não estrague (ESCOLA 10).

Então, nesse processo vem o que eles têm entendido, às vezes vem coisas boas, às vezes vem coisas já estragadas, fala assim né que é a realidade que nós recebemos[...] E aí acaba acontecendo isso né, das verduras chegarem aqui atrasada, muito maduras as bananas(ESCOLA 8).

Dentro desse aspecto é essencial ressaltar que as escolas do campo contam com aulas semanais de ciências agropecuárias (teórica e prática), que segundo a gestão das multisseriadas *"É garantido dentro da organização curricular das escolas, é uma especificidade, uma conquista da escola do campo"*.

Dessas aulas, uma das práticas é a construção de hortas nas escolas. As hortas reduzem um pouco a demanda em relação ao município, variando o grau de escola para escola. A regra geral é a produção de alface e couve, porém pode haver oscilação. Na escola 9, por exemplo, *"a gente colhe de tudo é, jiló, quiabo, beterraba, cenoura, berinjela, couve, repolho, tempero[...]* O objetivo é a organização, é o estudo técnico também né, o desenvolvimento, a parceria; e a colheita é um resultado (ESCOLA 9).

Aproveitando essa fala da organização, lembramos aqui que as escolas comunitárias têm a pedagogia da alternância como base de organização do ensino. Oliveira e Benevenuto (2019, p. 10) nos ensinam que nesse modelo, "o saber prático obtido junto à família, na execução das tarefas e a teoria, obtida na escola durante a troca de experiências e absorção dos conteúdos ensinados, se fundem".

Essa junção de saberes tem uma das vertentes à participação mais ativa dos alunos nas decisões do dia a dia das escolas. No que tange à alimentação escolar, por exemplo, os cardápios são pensados a partir da seguinte construção:

Uma das comissões de estudantes que a gente tem na escola é a comissão de saúde e alimentação, que é organizada por um monitor que, junto com os estudantes que fazem parte de todas as salas, eles produzem o cardápio,

colocam lá para os visualizarem o quê que tá tendo aquela semana, porque às vezes acha que não fez uma merenda porque não quis, então já deixa exposta todos os alimentos que tem na escola, por isso que o cardápio naquela semana vai ser daquele jeito. Eles fazem também assim, conscientização sobre a importância da alimentação saudável né, mas aí é eles que produzem tanto pros anos finais de manhã quanto pros anos iniciais a tarde. Toda segunda-feira a gente tem uma aula, que é a primeira aula, que a gente se reúne as comissões para poder preparar essas atividades. As atividades todas da escola são preparadas pelos estudantes (ESCOLA 10).

Na nossa escola, a gente tem a orientação da nutricionista também, mas a gente professores e coordenadores, e o cardápio é organizado junto com os estudantes na segunda-feira na primeira aula, a gente chama de auto-organização, aonde eles se reúnem em comissões e uma dessas comissões é a de alimentação. A comissão de alimentação ela tem um professor que é o responsável, e ela se reúne com os estudantes e aí dentro dos gêneros que tem né, eles vão lá olham com a merendeira o que tem naquela semana o que dá prazer, e é organizado junto com eles o cardápio da semana, procurando, dentro do possível, variar a carne. Por exemplo, hoje colocou músculo, amanhã vai fazer um cardápio utilizando o peito de frango, quando tem (ESCOLA 9).

O que os gestores percebem que esse modelo pedagógico contribui com que os alunos levem para as suas casas a prática do cultivo de alguns alimentos e, dessa forma, podem passar a consumir uma alimentação mais saudável. Relatos das escolas são no sentido de que:

É a importância pra saúde porque muitas famílias, a gente observa, é nítido, muitas famílias que não tinha um pé de cebola em casa. Então dali, com essa prática, os próprios foram levando a importância de ter a sua horta, da importância daquela alimentação saudável (ESCOLA 9).

Então a questão da importância de se fazer a horta em casa, de você colher a verdura, ter a verdura fresca né, a importância de uma alimentação saudável, sem agrotóxico; então a gente tem todo esse trabalho com eles, pra poder eles animar e fazer em casa né. A gente mostra o percentual de agrotóxico que tem em cada planta né, olha bem o quanto que o pimentão absorve de agrotóxico né, então a gente tem esse cuidado de tá passando pra eles e falar (ESCOLA 8).

A gestão das escolas multisseriadas relata que o trabalho é desenvolvido de forma que *"durante todo ano, tem os projetos, às vezes a gente faz parceria com o setor de alimentação que presta alguma assessoria com palestras, tem oficinas em algumas escolas de preparo de alimentos, uma alimentação saudável"*.

Em relação à estrutura, os resultados são de que as condições físicas e de materiais atendem e não se revelam como impeditivas à boa execução da política pública. Segundo a escola 10 *"tem vários freezer, fogão muito bom, dá pra armazenar"*. A Escola 9 ratifica *"tem, tem, tem freezer, geladeira, dá pra fazer aquela organização de acordo com a orientação da nutricionista, dá pra fazer bem"*.

Os recursos humanos atrelados à alimentação escolar, merendeiras e/ou auxiliar de serviços gerais, nas unidades do campo passam por um momento de instabilidade. Foi realizado um concurso público com inscrição geral para as escolas urbanas e do campo. Com a maioria dos aprovados residentes na zona urbana, a nomeação para as escolas do campo são declinadas, em sua ampla maioria.



Foi relatado pela gestão das multisseriadas que um novo processo seletivo exclusivo para as escolas do campo está em fase adiantada. Nesse processo, as escolas do campo serão organizadas por regiões e a inscrição será para a região.

A última questão foi sobre a situação de insegurança alimentar por parte de alguns alunos. Esse ponto foi tocado por duas gestoras. Para uma delas *"não chega a falta em casa, mas a da escola é a principal. Come com vontade mesmo"* (ESCOLA 8). A outra gestora avalia que *"a gente observa que tem aqueles que comem mais né, mas também não é de família de passar tanta necessidade né, não sei. Talvez tem, mas não com tanta variedade"* (ESCOLA 9).

## 5 CONCLUSÃO

O propósito maior desse estudo se concentrou em verificar de que forma o trabalho de gestão do PNAE, realizado pelo município de Colatina-ES, tem impactado no cotidiano da agricultura familiar local.

Para cumprir esse objetivo entendemos que seria necessário conhecer o processo de gestão do PNAE, e de que forma os gestores escolares avaliam o programa; analisar o processo de organização dos agricultores familiares em função do PNAE; conhecer a avaliação dos produtores familiares sobre o programa; e Identificar o volume e variedade da produção agrícola familiar para o fornecimento do PNAE.

Chegar a uma resposta para as proposições formuladas requer uma análise global de uma gama de variáveis. Respondendo ao objetivo geral, sob o ponto de vista estritamente econômico, podemos dizer que o impacto da gestão tem sido positivo para a agricultura familiar, com injeção de recursos da ordem de R\$ 4,3 milhões nos últimos 6(seis) anos, com uma aquisição média anual (2014-2019) de 43,31% dos recursos repassados pelo FNDE.

Ao transformarmos os números financeiros em conquistas, percebemos que ao longo da execução do PNAE os agricultores avançaram enquanto organização, erguendo e estruturando uma agroindústria de polpa de frutas, inaugurando uma loja de produtos agropecuários e a expandindo seus mercados comerciais para além dos institucionais.

Essas conquistas não aconteceram somente em função do PNAE do município, porém, com o pontapé da política em 2009 e a solidificação desse processo, os agricultores organizados ganharam uma base de sustentação financeira expressiva nesse processo. Esse caminho não foi só de flores é claro, tem muita luta envolvida, muito diálogo no desenvolvimento do programa.

Na medida em que estamos falando das conquistas em Cooperativa, falamos também em conquistas individuais. E, nesse sentido, a maioria dos agricultores avalia como positiva a gestão do programa pelo município. Essa avaliação não é um cheque em branco, na medida em que coloca o dedo na ferida em pontos chaves, como a necessidade de maior diálogo pelo município e a realização da demanda prevista nas chamadas públicas, por exemplo.

Essas conquistas individuais atendem ao espectro financeiro na medida em que os agricultores avaliam os preços pagos pelo PNAE como atraentes se comparados aos mercados privados. Outra conquista sob esse ponto de vista é a possibilidade de diversificação da produção, a partir de uma demanda e preços pré-estabelecidos e, a partir daí, buscar outros destinos para o escoamento da produção.

Podemos dizer que essas conquistas individuais e coletivas estão constantemente sendo testadas, dado que os agricultores entendem que os rumos políticos podem alterar e enfraquecer os rumos da política de alimentação. Daí vem um certo receio, coletivo e individual, em dar mais um passo à frente no que tange aos investimentos. Isso é um fator importante dessa organização recente.

Outro fator é a relação histórica com a cultura cafeeira. O município não é um produtor de hortaliças e frutas, portanto, não existe o saber histórico, esse foi um aprendizado iniciado para a grande maioria dos produtores a partir do PNAE. Essa é uma das explicações para os baixos volumes produtivos *per capita*, o que se faz positivo na medida em que pulveriza os recursos e oportuniza a participação de um maior número de produtores no PNAE.

Alguns produtores estão se preparando e dando esse passo à frente, é claro. Como exemplo, citamos o produtor que levantou uma pequena granja para o fornecimento de ovos para o programa. Outro exemplo são os agricultores agroecológicos que se certificaram e, a partir do PNAE e/ou com o seu estímulo, vislumbraram a possibilidade de outros caminhos

produtivos e comerciais. O funcionamento de uma feira agroecológica, no final de 2019, no município já é uma conquista nesse sentido.

Nesse aspecto do passo à frente, entramos na demanda de diálogo levantada pelos agricultores. Os agricultores entendem que há espaço não só para o aumento dos quantitativos, como também para a inserção de um número maior de produtos. Essa demanda por diversificação é uma demanda apresentada pelos gestores escolares urbanos, em especial os das Emefs. Os gestores urbanos, aliás, avaliam bem a alimentação oferecida aos escolares, porém os produtos da agricultura familiar ainda não são sinônimos de sustentabilidade, de alimentação saudável.

Somente duas gestoras urbanas estabeleceram uma relação entre segurança alimentar e nutricional e agricultura familiar. Essa fala está contida no contexto da forma pela qual a SAN é tratada nas escolas. Quando perguntadas sobre a presença da AF não houve relato no sentido de que os produtos são bons, ou que colaboram no desenvolvimento dos agricultores locais, ou ainda uma possível referência à alimentação saudável. Considerando a qualidade dos gestores das escolas, a percepção é de que a ausência da fala reflete a ausência do debate sobre os produtos da AF.

Nas escolas do campo o debate está colocado. Sabe-se de onde vêm os produtos e alguns produtores são conhecidos. Contribui para esse debate a conquista pelas escolas do campo das aulas de ciências agropecuárias, onde, por exemplo, se vai a campo para a formação de hortas. Esse conhecimento é replicado em caso e os resultados colhidos por essa pesquisa sinalizam avanços no consumo, pela família, de alimentos livres de insumo químicos.

Dois gestoras de escolas do campo levantaram como proposta, à qual este estudo se alinha, de que a entrega em suas escolas fosse feita diretamente pelos agricultores da região, o que encurtaria a cadeia e promoveria a redução da incidência da entrega, em especial frutas, de produtos em condições impróprias de uso. As entregas feitas diretamente nas escolas do campo seriam para aquelas que estivessem localizadas próximas ao agricultor. Nenhuma dificuldade burocrática é visualizada para o funcionamento ocorrer dessa forma. A responsabilidade sobre o recebimento e conferência passa a ser da gestão escolar que enviará a nota de produtor para a gestão da alimentação. A matrix de custo não nos parece sofrer alteração significativa, na medida em que o agricultor teria redução do seu trajeto e, muito provável, do tempo despendido.

Sob esse modelo de entrega, nem todas as escolas e produtos seriam abastecidos diretamente pelos produtores, porém existiriam ganhos. A produção de banana, aipim, e outros gêneros; pode ser pensada nesse modelo, ao passo que são itens que não apresentam dificuldades produtivas e, portanto, agricultores próximos às escolas podem passar a produzir. Essa forma contribuiria, inclusive, para o encurtamento do período de entrega das unidades do campo que ofertam as séries iniciais, que hoje é de 2 em 2 meses.

Outro ganho dessa entrega direta pelos agricultores nas unidades rurais é o desafogo da logística de recebimento, armazenagem e distribuição para as unidades escolares urbanas. Essa operacionalização logística gerou divergência entre a posição da gestão da alimentação e dos agricultores. Como ponto de melhoria para a qualidade dos produtos os agricultores apontam a necessidade de que os ambientes de armazenamento, na Superintendência de Alimentação Escolar, sejam refrigerados. A gestão da alimentação relatou que tanto esses locais quanto os caminhões de transportes são refrigerados, o que revela uma contradição nesta questão que merece investigação futuras para uma análise mais aprofundada que envolva outras variáveis como, por exemplo, maior supervisão da vigilância sanitária de forma a assegurar o fornecimento do alimento seguro.

Outro ponto de contradição diz respeito às produções agroecológicas. A gestão da alimentação relata que a abóbora e a melancia são hoje os únicos produtos agroecológicos,

enquanto que 4(quatro) produtores relatam produzir, nessa vertente, produtos como alface, cebolinha verde, salsa, verde, milho verde, aipim, banana, acerola(polpa de fruta) abóbora madura, e batata doce. Essa divergência gera um desconhecimento desse modo de produção e, portanto, um não reconhecimento da qualidade de seus produtos deixando para trás toda sua carga sustentável.

Neste processo de transição produtiva é preciso destacar a importância da presença da assistência técnica. Entre os produtores agroecológicos detectamos percepções distintas quanto à participação do Incaper no apoio a esse *nicho* produtivo, com metade avaliando como positiva a atuação do órgão e a outra metade não. As vezes que entendem como positiva são, aliás, as exceções entre o total de participantes da pesquisa.

Esse tema das produções agroecológicas, que está inserido no manejo produtivo, somado à questão do apoio recebido dos órgãos públicos; e os destinos das produções dos agricultores foram pontos saturados no grupo dos agricultores.

Em relação ao manejo, os meios produtivos são intensivos na exigência da intervenção física humana. A atividade em si, os espaços, a delicadeza exigida no trato ao se colher uma fruta, uma alface, por exemplo; depende da ação humana. O suporte tecnológico está na fase pré-produção, com utilização de micro tratores e com os sistemas de irrigação. Mas esses são os meios. Os fins também restaram saturados na medida em que a amostra contemplou propriedades agroecológicas, propriedades em fase de transição para a agroecologia e propriedades tradicionais sob o ponto de vista da utilização de agrotóxicos. Os em transição para agroecologia relataram já produzir alguns produtos sem agrotóxicos, porém a propriedade ainda não é agroecológica em sua totalidade.

Além da representatividade dos grupos na amostra, e ao final, do maior número entres os que utilizam agrotóxicos em maior ou em menor escala, ponto comum dessa discussão é a ciência dos danos do agrotóxico à saúde e a preocupação no fornecimento para a alimentação escolar. A produção livre de agrotóxicos esteve vinculada à expressão saúde. Além do vínculo a saúde, os agricultores também disseram que a própria família consome os alimentos, sinalizando, portanto, a autopreocupação. Essas conexões é o que torna imprescindível a presença da agricultura familiar no PNAE.

O modo de organização dos agricultores, ou seja, a percepção do cooperativismo para os agricultores também foi um ponto de saturação. Neste aspecto os primeiros anos de operação do PNAE foram decisivos para o processo de amadurecimento e de estabilização do quadro de cooperados.

Esse processo de amadurecimento passa pelo fortalecimento dos atuais cooperados, utilizando-se das frentes comerciais abertas pela Cooperativa. A recém inaugurada feira agroecológica é, nesse sentido, a busca pelo fortalecimento de um *nicho* produtivo de agricultores cooperados. A percepção é de que esse momento é de solidificação financeira da Cooperativa, para a avaliação futura quanto à possibilidade de novos empreendimentos.

Quanto ao ponto de saturação apoio de órgãos públicos, a saturação ocorre pela ausência dos órgãos no dia a dia dos agricultores. Essa ausência acontece especificamente em relação à atividade fim, que é a produção e os projetos de incentivo a ela. As posições em contrário parecem refletir alguma experiência pessoal, dado que a visão majoritária e, até mesmo, uníssona do grupo é pelo não estabelecimento de vínculos de apoio. Importante grifar que os agricultores ressaltam a atuação dos servidores desses órgãos que se apresentam sempre dispostos ao atendimento técnico e administrativo, porém ficam limitados às estruturas disponibilizadas pelas Administrações Públicas.

Já enfatizamos anteriormente, porém com enfoque mais voltado ao esgotamento propiciado pela amostra, que os destinos das produções revelaram, ao mesmo tempo, a importância do PNAE enquanto mercado e a necessidade de outros destinos para as produções.

Com a maioria de produtores passando à diversificação produtiva a partir do PNAE, não há dúvida quanto ao papel de incentivo empreendedor do programa. Sem deixar de lado a segurança maior na cultura do café, a busca por feiras, supermercados, Ceasas; abre espaço para o multiplicador de renda no campo e, quem sabe, contribua para reduzir o movimento do processo de envelhecimento geracional do campo.

Sem a pretensão de esgotar o assunto, o estudo trouxe respostas às questões propostas trazendo nas discordâncias e de aproximações entre as percepções dos participantes pontos importantes para a compreensão do papel da agricultura familiar para a alimentação saudável nas escolas.

No caminho percorrido, foi muito prazeroso ter dialogado em um universo tão rico de conhecimento e de experiências. Finalizamos com certeza da necessidade de avançar o diálogo propositivo entre os sujeitos envolvidos a fim de que se melhore a percepção da importância dos agricultores familiares em prol da segurança alimentar da alimentação dos escolares.

## 6 REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Novas Instituições para o Desenvolvimento Rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada(IPEA)**, n. 641, p. 51, 1999.
- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 3a ed., 1a reimpressão ed. São Paulo, SP, Brasil: Edusp, 2012.
- ABRAMOVAY, R.; MAGALHÃES, R.; SCHRODER, M. Representatividade e inovação na governança dos processos participativos: o caso das organizações Brasileiras de agricultores familiares. **Sociologias**, v. 12, n. 24, p. 268–306, ago. 2010.
- ABREU, P. H. B. DE et al. O agricultor familiar e o uso (in)seguro de agrotóxicos no município de Lavras/MG. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 41, 2016.
- ABREU, M. Merenda Escolar. **Revista em Aberto**, v. 67, p. 21–80, set. 1995.
- ARRETCHE, M. T. S. Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 14, n. 40, p. 111–141, jun. 1999.
- ARRUDA, E. E. DE; ALMEIDA, C. M. A MERCANTILIZAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE MERENDA ESCOLAR. **InterMeio: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação - UFMS**, v. 11, n. 22, 16 nov. 2016.
- BACCARIN, J. G. et al. Indicadores de Avaliação das Compras da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar no Paraná, Santa Catarina e São Paulo. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 55, n. 1, p. 103–122, jan. 2017.
- BARROS, M. S. C.; TARTAGLIA, J. C. A política de alimentação e nutrição do Brasil: breve histórico, avaliação e perspectivas. Alimentação e Nutrição. **Revista Alimentação e Nutrição**, v. 14, n. 1, p. 109–121, 2003.
- BELIK, W. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Saúde e Sociedade**, v. 12, n. 1, p. 12–20, jun. 2003.
- BELIK, W.; CHAIM, N. A. O programa nacional de alimentação escolar e a gestão municipal: eficiência administrativa, controle social e desenvolvimento local. **Revista de Nutrição**, v. 22, n. 5, p. 595–607, out. 2009.
- BELIK, W.; SILVA, J. G. D.; TAKAGI, M. Políticas de combate à fome no Brasil. **São Paulo em Perspectiva**, v. 15, n. 4, p. 119–129, dez. 2001.
- BIANCHINI, V. Vinte Anos do PRONAF, 1995-2015. Avanços e Desafios. **Secretaria da agricultura Familiar/MDA.**, p. 116, 2015.
- BONNAL, P.; MALUF, R. S. Políticas de desenvolvimento territorial e multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil. **Política & Sociedade**, v. 8, n. 14, 6 out. 2009.
- BORGES, M. E. L. Representações do universo rural e luta pela reforma agrária no Leste de Minas Gerais. **Revista Brasileira de História**, v. 24, n. 47, p. 303–326, 2004.
- BRASIL. **Decreto-Lei - 2478 de 05/08/1940** - Publicação Original [Coleção de Leis do Brasil de 31/12/1940 - vol. 005] (p. 154, col. 1). Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=527568&id=14447302&idBinario=15634554&mime=application/rtf>>. Acesso em: 27 fev. 2019

BRASIL. **Decreto- Lei 7.328 de 17 de Fevereiro de 1945.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/De17328.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De17328.htm)>. Acesso em: 16 mar. 2019.

BRASIL. **L9394.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)>. Acesso em: 25 mar. 2020.

BRASIL. **Dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar, institui o Programa Dinheiro Direto na Escola, e dá outras providências. Medida Provisoria 1.784/98 de 14 de Dezembro de 1998.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/MPV/Antigas/1784.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/Antigas/1784.htm)>. Acesso em: 13 maio. 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.346.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm)>. Acesso em: 11 maio. 2019a.

BRASIL. **Lei nº 11.326- Agricultura Familiar.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm)>. Acesso em: 23 mar. 2019b.

BRASIL. **L11947.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm)>. Acesso em: 2 dez. 2018.

BRASIL. **Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013 - Portal do FNDE.** Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/ acesso-a-informacao/institucional/legislacao/item/4620-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-26,-de-17-de-junho-de-2013>>. Acesso em: 8 maio. 2019.

BRASIL. Guia alimentar para a população brasileira. **Guia alimentar para a população brasileira**, n. 2. ed., 1. reimpr., p. 158, 2014.

BRASIL. **Resolução/CD/FNDE/MEC nº 4, de 3 de abril de 2015 - Portal do FNDE.** Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/index.php/acesso-a-informacao/institucional/legislacao/item/6341-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-mec-n%C2%BA-4,-de-3-de-abril-de-2015>>. Acesso em: 22 jan. 2020.

BRASIL. **Crédito Rural.** Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/plano-safra/credito-rural>>. Acesso em: 23 jan. 2020.

BURLANDY, L. A construção da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil: estratégias e desafios para a promoção da intersetorialidade no âmbito federal de governo. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, n. 3, p. 851–860, jun. 2009.

BURLANDY, L. et al. Saúde e Sustentabilidade: desafios conceituais e alternativas metodológicas para a análise de sistemas locais de Segurança Alimentar e Nutricional. **Tempus Actas de Saúde Coletiva**, v. 9, n. 3, p. 55, 28 dez. 2015.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. ÊXODO RURAL, ENVELHECIMENTO E MASCULINIZAÇÃO NO BRASIL: PANORAMA DOS ÚLTIMOS 50 ANOS. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada(IPEA)**, n. 621, p. 28, 1999.

CASTRO, C. DE M.; PELIANO, A. M. T. M. O Problema Alimentar no Brasil. In: CASTRO, C. DE M.; COIMBRA, M. (Eds.). **O Problema Alimentar no Brasil**. São Paulo, SP: UNICAMP: ALMED, 1985. p. 213.

CASTRO, E. G. DE. **Entre ficar e sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural**. Rio de Janeiro, RJ: Contra Capa, 2013.

CASTRO, J. D. Geografia da Fome. p. 348, 1984.

CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF, R. S. (EDS.). **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. 1a ed ed. Rio de Janeiro, RJ: Mauad X, 2009.

CEASA. **CEASA - Banco de Dados da Estatística**. Disponível em: <<https://ceasa.es.gov.br/bancodedados>>. Acesso em: 29 jan. 2020.

COIMBRA, M. O Problema Alimentar no Brasil. In: CASTRO, C. DE M.; COIMBRA, M. (Eds.). . **O Problema Alimentar no Brasil**. São Paulo, SP: UNICAMP: ALMED, 1985. p. 213.

COIMBRA, M. A. **Comer e aprender : uma história da alimentação escolar no Brasil**. Belo Horizonte: Instituto Nacional de Alimentação Escolar, 1982.

COLATINA. **Colatina Online**. Disponível em: <[http://www.colatina.es.gov.br/educacao/?pagina=gestao\\_democratica](http://www.colatina.es.gov.br/educacao/?pagina=gestao_democratica)>. Acesso em: 29 abr. 2020.

COLATINA-ES. **Colatina Online**. Disponível em: <<http://www.colatina.es.gov.br/newIndex.php>>. Acesso em: 27 jan. 2020.

COSTA, A.; MATOS, R. E. DA S.; VALLE, M. H. F. Análise dos processos de masculinização no meio rural os municípios brasileiros segundo porte populacional e grau de modernização da agropecuária / Analysis of the masculinization processes in rural areas of the brazilian municipalities based on its population size and agricultural modernization level. **CAMPO - TERRITÓRIO: REVISTA DE GEOGRAFIA AGRÁRIA**, v. 10, n. 21, 2015.

COSTA, E. DE Q.; LIMA, E. DA S.; RIBEIRO, V. M. B. O treinamento de merendeiras: análise do material instrucional do Instituto de Nutrição Annes Dias - Rio de Janeiro (1956-94). **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 9, n. 3, p. 535–560, dez. 2002.

DE VARES, S. F. A dominação na República Velha: uma análise sobre os fundamentos políticos do sistema oligárquico e os impactos da Revolução de 1930. v. 11, n. 1, p. 19, 2011.

DELGADO, N. G. PAPEL E LUGAR DO RURAL NO DESENVOLVIMENTO NACIONAL. **Ministério do Desenvolvimento Agrário**, p. 50, 2009.

DIAS, P. C. et al. Obesidade e políticas públicas: concepções e estratégias adotadas pelo governo brasileiro. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 33, n. 7, 2017.

FNDE. **Portal do FNDE - PNAE**. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/programas/pnae>>. Acesso em: 30 set. 2019a.

FNDE. **LIBERAÇÕES - CONSULTAS GERAIS**. Disponível em: <[https://www.fnde.gov.br/pls/simad/internet\\_fnde.liberacoes\\_result\\_pc](https://www.fnde.gov.br/pls/simad/internet_fnde.liberacoes_result_pc)>. Acesso em: 27 jan. 2020.

FNDE, A. DE C. S. DO. **Histórico - Portal do FNDE**. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/acessibilidade/item/97-hist%C3%B3rico>>. Acesso em: 22 jan. 2019b.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Folha de S.Paulo - Gasto social: Governo corta distribuição de cestas básicas a pobres - 26/11/2000**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2611200002.htm>>. Acesso em: 1 out. 2019.

FRANCO, G. H. B.; LAGO, L. A. C. D. **PUC Rio | Departamento de Economia**. Disponível em: <<http://www.econ.puc->



rio.br/biblioteca.php/?titulo=&ano\_inicial=&autor=Gustavo+Franco&ano\_final=&tipo=0&numero=>. Acesso em: 30 set. 2019.

FREITAS, J. DIREITO ADMINISTRATIVO E O ESTADO SUSTENTÁVEL. **REVISTA DIREITO À SUSTENTABILIDADE - UNIOESTE**, v. 1, n. 1, p. 13, 2014.

FREITAS, J. AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O DIREITO FUNDAMENTAL À BOA ADMINISTRAÇÃO. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFC**, v. 35.1, p. 23, jun. 2015.

FROEHLICH, J. M. et al. Êxodo seletivo, masculinização e envelhecimento da população rural na região central do RS. **Ciência Rural**, v. 41, n. 9, p. 1674–1680, 16 set. 2011.

GEORGE, S. **O Mercado da Fome**. Tradução: Eneida Cidade Araújo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. v. 27

GUANZIROLI, C. E.; DI SABBATO, A. Existe na agricultura brasileira um setor que corresponde ao “family farming” americano? **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, n. suppl 1, p. 85–104, 2014.

HENTZ, C.; HESPANHOL, R. A. DE M. O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA: a evolução de uma política pública múltipla. **Geosul**, v. 34, n. 72, p. 415–434, 25 jul. 2019.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017 município**. Disponível em: <<https://mapasinterativos.ibge.gov.br/agrocompara/>>. Acesso em: 24 jan. 2020.

IBGE. **IBGE | Biblioteca | Detalhes | Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2018**. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101629>>. Acesso em: 30 set. 2019a.

IBGE. **Indicadores Municipais**. Disponível em: <<https://mapasinterativos.ibge.gov.br/agrocompara/>>. Acesso em: 17 jan. 2020b.

IBGE, I. **IBGE | Estatísticas do Século XX | Estatísticas populacionais, sociais, políticas e culturais | Busca por Temas | população**. Disponível em: <<https://seculoxx.ibge.gov.br/populacionais-sociais-politicas-e-culturais/busca-por-temas/populacao>>. Acesso em: 14 jan. 2019.

INCAPER. **Incaper - Cafeicultura - Café Conilon**. Disponível em: <<https://incaper.es.gov.br/cafeicultura-conilon>>. Acesso em: 7 mar. 2020.

JORNAL CORREIO DA MANHÃ. Governo Agradece em Seminário os Alimentos para a Paz. **Jornal Correio da Manhã**, 26 jun. 1965.

LAMARE, R. DE. **Manual Básico de Alimentação Escolar**. Rio de Janeiro, RJ: Victor Publicações Ltda, 1968.

LIMA, E. DA S. Gênese e Constituição da Educação Alimentar: Uma Síntese. **PHYSIS: Revista Saúde Coletiva**, n. 7, p. 9–29, 1997.

LIMA, F. A. X. et al. Alternativas socioeconômicas para os agricultores familiares: o papel de uma associação agroecológica. **Revista Ceres**, v. 62, n. 2, p. 159–166, abr. 2015.

LINHARES, M. Y. L.; SILVA, F. C. T. DA. **História Política do Abastecimento(1918-1974)**. Brasília: BINAGRI, 1979.

- LOPES FERREIA, A. Reforma Agrária e Revolução: Cuba e as ligas camponesas do Brasil dos anos 60. **Revista Brasileira do Caribe**, v. X, n. 19, julho- dezembro de 2009, p. 163–189, 2009.
- LOUREIRO, F. P. Dois pesos, duas medidas: os acordos financeiros de maio de 1961 entre Brasil e Estados Unidos durante os governos Jânio Quadros e João Goulart (1961-1962) \*. **Economia e Sociedade**, v. 22, n. 2, p. 30, 2013.
- MACHADO, P. M. DE O. et al. Compra de alimentos da agricultura familiar pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): estudo transversal com o universo de municípios brasileiros. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 12, p. 4153–4164, dez. 2018.
- MAIA, J. N. B.; SARAIVA, J. F. S. A paradiplomacia financeira no Brasil da República Velha, 1890-1930. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 55, n. 1, p. 106–134, 2012.
- MALUF, R. S. **Abastecimento e segurança alimentar: os limites da liberação**. Campinas(SP): Instituto de Economia/UNICAMP, 2000.
- MALUF, R. S. et al. Nutrition-sensitive agriculture and the promotion of food and nutrition sovereignty and security in Brazil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, n. 8, p. 2303–2312, ago. 2015.
- MARQUES, P. E. M. Embates em torno da segurança e soberania alimentar: estudo de perspectivas concorrentes. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 17, n. 2, p. 78, 9 fev. 2015.
- MARTINS, A. M. A DESCENTRALIZAÇÃO COMO EIXO DAS REFORMAS DO ENSINO: UMA DISCUSSÃO DA LITERATURA. **Educação & Sociedade**, v. 22, n. 77, p. 28–48, dez. 2001.
- MARTINS, J. DE S. **Os camponeses e a Política no Brasil: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.
- MARTINS, J. DE S. **O Cativo da Terra**. Nova ed., rev.ampliada ed. São Paulo, SP: Editora Contexto, 2010.
- MENEZES, F. **Fome Zero: a experiência brasileira**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.
- MINAYO, M. C. DE S. **Pesquisa social: teoria metodo e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- MONTEIRO, C. A. Fome, desnutrição e pobreza: além da semântica. **Saúde e Sociedade**, v. 12, n. 1, p. 7–11, jun. 2003.
- MUNHOZ, D. G. OS ENSINAMENTOS DESDE A CRISE DOS ANOS 30. **Editora Contemporânea**, v. 1, n. 1, Jan- Junho, p. 29, 1997.
- NEVES, D. C. G. DAS. **Análise de Políticas Públicas Intersetoriais de Fortalecimento da Agricultura Familiar e de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil e o caso de um município do Espírito Santo**. Rio de Janeiro, RJ: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2018.
- OLIVEIRA, E. DE; BENEVENUTO, M. A. D. R. A contribuição da Pedagogia da Alternância e do projeto profissional jovem nos projetos de vida de jovens egressos da EFA de Jaguaré/ES. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 4, p. e7245–e7245, 19 dez. 2019.

OLIVEIRA, E. et al. Avaliação da eficiência de horticultores agroecológicos utilizando análise envoltória de dados. **Horticultura Brasileira**, v. 32, n. 3, p. 336–342, set. 2014.

OMS. **OPAS/OMS Brasil - :: Conceito | OPAS/OMS**. Disponível em: <[https://www.paho.org/bra/index.php?option=com\\_content&view=article&id=569:conceito-doencas-cronicas-nao-transmisiveis&Itemid=463](https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=569:conceito-doencas-cronicas-nao-transmisiveis&Itemid=463)>. Acesso em: 30 jun. 2020.

PELIANO, A. M. M. et al. O Problema Alimentar no Brasil. In: CASTRO, C. DE M.; COIMBRA, M. (Eds.). **O Problema Alimentar no Brasil**. São Paulo, SP: UNICAMP: ALMED, 1985. p. 213.

PETARLI, G. B. et al. Exposição ocupacional a agrotóxicos, riscos e práticas de segurança na agricultura familiar em município do estado do Espírito Santo, Brasil. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 44, 2019.

PIGNATI, W. A.; MACHADO, J. M. H.; CABRAL, J. F. Acidente rural ampliado: o caso das “chuvas” de agrotóxicos sobre a cidade de Lucas do Rio Verde - MT. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, p. 105–114, 2007.

PRÁ, J. R.; CEGATTI, A. C. Gênero, educação das mulheres e feminização do magistério no ensino básico. **Retratos da Escola**, v. 10, n. 18, 29 jul. 2016.

PRADO JÚNIOR, C. **História econômica do Brasil**. 41. ed ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.

SANO, H.; ABRUCIO, F. L. Promessas e resultados da Nova Gestão Pública no Brasil: o caso das organizações sociais de saúde em São Paulo. **Revista de Administração de Empresas**, v. 48, n. 3, p. 64–80, set. 2008.

SANTANA, A. C. DE et al. O valor econômico da extração manejada de madeira no baixo Amazonas, estado do Pará. **Revista Árvore**, v. 36, n. 3, p. 527–536, jun. 2012.

SANTOS, C. F. DOS et al. A agroecologia como perspectiva de sustentabilidade na agricultura familiar. **Ambiente & Sociedade**, v. 17, n. 2, p. 33–52, jun. 2014.

SAQUET, M. A. AGRICULTURA CAMPONESA E PRÁTICAS (AGRO)ECOLÓGICAS. ABORDAGEM TERRITORIAL HISTÓRICO-CRÍTICA, RELACIONAL E PLURIDIMENSIONAL. **Mercator (Fortaleza)**, v. 13, n. 2, p. 125–143, ago. 2014.

SCHABARUM, J. C.; TRICHES, R. M. Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar em Municípios Paranaenses: análise dos produtos comercializados e dos preços praticados. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 57, n. 1, p. 49–62, jan. 2019.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. 2nd ed. ed. [s.l.] Editora da UFRGS, 2009.

SEDU. **SEDU - Rede Estadual de Ensino**. Disponível em: <<https://sedu.es.gov.br/rede-estadual-de-ensino>>. Acesso em: 2 jul. 2020.

SILVA, A. C. DA. De Vargas a Itamar: políticas e programas de alimentação e nutrição. **Estudos Avançados**, v. 9, n. 23, p. 87–107, abr. 1995.

SILVA, E. O. et al. Interações entre práticas alimentares e identidades: ressignificando a escola pública e a alimentação escolar. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, n. 11, 2019.

SOUSA, A. A. DE et al. Cardápios e sustentabilidade: ensaio sobre as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Revista de Nutrição**, v. 28, n. 2, p. 217–229, abr. 2015.

SOUZA, C. Governos e sociedades locais em contextos de desigualdades e de descentralização. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 7, n. 3, p. 431–442, 2002.

STEFANINI, M. L. R. **MERENDA ESCOLAR: HISTÓRIA, EVOLUÇÃO E CONTRIBUIÇÃO NO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES NUTRICIONAIS DA CRIANÇA**. São Paulo, SP, Brasil: Universidade de São Paulo, 1997.

STROPASOLAS, V. L. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.

TABAI, K. C. **QUALIDADE DE VIDA, ECONOMIA ALTERNATIVA E EDUCAÇÃO**. Nova Iguaçu- RJ: Entorno, 2018.

TAKAGI, M. **Fome Zero: a experiência brasileira**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.

TAVARES, M. DA C. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL. Vol. 1: ...** Rio de Janeiro: Ed. Record [u.a.], 2000.

TEO, C. R. P. A.; MONTEIRO, C. A. Marco legal do Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma releitura para alinhar propósitos e prática na aquisição de alimentos. **Revista de Nutrição**, v. 25, n. 5, p. 657–668, out. 2012.

TOMAZINI, C.G.; LEITE, C.K. DAS S. Programa Fome Zero e o paradigma da segurança alimentar: ascensão e queda de uma coalização? **Revista de Sociologia e Política**, v.24, n.58,.13-30, jun.2016.

TRICHES, R. M.; SCHNEIDER, S. School feeding and family farming: reconnecting consumption to production. **Saúde e Sociedade**, v. 19, n. 4, p. 933–945, dez. 2010.

TROIAN, A.; BREITENBACH, R. Jovens e Juventudes em Estudos Rurais do Brasil. **Interações (Campo Grande)**, v. 19, n. 4, p. 789, 5 out. 2018.

VASCONCELOS, F. DE A. G. DE. Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula. **Revista de Nutrição**, v. 18, n. 4, p. 439–457, ago. 2005.

WANDERLEY, M. DE N. B. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, n. suppl 1, p. 25–44, 2014.

WWW.ECOEFICIENTES.COM.BR. **O que é Hidroponia?** Disponível em: <<http://www.ecoeficientes.com.br/o-que-e-hidroponia/>>. Acesso em: 30 jun. 2020.

## **7 ANEXOS**

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**ROTEIRO DE ENTREVISTA AGRICULTORES FAMILIARES  
COOPERADOS**

Esta entrevista serve de instrumento de coleta de dados para a Dissertação do Mestrado em Educação Agrícola sobre o projeto Inserção da Agricultura Familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar no Município de Colatina-ES.

A sua colaboração é fundamental para o sucesso da pesquisa, por isso é importante que suas respostas sejam objetivas. Elas são confidenciais e destinam-se exclusivamente para os fins acima expostos.

Entrevistado: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_  
Localidade: \_\_\_\_\_

**CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL DO ENTREVISTADO**

1. Sexo: ( ) masculino ( ) feminino
2. Estado civil: ( ) casado ( ) solteiro ( ) outros
3. Há quanto tempo o senhor(a) mora nessa propriedade: ( ) menos de 1 ano ( ) 1 a 3 anos ( ) 4 a 5 anos ( ) 6 a 10 anos ( ) mais de 10 anos 5) Quantas pessoas fazem parte da família: ( ) de 01 a 03 ( ) de 04 a 06 ( ) mais de 06.
4. O senhor é proprietário da terra? ( ) Sim, ( ) Não ; ( ) NS/NR. Em caso negativo, sob que condições o Senhor (a) explora a terra? ( ) Arrendatário, ( ) meeiro; ( ) Parceiro; ( ) Assentado; ( ) Outros, qual?
5. Quantas pessoas estão envolvidas diretamente na atividade agrícola: ( ) de 01 a 03 ( ) de 04 a 06 ( ) mais de 06.
6. Qual o tamanho aproximado da sua propriedade: ( ) menos de 1 hectare ( ) de 1 a 4 hectares (100x100 ou quadras) ( ) de 5 a 10 hectares ( ) de 11 a 20 hectares ( ) de 21 a 30 hectares ( ) desconheço ( ) outros. \_\_\_\_\_.

**Roteiro de Entrevista**

1. Conte um pouco da História do Senhor(a)
2. Quando e como o senhor(a) começou a Comercializar os produtos para a alimentação escolar?
3. Há Quanto tempo o senhor é Cooperado?
4. Quais os produtos o senhor(a) fornece para o PNAE? A produção é convencional(agrotóxicos e adubos químicos) ou agroecológica certificada?
5. A partir do fornecimento do PNAE o senhor(a) passou a produzir outros produtos não produzidos anteriormente?
6. Produz algo que não fornecer para o PNAE?
7. De que forma o senhor maneja sua produção?
8. Realiza o planejamento da produção? De que forma? Como fica sabendo o que e quanto precisa produzir?

9. Além da alimentação escolar, o senhor comercializa em outros mercados? A base produtiva é a mesma?
10. Algum órgão municipal e/ou estadual tem apoiado o senhor(a)? (secretaria de agricultura e desenvolvimento rural, Incaper, Idaf).
11. Tem enfrentado dificuldades em relação ao programa? Quais?
12. Qual a avaliação do senhor(a) sobre a organização da Prefeitura de Colatina em relação às compras da agricultura familiar?
13. Qual ações/melhorias o senhor(a) entende que podem ser adotadas no programa?

## **ROTEIRO DE ENTREVISTA GESTOR – SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO RURAL**

Esta entrevista serve de instrumento de coleta de dados para a Dissertação do Mestrado em Educação Agrícola sobre o projeto Inserção da Agricultura Familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar no Município de Colatina-ES.

A sua colaboração é fundamental para o sucesso da pesquisa, por isso é importante que suas respostas sejam objetivas. Elas são confidenciais e destinam-se exclusivamente para os fins acima expostos.

Entrevistado: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_  
Localidade: \_\_\_\_\_

1. Fale um pouco da história pessoal do gestor. Há quanto tempo está no cargo, formação, se já ocupou outros cargos de secretário em outras gestões públicas.
2. A agricultura familiar em Colatina-ES é forte? Em quê? Como é seu Perfil e a sua dimensão/expressividade para o comércio local.
3. Como o Senhor avalia a lei 11.947/2009 no que tange a obrigatoriedade de aquisição de, no mínimo, 30% de produtos da agricultura familiar.
4. O município tem conseguido atingir esse percentual, tem tido facilidade na operacionalização da política? Quais os principais entraves?
5. Qual a percepção do gestor sobre a participação/interesse da agricultura familiar do município em fornecer para o programa de alimentação escolar? Os agricultores se preocupam em diversificar a produção para atendimento da demanda?
6. Que ações o município tem feito no sentido de estreitar os laços e dar subsídios aos agricultores, no sentido de informar e de criar a conscientização quanto à participação no PNAE e de, com isso, gerar oportunidades de investimentos em suas propriedades?
7. O Senhor acredita que o PNAE pode de fato colaborar no fortalecimento dos agricultores?
8. Gostaria de acrescentar algo.



## ROTEIRO DE ENTREVISTA NUTRICIONISTA

Esta entrevista serve de instrumento de coleta de dados para a Dissertação do Mestrado em Educação Agrícola sobre o projeto Inserção da Agricultura Familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar no Município de Colatina-ES.

A sua colaboração é fundamental para o sucesso da pesquisa, por isso é importante que suas respostas sejam objetivas. Elas são confidenciais e destinam-se exclusivamente para os fins acima expostos.

Entrevistado: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_

Localidade: \_\_\_\_\_

1. Fale um pouco da história pessoal do gestor. Há quanto tempo está no cargo, formação, se já ocupou outros cargos de secretário em outras gestões públicas.
2. Quais as principais atribuições/ funções diárias do Coordenador do PNAE? Como é o processo de Coordenação do PNAE?
3. Como o município de Colatina (Gestão do Programa) concebe/encara esse programa de alimentação? Quais as concepções?
4. Quantos estudantes estão matriculados e quantidade de unidades escolares da rede municipal? Qual o volume diário de alimentos?
5. O processo de gestão é centralizado na secretaria de educação e/ou as escolas assumem algum papel nesta gestão?
6. Como se dá o processo de seleção dos fornecedores? Existe muita procura em participar das chamadas públicas para fornecimento de produtos para alimentação escolar?
7. Os atuais fornecedores são de Colatina? Existe algum grupo prioritário? Quantos produtores efetivamente realizam entregas ao município.
8. A equipe de gestão central do Programa é formada por quantas pessoas? Existe terceirização nessa equipe?
  - 8.1. Em caso de terceirização, saber o que de fato está sendo terceirizado. Todas as escolas são terceirizadas? Como se dá o processo de definição dos cardápios e de controle. A empresa adquire os produtos da Agricultura familiar ou a Prefeitura adquire?
9. Como se dá o recebimento das produções da agricultura familiar. Existe um estoque central? Os produtores entregam diretamente nas escolas? Como é controlada a qualidade dos alimentos entregues?
10. As equipes nas escolas são formadas por quantas pessoas em média, entre merendeiros, técnicos? Existe terceirização? Como Senhor(a) avalia a qualificação dessas pessoas, o poder municipal proporciona algum treinamento?
11. Como o Senhor(a) avalia a atuação do Conselho Municipal de Educação enquanto atuação neste processo contínuo de melhora e de fiscalização?
12. A alimentação escolar tem sido ofertada com a regularidade necessária? Os alunos e/ou pais estão satisfeitos com a qualidade da alimentação?
13. Gostaria de acrescentar algo.

## **ROTEIRO DE ENTREVISTA COM GESTORES DE UNIDADES ESCOLARES**

Esta entrevista serve de instrumento de coleta de dados para a Dissertação do Mestrado em Educação Agrícola sobre o projeto Inserção da Agricultura Familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar no Município de Colatina-ES.

A sua colaboração é fundamental para o sucesso da pesquisa, por isso é importante que suas respostas sejam objetivas. Elas são confidenciais e destinam-se exclusivamente para os fins acima expostos.

Entrevistado: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_  
Escola: \_\_\_\_\_

1. Conte um pouco da sua história. Há quanto tempo está no cargo de gestor desta escola?
2. Como é o processo de gestão da alimentação escolar dentro da unidade escolar? O planejamento dos cardápios? O recebimento dos alimentos, armazenagem?
3. Como é a estrutura da escola (refeitórios, cozinha), o espaço é adequado?
4. A alimentação é oferecida regularmente? Faltam alimentos?
5. Os alimentos produzidos pela Agricultura familiar são frequentes no dia a dia da alimentação escolar?
6. A educação alimentar vem sendo discutida na escola? Os produtos da agricultura familiar são inseridos de que forma nessa debate?
7. Como o Senhor(a) classifica a alimentação oferecida pela escola?
8. Algo a acrescentar?



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO INSTITUTO DE  
AGRONOMIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA  
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu \_\_\_\_\_, Aceito participar, de minha livre e espontânea vontade da pesquisa intitulada “INSERÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE COLATINA-ES”, a ser realizada pelo pesquisador Horácio Alvarenga Vieira, mestrando do Programa de Pós-graduação em Educação Agrícola – PPGEA/ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, sob supervisão da Professora Dra Monica Aparecida Del Rio Benevenuto.

Fui informado (a) ainda que a pesquisa será realizada através, entrevistas e análise dos resultados dos mesmos. Sei que tenho direito de não responder a qualquer pergunta que me for feita pelo pesquisador, caso não queira ou não me sinta à vontade. Além disso, o pesquisador me garantiu que todas as informações fornecidas, bem como meu nome permanecerão em sigilo caso não autorize sua divulgação.

Fui esclarecido sobre os procedimentos envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes da mesma. Da mesma forma, minha participação na pesquisa é voluntária, não havendo compensação financeira por isso. Caso ocorra algum dano comprovadamente decorrente de minha participação no estudo, poderei ser compensado conforme determina a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Sei também que em qualquer momento, posso me comunicar diretamente com o pesquisador responsável para esclarecimentos ou dúvidas pelos telefones: (27) 99789-3583.

Tenho ciência de que esta pesquisa pertence à área da educação, não apresentando qualquer risco à minha vida, à minha saúde ou à saúde de outros participantes ou pessoas próximas.

Informo também que a pesquisador explicou-me previamente e de forma muito clara todas as informações acima, bem como as dúvidas que tive e, estando esclarecido (a) sobre os objetivos desta pesquisa concordo em participar, sabendo que tenho reservado o direito de retirar meu consentimento a qualquer momento sem sofrer qualquer penalidade ou constrangimento.

Colatina/ES, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Participante

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Pesquisador